

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL – PPGDS**

**PRISCILA RAPOSO SILVA**

**DESIGUALDADES NA INFORMALIDADE:**  
**Análise comparada das regiões brasileiras e a percepção dos trabalhadores do setor**

MONTES CLAROS - MG  
Março de 2015

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL – PPGDS**

**PRISCILA RAPOSO SILVA**

**DESIGUALDADES NA INFORMALIDADE:  
Análise comparada das regiões brasileiras e a percepção dos trabalhadores do setor**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS – UNIMONTES, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Social.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dra. Anete Marília Pereira

MONTES CLAROS - MG  
2015

S586d Silva, Priscila Raposo.  
Desigualdades na informalidade [manuscrito] : análise comparada das regiões brasileiras e a percepção dos trabalhadores do setor / Priscila Raposo Silva. – Montes Claros, 2015.

120 f. : il.

Bibliografia: f. 105-110.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros -

Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento

Social/PPGDS, 2015.

Orientadora: Profa. Dra. Anete Marília Pereira.

1. Setor informal. 2. Mercado de trabalho. 3. Desigualdades. 4. Grandes regiões. 5. Norte de Minas (MG) I. Pereira, Anete Marília. II. Universidade Estadual de Montes Claros. III. Título. IV. Título: Análise comparada das regiões brasileiras e a percepção dos trabalhadores do setor.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL – PPGDS**

Dissertação intitulada: **Desigualdades na informalidade: Análise comparada das regiões brasileiras e a percepção dos trabalhadores do setor**, de autoria da mestranda Priscila Raposo Silva, examinado em \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_\_\_, por uma banca constituída pelos professores:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Anete Marília Pereira – PPGDS-UNIMONTES (orientadora)

---

Prof. Dr. Renan Bandeirante de Araújo – PPIFOR-UNESPAR (examinador)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria da Luz Alves Ferreira – PPGDS-UNIMONTES (examinadora)

*Para meu pai, José Carlos Raposo, e minha  
mãe, Maria dos Anjos Neri, com muito amor e  
gratidão.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus toda honra, glória e louvor! Obrigada meu Pai por me amparar nos momentos difíceis, me dar força para superar as dificuldades, mostrar o caminho nas horas incertas e me suprir em todas as minhas necessidades. “(...) Até aqui nos ajudou o Senhor”. (1 Samuel 7.12b)

Aos meus pais, José Carlos e Maria dos Anjos pelo apoio, incentivo e confiança durante todo este tempo. Creio que os momentos mais difíceis foram aqueles em que estava longe do cuidado de vocês. Às minhas irmãs, Meiriane, Débora e Quéren pela amizade fiel, força e preocupação com a minha distância.

Ao meu namorado Ricardo, pelo companheirismo, cumplicidade, carinho, respeito e, principalmente, amor... Um amor que eu jamais encontraria se não fosse por você. Sempre pronto a me ajudar nos mínimos detalhes, abraçou os meus sonhos e acreditou em meu potencial que, por diversas vezes eu havia desacreditado. O mestrado me presenteou com a oportunidade e a felicidade de ter lhe conhecido. Muito obrigada meu amor, por tudo que fez e faz por mim!

À Dr<sup>a</sup>. Anete Marília, minha orientadora e exemplo de profissional. Obrigada pela paciência e ajuda em todos os momentos, principalmente na realização do estágio docente, levarei seus ensinamentos durante toda a minha trajetória acadêmica e profissional.

À professora Dr<sup>a</sup>. Maria da Luz que me acompanha desde a graduação. Obrigada por compor a minha banca de qualificação e defesa, pelas sugestões e análises significativas.

Ao professor Dr. Renan Bandeirante pela atenção e por ter aceitado participar da banca examinadora da dissertação.

Ao professor Dr. Luíz Antônio pelas sugestões e contribuições realizadas na banca de qualificação.

Às amigas e não colegas somente Pâmela e Sílvia. Obrigada Pâm, por ter me estendido a mão no momento em que mais precisei, o carinho que construí por você e sua família é muito

sincero. Dona Onça (Sílvia), obrigada por estar sempre ao meu lado durante esses oito anos de trajetória acadêmica. Os momentos de descontração, risos, choro, desabafos, segredos, viagens, demonstram o quanto é especial em minha vida.

Às primas/amigas Patrícia, Thaisa, Paula e Geysse por me acolherem em suas casas quando precisei.

Ao Adílio Leal, do IBGE pela atenção e presteza no repasse dos bancos de dados. Sua ajuda foi imprescindível para a realização deste trabalho.

Ao professor Jorge Santana, pelo auxílio e dicas no manuseio do *SPSS*.

Aos colegas do PPGDS pelas experiências compartilhadas.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes que, através da concessão de bolsas de estudo, viabilizou esta pesquisa.

Enfim, agradeço a todos familiares, amigos e irmãos na fé que sempre intercederam por mim, sejam em orações, palavras de conforto e/ou incentivo.

*“Além das misérias modernas, oprime-nos toda uma série de misérias herdadas, decorrentes do fato de continuarem vegetando modos de produção arcaicos e ultrapassados, com seu séquito de relações sociais e políticas anacrônicas. Somos atormentados não só pelos vivos, como também pelos mortos. Le mort saisit le vif! (O morto se apodera do vivo)”.*

*Karl Marx*



## RESUMO

O Brasil apresenta um mercado de trabalho marcado por uma trajetória heterogênea. Na década de 1990, por exemplo, foi verificado um processo de desestruturação do mercado de trabalho decorrente de transformações econômicas que afetaram dramaticamente os trabalhadores do país. Na década de 2000 houve uma reversão desse quadro devido ao aumento contínuo da formalização no mercado de trabalho. Além dessa trajetória heterogênea, o país apresenta disparidades regionais significativas, especialmente no que tange aos indicadores de desenvolvimento socioeconômico. Níveis diferenciados de reprodução do capital e regulação institucional efetiva condicionam a configuração do mercado de trabalho em cada região do país. O contexto de transformações econômicas e a heterogeneidade inter e intrarregional brasileiro motivou os seguintes questionamentos: como se encontram os índices de informalidade no mercado de trabalho do país transcorrida quase metade da segunda década do século XXI? Em termos mais específicos, devido à existência de disparidades regionais e intrarregionais significativas, indagamos também como a informalidade se manifesta na mesorregião Norte de Minas? Destarte, o estudo objetivou analisar o perfil do mercado de trabalho informal no Brasil nos últimos anos e, também, o trabalho informal em Minas Gerais, evidenciando a informalidade de forma comparada nas mesorregiões do estado e tendo como referência o Norte de Minas. Para tanto, recorreu-se a pesquisa bibliográfica, a análise de dados do Censo 2010 e da PNAD 2013, e a realização de um estudo de caso sobre trabalhadores sem carteira de trabalho assinada por um setor lojista de um pequeno município da microrregião de Montes Claros-MG. Verificou-se que as regiões Nordeste e Norte apresentaram os maiores índices de informalidade, em contra partida o Sudeste e o Sul os menores índices de informalidade no país. Nesse setor em âmbito nacional, há uma maior participação de mulheres, de pretos/pardos e dos grupos de idade: jovens e idosos. As mesorregiões de Minas Gerais também apresentaram disparidades significativas nos seus indicadores relativos ao trabalho informal, sendo que o Norte de Minas Gerais apresentou índices semelhantes aos verificados na região Nordeste do país. O estudo de caso realizado em um município da microrregião de Montes Claros constatou o perfil dos trabalhadores informais e as formas de superexploração, dominação e precarização existentes a partir dos relatos dos próprios trabalhadores.

**Palavras-chave:** Setor informal; Mercado de trabalho; Desigualdades; Grandes Regiões; Norte de Minas.

## ABSTRACT

Brazil presents a job market marked by a heterogeneous trajectory. In the 1990s, for example, there was a disintegration process of the job market resulting from economic transformations that affected dramatically the country's workers. In the 2000s there was a reversal of this situation due to the continuous increase in the formalization in the job market. In addition to this heterogeneous trajectory, the country has significant regional disparities, especially those related to the indicators of socioeconomic development. Differentiated levels of reproduction of capital and effective institutional regulation determine the job market setting in each region of the country. The context of economic transformations and the Brazilian heterogeneity inter and intra-regional prompted the following questions: How are the informality rates in the country's job market elapsed nearly half of the second decade of this century? In more specific terms, due to the existence of significant regional and intra-regional disparities we also inquire how informality manifests itself in the mesoregion north of Minas Gerais? Thus, the study aimed to analyze the profile of the Brazilian informal job market in recent years and also informal work in Minas Gerais, highlighting the informality in a comparative base in the mesoregions of the Minas Gerais' state having as reference the North of the state. For this purpose, it was used the bibliographic research, the analysis of the PNAD 2010 and 2013 Census data and the realization of a case study of workers without a formal contract by a merchant sector of a small city from the microregion of Montes Claros -MG. It was verified that the Northeast and North regions showed the highest informality rates, in the other hand the South and Southeast had the lowest informality rates in the country. In this sector, at national level, there is a greater participation of women, black / *pardos* and age groups: young and old. The mesoregions of Minas Gerais also showed significant disparities in their indicators for informal work, wherein the North of the state had rates similar to those observed in the Northeast region of the country. The case study conducted in a micro-region of Montes Claros found the profile of informal workers and the existing ways of exploitation, domination and casualization based on the reports of the workers themselves.

**Keywords:** Informal sector; Job market; Inequalities; Major Regions; North of Minas Gerais.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas em trabalhos informais, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - Brasil – 2013	67
Tabela 2 - Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais e informais por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões – 2013	68
Tabela 3 - Rendimento médio do trabalho principal das pessoas de 16 anos ou mais de idade, em trabalhos formais e informais, por sexo, segundos as Grandes Regiões – 2013	69
Tabela 4 - Empregados de 16 anos ou mais de idade sem carteira de trabalho assinada, total e respectiva distribuição percentual, por grupos de setor de atividade, segundo as Grandes Regiões – 2013	70
Tabela 5 - Empregados de 16 anos ou mais de idade sem carteira de trabalho assinada, total e respectiva distribuição percentual, por grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões – 2013	71
Tabela 6 - Rendimento médio no trabalho principal dos empregados de 16 anos ou mais de idade sem carteira de trabalho assinada, por grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões – 2013	72
Tabela 7 - Trabalhadores por conta própria de 16 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por grupos de setor de atividade, segundo as Grandes Regiões – 2013	72
Tabela 8 - Trabalhadores por conta própria de 16 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões – 2013	73
Tabela 9 - Rendimento médio no trabalho principal dos trabalhadores por conta própria de 16 anos ou mais de idade, por grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões – 2013	74
Tabela 10 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação, segundo as Mesorregiões do Estado de Minas Gerais – 2010	78
Tabela 11 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação que contribuem para a previdência social, segundo as Mesorregiões do Estado de Minas Gerais – 2010	80
Tabela 12 - Rendimento médio do trabalho principal das pessoas de 10 ou mais anos de idade, por posição na ocupação nas mesorregiões Norte de Minas Gerais e Metropolitana de Belo Horizonte – 2010.	82
Tabela 13 - Posição na ocupação de pessoas com 10 anos ou mais de idade nos municípios da microrregião de Montes Claros – 2010	94

Tabela 14 - Proporção de empregados sem carteira de trabalho assinada, conta própria, empregador e não remunerado que contribuem ou não para a previdência social.

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1- Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas em trabalhos formais e informais no Brasil nos anos de 2011, 2012 e 2013	65
Gráfico 2 - Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas em trabalhos informais, segundo as Grandes Regiões - 2013	66
Gráfico 3 - Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas em trabalhos informais, segundo a Região Sudeste, Ufs e Regiões Metropolitanas – 2013	75

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 01 - Contraste entre o fordismo e a acumulação flexível

30

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**CEPAL** – Comissão Econômica para América Latina e Caribe

**CLT**- Consolidação das Leis do Trabalho

**CQT** – Controle de Qualidade Total

**FGTS** - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

**GTDN** - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**JIT** – Just in Time

**MG** – Minas Gerais

**PIB** – Produto Interno Bruto

**PIS/PASEP** – Programa de Interação Social/Programa de Formação do Patrimônio do Serviço Público

**PNAD** – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

**PREALC** – Programa Regional de Emprego para América Latina e o Caribe

**OIT** – Organização Internacional do Trabalho

**SIS** - Síntese de Indicadores Sociais

**SMN** - Salário Mínimo Necessário

**SUDENE** – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

**TPM** – Manutenção Preventiva Total

**UF** – Unidade da Federação

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	17
<b>CAPÍTULO I – TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO: AS IMPLICAÇÕES DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA SOBRE AS ATIVIDADES INFORMAIS</b>	24
1.1 Do fordismo à especialização flexível	24
1.2 Da eficiência produtiva à instabilidade da classe trabalhadora: formas de trabalhos atípicos	32
1.3 Algumas considerações sobre a reestruturação produtiva no Brasil	39
<b>CAPÍTULO II – AS DIFERENTES CONCEPÇÕES ACERCA DA INFORMALIDADE: A COMPLEXIDADE DE UM CONCEITO</b>	44
2.1 Breves considerações acerca do setor informal	45
2.1.1 O conceito de informalidade na América Latina	52
2.2 Algumas concepções teóricas sobre a informalidade	54
2.3 O setor informal: Estratégia de sobrevivência ou alternativa de vida?	57
<b>CAPÍTULO III – CONSIDERAÇÕES SOBRE O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO E A INFORMALIDADE NAS GRANDES REGIÕES</b>	60
3.1 Breves considerações sobre o mercado de trabalho brasileiro	61
3.2 O mercado de trabalho informal brasileiro: comparativo entre as Grandes Regiões do Brasil	64
<b>CAPÍTULO IV – A INFORMALIDADE NA MESORREGIÃO NORTE DE MINAS GERAIS</b>	76
4.1 A informalidade em Minas Gerais	76
4.2 Considerações acerca do processo de formação econômica e social do Norte de Minas Gerais e a sua inclusão na área de abrangência da SUDENE	83
4.2.1 A inclusão do Norte de Minas Gerais na área de atuação da SUDENE	86
4.3 A superexploração do trabalho no setor lojista de um pequeno município da microrregião de Montes Claros	90
4.3.1 Concepção teórica acerca da superexploração do trabalho	92
4.3.2 O caso dos “Assalariados sem registro”	93
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	101



**REFERÊNCIAS**

105

**ANEXOS**

111

## INTRODUÇÃO

As transformações no mundo do trabalho vêm afetando intensamente as sociedades industriais em todo o mundo, principalmente a partir da década de 1970. Essas mudanças afetaram tanto a estrutura produtiva, quanto a classe dos trabalhadores. Este processo de reestruturação das atividades produtivas é visto como inevitável dentro da racionalidade do mercado, incluindo inovações tecnológicas e novas formas de gestão da força de trabalho (ANTUNES, 1999; HARVEY, 2005).

As novas formas de produção, incorporadas a uma lógica de acumulação que destaca a competitividade e qualidade, têm trazido também graves problemas sociais quanto ao nível de emprego e à garantia dos direitos conquistados pelos trabalhadores no decorrer do século XX. O desemprego vem apresentando índices bastante elevados em muitos países do mundo, inclusive nos países centrais, sendo que, nos países subdesenvolvidos a flexibilização das relações de trabalho tem contribuído para o aumento do mercado de trabalho informal e o desemprego.

Segundo Santana; Ramalho (2004), com o processo de reestruturação das atividades produtivas novas estratégias vem sendo promulgadas como solução para todos os males resultantes da falta de competitividade e das dificuldades no controle da força de trabalho. Um exemplo da utilização dessas novas estratégias pode ser constatado sob o “modelo japonês”.

As estratégias de racionalização e a redução de custos em prol de uma maior competitividade influenciam com sérias consequências os níveis de emprego. Os postos de trabalho estáveis reduziram drasticamente e o desemprego foi adquirindo contornos cada vez mais amplos. Formas precárias de trabalho foram incorporadas às empresas, sendo que o trabalho informal tornou-se uma alternativa para os excluídos do mercado de trabalho formalizado principalmente nos países subdesenvolvidos.

O contexto brasileiro apresentou suas especificidades com relação a estes novos processos ligados a reestrutura produtiva do capital. Durante os anos de 1980, apresentou uma tendência limitada e seletiva, mas se intensificou a partir da década de 1990. Se as formas da reestruturação produtiva têm sido diferenciadas, quando se toma a realidade cotidiana do trabalho, um traço praticamente constante tem sido a tendência ao aumento dos mecanismos de desregulamentação e mesmo a precarização da força de trabalho. Neste contexto, as terceirizações, a subcontratação, bem como o trabalho informal é parte do conjunto de transformações do mercado de trabalho.

A partir da análise do processo de desenvolvimento das novas estratégias implementadas nos processos produtivos, percebe-se que a discussão sobre informalidade passa a fazer parte do debate contemporâneo relacionado à reestruturação produtiva, à flexibilização e precarização das relações de trabalho, ao desemprego estrutural, entre outros.

O mercado de trabalho brasileiro experimentou uma trajetória heterogênea. No período que compreende as décadas de 1930 e 1970, houve uma visível estruturação do mercado de trabalho, baseada no aumento do emprego assalariado, sobretudo dos registrados, articulada a uma redução das ocupações sem remuneração, dos trabalhadores por conta própria e do desemprego (POCHMANN, 2002).

A tendência que se configurou durante essas décadas foi alterada a partir dos anos de 1980, período no qual se iniciou um processo de desestruturação do mercado de trabalho no país. Houve uma intensificação desse processo nos anos de 1990, a partir da sua articulação à desregulamentação do trabalho no Brasil. A articulação entre esses dois processos (desestruturação e desregulamentação do trabalho) compôs o que Cardoso Jr. (2001) denominou de “desregulação” do trabalho no país. O mercado de trabalho sofreu alguns impactos desse processo, qual sejam, oferta excedente de mão de obra; aumento significativo do setor terciário; ampliação das relações de trabalho informais; crescimento da desocupação e do desemprego; precarização do trabalho; estagnação relativa dos rendimentos médios do trabalho; redução da participação do Estado nas negociações coletivas (empregados x empresas); dentre outras. Leite (2009) também observou o aumento das formas instáveis de contratação em detrimento dos empregos estáveis. Em síntese, houve uma redução do assalariamento registrado, crescimento das ocupações não organizadas e do desemprego.

O mercado de trabalho no Brasil continuou sua trajetória heterogênea na década de 2000, pois ocorreu uma reversão na tendência de aumento da informalidade. Constatou-se, nessa década, o aumento do emprego registrado, uma diminuição nos índices de desemprego e uma recuperação na capacidade de compra dos salários (LEITE, 2009). Esse período sinalizou uma tendência à formalização das relações de trabalho, pois se manteve ao longo da década.

Esse breve histórico de processos que caracterizam a desestruturação e a estruturação do mercado de trabalho brasileiro motivou os seguintes questionamentos: como se encontram os índices de informalidade no mercado de trabalho brasileiro transcorrida quase metade da segunda década do século XXI? Em termos mais específicos, devido à

existência de disparidades regionais e intra-regionais significativas, indagamos também como a informalidade se manifesta na mesorregião Norte de Minas?

O processo de formação do mercado de trabalho na mesorregião do Norte de Minas Gerais foi dinamizado a partir dos incentivos fiscais e financeiros da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, apresentando características específicas. A capacidade de absorção dos empreendimentos incentivados via SUDENE não abrangia toda a mão de obra que se deslocava em direção às cidades. Os projetos industriais e agropecuários impulsionados pela SUDENE entre os anos de 1959 e 1992 geraram 41.172 empregos, enquanto a ocupação nos estabelecimentos foi reduzida em mais de 170 mil postos de trabalho entre os anos de 1960 e 1980 (PEREIRA, 2007). O trabalho informal aparece em escala crescente em decorrência desta oferta excedente de força de trabalho. Segundo Braga (1985), este trabalhador atende melhor as necessidade do capital, pois se ajusta às demandas irregulares por força de trabalho e é desprotegido pela legislação trabalhista. Tendo em vista essa especificidade, o trabalho informal no Norte de Minas pode ser associado ao trabalho precário? Cabe salientar que, segundo Leite (2009), nem toda atividade informal pode ser considerada precária. Qual ocupação neste setor é mais incidente? Será a inserção na economia informal a única saída para o desemprego e para a dificuldade de reinserção na economia formal, ou será uma alternativa, uma opção de trabalho entre outros possíveis?

Nessa perspectiva o estudo em pauta apresenta como objetivo analisar o perfil do mercado de trabalho informal no Brasil nos últimos anos. Analisa-se também o trabalho informal em Minas Gerais, evidenciando a informalidade de forma comparada nas mesorregiões do estado e tendo como referência o Norte de Minas. Em termos específicos objetiva-se: comparar o nível de informalidade por região no Brasil; comparar o nível de informalidade entre as mesorregiões do estado de Minas Gerais; verificar o perfil dos trabalhadores informais; perceber as formas de (super)exploração, dominação e precarização do trabalho e suas consequências em uma cidade pertence à microrregião de Montes Claros. A importância deste estudo se pauta na necessidade de investigações mais pormenorizadas e aprofundadas, que possam apreender e caracterizar as diversidades progressivas das situações contemporâneas de informalidade no mercado de trabalho brasileiro.

A metodologia utilizada teve como passo inicial o levantamento bibliográfico com a finalidade de situar o presente estudo à produção científica atual sobre o objeto de pesquisa, com o objetivo de contribuir com o campo da sociologia do trabalho. De forma geral, o estudo é de caráter exploratório descritivo, com avaliação quantitativa e qualitativa. A pesquisa quantitativa foi escolhida como recurso metodológico para construção deste estudo e será

elaborado a partir de dados secundários. Recorreu-se a fontes de informações normalmente utilizadas pelos pesquisadores do campo do trabalho, especificamente o Censo Demográfico do ano 2010 e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD do ano de 2013.

A utilização do Censo Demográfico possibilitou a construção das características do mercado informal em nível regional. De acordo com Moretto; Macambira (2014) ao possibilitar a análise de diferentes níveis, como municipal, regional e níveis mais agregados, o Censo permite a análise comparativa entre municípios e regiões. Além disso, possibilita a análise das mudanças estruturais de longo prazo no mercado de trabalho<sup>1</sup>.

Porém, se por um lado o Censo apresenta informações detalhadas e precisas sobre a população do Brasil, por outro, apresenta uma limitação decorrente da sua amplitude, pois os dados não podem ser coletados anualmente. Os dados do Censo perdem sua atualidade rapidamente. Essa rapidez se acentua na medida em que as transformações sociais, econômicas e culturais se tornam mais dinâmicas. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE contorna essa dificuldade a partir da realização da PNAD nos anos entre os Censos (MORETTO; MACAMBIRA, 2014).

A PNAD é uma pesquisa amostral que fornece dados das grandes regiões e Unidades da Federação no Brasil. De acordo com os autores supracitados, a vantagem da PNAD assenta no levantamento de informações atualizadas acerca da população brasileira, sendo que também permite a desagregação de informações sobre regiões metropolitanas e não metropolitanas.

O banco de dados do Censo Demográfico 2010 foi explorado a partir de técnicas estatísticas apropriadas que possibilitaram uma discussão mais aprofundada do tema. Para o tratamento e leitura dos mesmos recorreu-se ao IBM SPSS *Statistics* (versão 20), software estatístico que possibilitou o cruzamento dos microdados e a análise do mercado de trabalho informal em diferentes âmbitos, nacional, regional, mesorregional e microrregional. A base de dados foi constituída de microdados do questionário da amostra do Censo Demográfico de 2010 (Anexo 1). Do questionário, especificamente para o levantamento dos dados sobre as características do morador utilizamos as variáveis 6.01, 6.06 e 6.33; os dados sobre trabalho e rendimento, foram retirados dos quesitos 6.48, 6.50 e 6.511 (Anexo 1). Com relação aos dados da PNAD 2013, foram adquiridos através de estudos descritivos e análises de

---

<sup>1</sup> Cabe salientar que do ponto de vista metodológico “a informação que se obtém é das características ou o perfil dos trabalhadores que residem em determinado município, região e assim por diante. Assim, na análise deve-se considerar que a informação obtida diz respeito ao local de residência do trabalhador. Este pode residir no município ‘A’ e trabalhar no município ‘B’, que pode ser vizinho ou não do município de residência” (MORETTO; MACAMBIRA, 2014, p.181).

resultados de tabulações especiais realizados pelo IBGE no ano de 2014 e divulgadas na Síntese de Indicadores Sociais - SIS.

Utilizamos o método comparativo conforme a perspectiva de autores como Sartori (1994) e Schneider e Schmitt (1998) que possibilita, entre outras características, encontrar semelhanças/regularidades e diferenças/disparidades entre os fenômenos comparados, no caso do presente estudo, entre algumas variáveis do mercado de trabalho informal, tais como a taxa de informalidade, cor/raça dos trabalhadores, sexo, rendimento médio, ocupação, entre outras existentes no Brasil, especialmente em Minas Gerais, nas suas mesorregiões. Desta forma, foi possível apreender fatores que são em parte compartilhados (similares) ou não compartilhados. A comparação permitiu perceber a adequação do marco teórico mobilizado à realidade das regiões estudadas.

A análise quantitativa foi complementada a partir de um estudo de caso que possibilitou a compreensão de características mais específicas da informalidade, que escapam à análise a partir dos dados do IBGE. Nesse sentido, seguindo a abordagem de Gil (2008), exploramos situações da vida real, do cotidiano do trabalho, de pessoas inseridas no setor lojista (na condição de informais) em um município localizado na microrregião de Montes Claros/MG, tais como a jornada de trabalho diária, funções exercidas durante o trabalho, remuneração real recebida, perspectivas com relação ao futuro profissional, aspectos explicativos da resignação diante da informalidade.

No tocante ao processo de coleta das informações que sustentaram o estudo de caso, foram mobilizadas algumas técnicas com o objetivo de garantir, sobretudo a qualidade dos resultados obtidos. Os dados foram obtidos a partir de entrevistas semiestruturadas, de alguns depoimentos pessoais e de observação *in loco*, para verificar, principalmente, as motivações para o exercício e a aceitação de trabalhar informalmente. Os trabalhadores foram entrevistados por acessibilidade, totalizando o número de 20 entrevistas. Recorreu-se ao fechamento amostral por saturação teórica, ou seja, limitou-se o número de participantes na medida em que as informações coletadas apresentaram repetição ou redundância. Noutros termos, “as informações fornecidas pelos novos participantes da pesquisa pouco acrescentariam ao material já obtido” (FONTANELLA, RICAS, TURATO, p.17, 2008).

A dissertação está estruturada da seguinte maneira. No primeiro capítulo, resgatamos alguns autores que fazem uma discussão conceitual sobre as formas transitórias de produção, as quais apontaram para as transformações ocorridas no interior do mundo do trabalho, perpassando o modelo fordista até o modelo japonês, o toyotismo. Abordaremos como a reestruturação produtiva do capital e a intensificação do desemprego refletiram nas

condições e no modo de vida dos trabalhadores, provocando o surgimento dos trabalhos atípicos: temporários, subcontratados, terceirizados, informais, entre outros. Este conjunto de inovações tecnológicas e gerenciais difundidos na indústria tem sido observado em âmbito internacional, contudo, foi um processo também observado no Brasil no final do século XX.

Para contextualizar o processo de reestruturação produtiva brasileira, tomamos como ponto de partida os acontecimentos e as características que levaram à constituição desse processo nos países de capitalismo central, bem como o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, que determina as formas assumidas na atualidade pelo sistema produtivo e pelas condições econômicas e sociais do país (HOTZ; ZANARDINI, 2009). Já que o trabalho informal é parte do conjunto das transformações do mercado de trabalho e da intensificação da reestruturação produtiva do capital (ALVES, 2001).

No segundo capítulo, retomamos a origem do conceito de Setor Informal, as dificuldades teóricas recorrentes e suas categorias. Além de ser um setor bastante heterogêneo, compreende um amplo contingente de pessoas oriundas das mais diversas atividades. A informalidade muitas vezes é entendida como um caminho para reduzir a pobreza, o desemprego, como também é considerada alternativa precária, insegura e instável de emprego. O setor informal é associado por diversos autores ao subdesenvolvimento, considerado como típicos de países de capitalismo periférico. Foi também realizada uma reflexão sobre a relação entre a informalidade e a ilegalidade, já que a ideia de “ilegal” se dá pela inexistência de regulamentação jurídica neste setor. E ao final, nos limitaremos a duas abordagens do setor informal na literatura brasileira: a de cunho econômico e a sociocultural.

No terceiro capítulo, imbricado à discussão sobre o mercado de trabalho informal no Brasil, analisamos “os números da informalidade”. Evidenciamos como se encontram os índices de informalidade no mercado de trabalho nas regiões brasileiras. Esta análise de dados enfocou diversas variáveis e se deu a partir das tabulações especiais da PNAD 2013, divulgadas no ano de 2014 por meio da Síntese de Indicadores Sociais (SIS) do IBGE (2014).

No quarto capítulo, foram apresentados alguns índices da informalidade nas mesorregiões do estado de Minas Gerais a partir dos microdados produzidos pelo IBGE no Censo Demográfico do ano de 2010. Realizou-se um breve histórico sobre o contexto da mesorregião do Norte de Minas Gerais, sua economia e a estruturação do mercado de trabalho, inclusive alguns impactos das ações da SUDENE sobre sua economia, que não havia passado por um processo de modernização até a sua chegada. Portanto, demonstramos a situação do setor informal nesta mesorregião, bem como a forma de ocupação mais incidente.

Ainda no quarto capítulo, foi apresentado um Estudo de Caso realizado numa cidade de pequeno porte desta microrregião, realizado no ano de 2011. São trabalhadores informais do setor de serviços, que se encaixam na categoria de “Assalariados sem carteira assinada” do setor informal. O propósito foi demonstrar as formas de precarização do trabalho e suas consequências. A pesquisa revelou como o trabalhador se posiciona mediante a falta de um contrato de trabalho que garanta os seus direitos trabalhistas. Apresentamos o perfil socioeconômico dos trabalhadores inclusive as motivações que levaram a subordinação à informalidade. Por último, nas considerações finais, são retomados os pressupostos que nortearam este trabalho.



## CAPÍTULO I

### TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO: AS IMPLICAÇÕES DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA SOBRE AS ATIVIDADES INFORMAIS

Busca-se nesse primeiro capítulo uma compreensão das mudanças no mundo do trabalho e o impacto destas transformações sobre a classe trabalhadora. Expressivas transformações foram verificadas nos países de capitalismo avançado, em especial as que resultam do processo de reestruturação produtiva. A difusão desse processo em áreas industrializadas dos países capitalistas periféricos ocorre de forma heterogênea, afetando de maneiras diferenciadas os trabalhadores desses países.

A introdução e o desenvolvimento de novas tecnologias em diversos setores produtivos inauguraram um novo padrão na busca por maior eficiência nas empresas. Nessa perspectiva, a reestruturação produtiva pode ser compreendida sinteticamente como a necessidade de adaptação frente aos desafios da competitividade. Entretanto, essas transformações afetaram drasticamente a classe trabalhadora em escala global.

Vários autores abordaram as transições no mundo do trabalho e os contrastes entre modelos de produção. Pesquisadores como Antunes (1999) e Harvey (2005) se debruçaram sobre o tema e serviram de base para a nossa compreensão desse processo. Novas formas produtivas começaram a superar o padrão taylorista-fordista, dentre elas, pode-se destacar o toyotismo, ou modelo japonês, que provocou grande impacto sobre a força de trabalho.

As novas formas de gestão e organização da atividade produtiva também alteraram significativamente o perfil dos trabalhadores. A formação destes apresenta-se como aspecto chave para o êxito dos modelos produtivos, pois as funções do trabalhador na atividade produtiva tendem a tornarem-se muito mais abstratas e mais intelectuais.

Evidenciar-se-á ao longo deste capítulo que os trabalhadores foram duramente afetados, tanto em termos subjetivos quanto em suas condições objetivas de trabalho e vida, pelo conjunto das transformações instauradas a partir do processo de reestruturação produtiva. A força de trabalho passou a vivenciar situações de instabilidade, na figura de trabalhadores atípicos, ou seja, executavam trabalhos temporários, parciais, em domicílios, informais, entre outros.

#### **1.1 - Do fordismo à especialização flexível**

Após a Segunda Guerra Mundial, os países centrais estavam sob o sistema fordista de produção, todavia, nos anos de 1960, este modelo apontou os primeiros sinais de crise, abrindo espaço para as formas mais flexíveis de organização da produção. Para entender as transições ocorridas é preciso destacar a origem e o significado de tais mudanças nos modelos produtivos.

Em termos sintéticos, o *taylorismo* fundamentava-se na separação entre as funções de concepções/planejamento e as funções de execução, além disso, na fragmentação e especialização das tarefas e na remuneração por desempenho. As atividades desempenhadas pelos trabalhadores foram meticulosamente estudadas (os movimentos executados durante a jornada) e cronometradas por Taylor, que a partir daí selecionou os movimentos que despendiam menos tempo para a realização de uma determinada tarefa, ou seja, buscou uma maximização da produtividade durante a jornada de trabalho a partir do controle do tempo e dos movimentos efetuados pelos trabalhadores (CATANI, 1997).

Taylor (1979), a partir da gerência científica do trabalho, afirmou que a iniciativa do trabalhador pode ser obtida com extrema uniformidade e em grau maior do que era possível sob o antigo sistema. Como expressão da separação entre trabalho intelectual e trabalho manual, à gerência foi atribuída, por exemplo, a função de agrupar todos os conhecimentos tradicionais que no passado possuíam os trabalhadores e então classificá-los, tabulá-los, reduzi-los a normas, leis ou fórmulas extremamente úteis ao operário durante a execução do trabalho durante a sua jornada. As atribuições que passaram a fundamentar a administração científica do trabalho podem ser sintetizadas nos quatro títulos abaixo:

Primeiro – Desenvolver para cada elemento do trabalho individual uma ciência que substitua os métodos empíricos.

Segundo – Selecionar cientificamente, depois treinar, ensinar e aperfeiçoar o trabalhador. No passado ele escolhia seu próprio trabalho e treinava a si mesmo como podia.

Terceiro – Cooperar cordialmente com os trabalhadores para articular todo trabalho com os princípios da ciência que foi desenvolvida.

Quarto – Manter divisão eqüitativa de trabalho e de responsabilidades entre a direção e o operário. A direção incumbe-se de todas as atribuições, para as quais esteja mais bem aparelhada do que o trabalhador, ao passo que no passado quase todo o trabalho e a maior parte das responsabilidades pesavam sobre o operário (TAYLOR, 1979, p.49-50).

Pouco depois, Henry Ford introduzia a linha de montagem no processo de produção, possibilitando a fabricação em massa de produtos padronizados com produtividade crescente, que permitiu queda nos preços dos bens, elevação dos salários reais e intensificação do consumo. Os ganhos elevados de produtividade, repassados aos salários, permitiam que o

acesso aos bens de consumo se generalizasse, integrando ao mercado a grande maioria da população. “Produção em massa, emprego em massa e consumo em massa. Este tripé da virtuosidade econômica do fordismo” (PAMPLONA, 2001, p.34).

Para Harvey (2005), este modelo iniciou quando o seu criador reduziu a jornada de trabalho (encurtando para oito horas uma jornada que eram de nove horas diárias) e aumentou para US\$ 5,00 o dia de trabalho (enquanto a média de pagamento por dia de trabalho nas indústrias automobilísticas era de US\$2,34) – o que ficou conhecido como *The Five Dollars Day*. A visão de Ford, ainda segundo Harvey (2005, p.121), “seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho (...)”, iria diferenciar o fordismo do taylorismo.

Henri Ford racionalizou velhas tecnologias, tendo em vista a produção e o consumo em massa. Essa nova forma inovou a indústria de automóvel quando introduziu e aperfeiçoou a linha de montagem. Caracterizava-se por fábricas verticalizadas, na qual se observava a separação entre elaboração e execução no processo de trabalho com produtos mais homogêneos. O trabalhador ocupava um posto que evitava seu deslocamento, pois a linha de montagem se encontrava conectada à esteira rolante. Eram as peças que se movimentavam e cada trabalhador efetuava uma operação. O fordismo se fundamentava basicamente por essa relação, um homem/uma máquina, no qual o trabalho se tornava repetitivo, parcelado e monótono, ou seja, o trabalhador tinha como função repetir movimentos padronizados, desprovidos de qualquer conhecimento profissional, vindo desta forma a sua iniciativa e autonomia extremamente reduzidas.

O fordismo implicou um significativo crescimento na produtividade e apresentou um bom desempenho. Um fator importante surgido nesta fase foi a conquista dos direitos trabalhistas, pois houve uma redução da jornada de trabalho e um aumento relativo nos salários, sendo que, este último, funcionava como um incentivo para melhores rendimentos no trabalho. Porém, este modelo enfrentou dificuldades em se propagar nos Estados Unidos e, principalmente, na Europa.

O benefício conhecido como *The Five Dollars Day* não funcionou apenas como incentivo, mas também como forma de manter uma linha de comportamento disciplinado, como um meio de adestrar os trabalhadores. Visava entre outros objetivos, funcionar como forma de renda e lazer para que os trabalhadores consumissem dos produtos comercializados e, conseqüentemente, assegurava o mercado para as fábricas e o aumento da produção. Contudo, esta experiência não perdurou e a sua existência demonstrou os problemas que o

fordismo iria enfrentar. O aumento nos salários também não continuou, visto que, houve um corte dos mesmos, acompanhado de demissão dos trabalhadores, já que o mercado competitivo se fortalecia cada vez mais.

As dificuldades de propagação do fordismo se deram por diversos fatores. Primeiramente, devido à resistência por parte dos trabalhadores em aceitar um sistema de produção fundamentado em um trabalho fragmentado, repetitivo e monótono. Aceitando a rotinização e a monotonia do trabalho o empregado perdia suas qualificações, as quais eram incorporadas as máquinas. Outra dificuldade, apresentada por Harvey (2005), é concernente à limitação dos modos e mecanismos de intervenção estatal na economia. Fez-se necessário obter um novo modo de regulamentação para atender aos requisitos da produção fordista. Foi preciso também, o quase colapso do capitalismo nos anos trinta, que promoveu de um lado o esfriamento da resistência dos operários, ameaçado pelos elevados índices de desemprego e, por outro, verificou a necessidade de uma nova postura e papel do Estado.

Este modelo apresentou desigualdades, nem todos eram gratificados pelos benefícios do fordismo e isto gerou insatisfações. A raça, o gênero e a etnia determinavam quem tinha ou não acesso ao emprego privilegiado, sendo que amplos segmentos da força de trabalho não tinham os privilégios da produção e do consumo de massa. Com isto, essas desigualdades resultaram em fortes movimentos sociais e tensões sociais por parte dos “excluídos”.

Em meados da década de 1970, este modelo, até então predominante, entra em declínio, logo depois da aguda recessão instalada a partir de 1973. Com o aumento da concorrência internacional e a globalização da economia, este padrão entra em crise. A competição pressionou as empresas a adotarem novos processos de reestruturação produtiva, de redesenho produtivo, visando adequá-las às novas exigências do mercado, fazendo surgir um rápido processo de transição do regime.

Novas formas produtivas começaram a superar o padrão fordista, os quais operavam na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados, dos produtos e padrões de consumo. Neste sentido, emerge o conceito de especialização flexível, um modelo alternativo apresentado por Sabel e Piore para a produção capitalista que,

[...] articula, de um lado, um significativo desenvolvimento tecnológico e, de outro, uma desconcentração produtiva baseada em empresas médias e pequenas, “artesaniais”. (...) Um processo “artesanal”, mais desconcentrado e tecnologicamente desenvolvido, produzindo para um mercado mais localizado e regional, que extingue a produção em série, [...] (ANTUNES, 1999, p.17).

A abordagem de Sabel e Piore se opõe ao fordismo e à sua produção em massa, pois constata o trabalho flexível, a mão de obra qualificada e polivalente, ou seja, para essa nova forma produtiva havia um significativo desenvolvimento tecnológico e uma descentralização produtiva para médias e pequenas empresas. Segundo Antunes (1999), para estes autores, o elemento que causaria a crise capitalista seriam os excessos do fordismo e a produção em massa, que suprimiam a dimensão criativa do trabalhador<sup>2</sup>.

Harvey (2005) faz um esboço analítico sobre o significado e os contornos das transformações vividas pelo capitalismo. Para ele, com a crise no início dos anos de 1970 marcou-se um período de transição de um padrão de acumulação capitalista rígido (o fordismo e suas forças produtivas) aos novos modos de acumulação do capital (a “acumulação flexível”). Sobre a acumulação flexível, o autor entende esta fase da produção como um confronto direto contra a rigidez do fordismo, apoiado na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, das barreiras comerciais, dos produtos, dos padrões de consumo e da intervenção estatal na economia. Destacam-se também, as mudanças no setor financeiro, a emergência de novos mercados, a predominância de inovações tecnológicas e organizacionais. Cabe destacar a ampliação do setor de serviços e o processo de desterritorialização do capital.

Nessa direção Castells (2006) observou as transformações no capitalismo nas últimas décadas.

O próprio capitalismo passa por um processo de profunda reestruturação caracterizado por maior flexibilidade de gerenciamento; descentralização das empresas e sua organização em redes tanto internamente quanto em suas relações com outras empresas; considerável fortalecimento do papel do capital *vis-à-vis* o trabalho, com declínio concomitante da influência dos movimentos de trabalhadores; individualização e diversificação cada vez maior das relações de trabalho; incorporação maciça das mulheres na força de trabalho remunerada, geralmente em condições discriminatórias; intervenção estatal para desregular os mercados de forma seletiva e desfazer o estado do bem-estar social com diferentes intensidades e orientações, dependendo da natureza das forças e instituições políticas de cada sociedade; aumento da concorrência econômica global em um contexto de progressiva

---

<sup>2</sup>Antunes (1999) realizou um balanço da bibliografia crítica à tese da especialização flexível utilizada por Sabel e Piore. Constatou que a substituição da produção em massa e a sua generalização eram irrealizáveis na prática, que essa tese não era universalmente aplicável, com diversas incoerências e que o fordismo já havia sido aplicado em diferentes situações, sendo a crise desse modelo mera consequência da crise do capitalismo como um todo. Contesta a visão segundo a qual a produção artesanal era um meio necessário para a preservação do capitalismo, pois o fordismo com suas características ainda dominava a economia dos EUA na época. Além disso, verificou a possibilidade de coexistência de diferentes processos produtivos, integrando o fordismo aos processos flexíveis, tradicionais, artesanais.

diferenciação dos cenários geográficos e culturais para a acumulação e gestão do capital (CASTELLS, 2006, p.39-40).

Cabe ressaltar que o processo de acumulação flexível incidiu nas regulações protetoras do trabalho, direitos básicos foram sistematicamente suprimidos, pois expressavam uma característica do fordismo, ou seja, a rigidez do mercado de trabalho que elevava os custos de produção e afetava a competitividade das empresas.

O toyotismo ou modelo japonês provocou grande impacto sobre a produção, “tanto pela revolução técnica que operou na indústria japonesa, quanto pela potencialidade de propagação que alguns dos pontos básicos têm demonstrado (...)” (ANTUNES, 1999, p.23). Originado na fábrica da Toyota no Japão, foi um modo de organização produtivo que em várias partes do capitalismo globalizado mescla ou substitui o fordismo. O toyotismo pode ser caracterizado, sinteticamente, pela produção enxuta e flexível, marcada pela rapidez e precisão na produção e na entrega. Há a focalização no produto principal, o que resulta na desverticalização e subcontratação de outras empresas responsáveis pelo desenvolvimento e fornecimento de produtos e atividades (PINTO, 2010).

Os traços constitutivos do toyotismo se diferem bastante do fordismo. No primeiro, a produção se baseia num processo mais flexível que permite ao trabalhador operar com várias máquinas, tornando-o mais polivalente. O trabalho não segue uma dinâmica parcelar, se realiza em equipe, operando um sistema de máquinas automatizadas.

Outro fator importante, é que não se segue com a produção de massa e em série do fordismo. O consumo aparece como determinante do que será produzido, com isto se baseia em um estoque mínimo, ou seja, é produzido somente o necessário, seguindo o modelo dos supermercados, de reposição dos produtos somente após serem vendidos. O termo associado a este modo de funcionamento é o *kaban*, que indica a quantidade necessária de peças a serem produzidas pelas unidades anteriores, resultando no acionamento da produção do fim para o início, ou seja, após a venda que se inicia a reposição do estoque.

Outra forma de administração da produção usada é o *just in time*, que garante o melhor aproveitamento do tempo da produção, pois tanto os estoques quanto a matéria prima necessária no processo produtivo são abastecidos no tempo certo e na quantidade exata.

O toyotismo apresentava um processo produtivo mais flexível, no qual permite um operário trabalhar com várias máquinas e atender o mercado com melhor qualidade. Consequentemente, a empresa tem grandes investimentos no que diz respeito aos treinamentos, sugestões, controle de qualidade dos produtos, entre outros. Uma diferença

compreendida entre o indivíduo que trabalha no fordismo e no toyotismo é que neste último, o trabalho parece mais envolvente, participativo e mais livre.

As transformações não se resumiam a produção propriamente dita, ou seja, às transformações no campo da tecnologia e do processo de trabalho somaram-se mudanças no regime de acumulação e nas modalidades de regulamentação. O Quadro 1 apresenta uma comparação entre o fordismo e a acumulação flexível que possibilita visualizar as mudanças ocorridas nos níveis da produção, do trabalho, do espaço, do Estado e da ideologia.

**Quadro 1 - Contraste entre o fordismo e a acumulação flexível**

<b>Produção Fordista</b> (baseada em economia de escala)	<b>Produção just-in-time</b> (baseada em economias de escopo)
<b>A - O PROCESSO DE PRODUÇÃO</b>	
Produção em massa de bens homogêneos	Produção em pequenos lotes
Uniformidade e padronização	Produção flexível e em pequenos lotes de uma variedade de tipo de produto
Testes de qualidade <i>ex-post</i> (detecção tardia de erros e produtos defeituosos)	Controle de qualidade integrado ao processo (detecção imediata de erros)
Produtos defeituosos ficam ocultados nos estoques	Rejeição imediata de peças com defeito
Perda de tempo de produção por causa de longos tempos de preparados, peças com defeito, pontos de estrangulamento nos estoques, etc.	Redução do tempo perdido, reduzindo-se “a porosidade do dia de trabalho”
Voltada para os recursos	Voltada para a demanda
Integração vertical e (em alguns casos) horizontal	Integração (quase-) vertical, subcontratação
Redução de custos através do controle dos salários	Aprendizagem na prática integrada ao planejamento a longo prazo
<b>B – TRABALHO</b>	
Realização de uma única tarefa pelo trabalhador	Múltiplas tarefas
Pagamento <i>pro rata</i> (baseado em critérios da definição do emprego)	Pagamento pessoal (sistema detalhado de bonificações)
Alto grau de especialização de tarefas	Eliminação da demarcação de tarefas
Pouco ou nenhum treinamento de trabalho	Longo treinamento no trabalho
Organização vertical do trabalho	Organização mais horizontal do trabalho
Nenhuma experiência de aprendizagem	Aprendizagem no trabalho
Ênfase na redução da responsabilidade do trabalhador	Ênfase na co-responsabilidade do trabalhador
Nenhuma segurança no trabalho	Grande segurança no emprego para trabalhadores centrais (emprego perpétuo). Nenhuma segurança no trabalho e condições de trabalho ruins para trabalhadores temporários
<b>C – ESPAÇO</b>	

Especialização espacial funcional (centralização/descentralização)	Agregação e aglomeração espaciais
Divisão espacial do trabalho	Integração espacial
Homogeneização dos mercados regionais de trabalho (mercados de trabalho espacialmente segmentados)	Diversificação do mercado de trabalho (segmentação interna do mercado de trabalho)
Distribuição em escala mundial de componentes e subcontratantes	Proximidade espacial de firmas verticalmente quase integradas
<b>D – ESTADO</b>	
Regulamentação	Desregulamentação/re-regulamentação
Rigidez	Flexibilidade
Negociação coletiva	Divisão/individualização, negociações locais ou por empresas
Socialização do bem-estar social (o Estado do bem-estar social)	Privatização das necessidades coletivas e da seguridade social
Estabilidade internacional através de acordos multilaterais	Desestabilização internacional, crescentes tensões geopolíticas
Centralização	Descentralização e agudização da competição inter-regional/interurbana
O Estado/cidade “subsidiador”	O estado/cidade “empreendedor”
Intervenção indireta em mercados através de políticas re renda e de preços	Intervenção estatal direta em mercados através de aquisição
Políticas regionais nacionais	Políticas regionais “territoriais” (na forma de uma terceira parte)
Pesquisa e desenvolvimento financiados pelas firmas	Pesquisa e desenvolvimento financiados pelo Estado
Inovação liderada pela indústria	Inovação liderada pelo Estado
<b>E – IDEOLOGIA</b>	
Consumo de massas de bens duráveis: a sociedade de consumo	Consumo individualizado: cultura “yuppie”
Modernismo	Pós-modernismo
Totalidade/reforma estrutural	Especificidade/adaptação
Socialização	Individualização; a sociedade do “espetáculo”.

Fonte: HARVEY, 2005

Verifica-se que um conjunto de transformações micro e macroeconômicas engendrou o novo regime de acumulação que se caracteriza, especialmente pela flexibilização dos mercados (de trabalho, consumidor e internacional – redução das barreiras comerciais) e redução da intervenção estatal na economia. Percebe-se que as transformações em âmbitos como a produção, o trabalho e o Estado, não ocorreram de forma isolada. As transformações na forma de regulamentação do trabalho foram fundamentais para que a flexibilidade da produção e do trabalho fosse concretizada. Noutros termos, o novo regime de acumulação foi viabilizado pelo amparo institucional fornecido pelos Estados às relações entre os capitais (relações entre empresas) e às relações entre o capital e o trabalho.



As políticas de flexibilização que reduziram as barreiras comerciais ao livre comércio, impactaram diretamente o desenvolvimento econômico e social. No que tange ao trabalho, as regulações que o protegiam foram sistematicamente eliminadas, pois eram concebidas como entraves, ou seja, representavam a tão combatida rigidez do mercado de trabalho (custos elevados do trabalho que refletiam nos custos de produção), que limitava a competitividade das empresas.

Com relação à classe trabalhadora, Antunes (1999) afirma que sob o toyotismo houve uma intensificação da exploração do trabalho, já que o trabalhador passou a ser polivalente, trabalhando com diversas máquinas. Ainda de acordo com o autor mencionado, houve uma desespecialização dos profissionais, transformando-os em trabalhadores multifuncionais.

Assim, ocorre também uma flexibilização dos trabalhadores, em que esse sistema estrutura-se a partir de um número mínimo de funcionários, ocorrendo a realização de horas extras. A flexibilização do trabalho fez com que aumentasse o trabalho ilegal. Nesta época, denominavam-se trabalhadores temporários ou subcontratação, terceirização, entre outros. Cabe salientar, que sob esse modelo ocorreu a desregulação dos direitos trabalhistas, havendo também vários movimentos grevistas, contra a racionalização do trabalho e em prol do aumento salarial, momento em que as empresas empreenderam uma repressão contra o movimento dos trabalhadores.

No fordismo, o operário sofria com o trabalho repetitivo, massificado, intenso e, no toyotismo, o mesmo passava pela exploração, a intensificação e a precarização do trabalho, visto que neste último, pregavam pela valorização do trabalho em equipe, da flexibilização e da qualificação do trabalhador. Estes sistemas vigentes em questão focam-se somente na busca desenfreada pelo lucro em uma sociedade capitalista caracterizada por um mercado competitivo e instável.

Ao abordar estas mudanças que vem ocorrendo no mundo do trabalho, vê-se a necessidade de uma análise das consequências dessas mutações no interior da classe trabalhadora, destacando “o lugar” dos trabalhadores em meio a estas transformações.

## **1.2 – Da eficiência produtiva à instabilidade da classe trabalhadora: formas de trabalhos atípicos**

Segundo Antunes (2005), o mundo do trabalho passou por várias metamorfoses, as quais alteraram de alguma forma a classe trabalhadora e os modos de trabalho. Quando

ocorreu a reestruturação produtiva, especificamente com a retração do binômio taylorismo/fordismo do capital, houve uma diminuição da classe operária industrial tradicional, fabril, manual, estável e especializada, herdeira da era da indústria verticalizada.

O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão, sem precedentes na era moderna, do desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços (ANTUNES, 1999, p. 41).

O mundo contemporâneo para Antunes (2005) fez deflagrar com grande intensidade o universo do não trabalho, o mundo do desemprego. A precarização do trabalho afeta um grande contingente de trabalhadores que têm seu cotidiano moldado pelo desemprego estrutural, isto é, homens e mulheres disponíveis para o trabalho oscilam entre a busca quase inglória do emprego ou o aceite de qualquer labor. Esse contexto contribui para a instauração de formas alternativas de trabalho desregulamentadas.

Houve uma redução significativa do conjunto de trabalhadores estáveis que se estruturavam através de empregos formais. Bem como a utilização de uma força de trabalho que entra e sai rapidamente sem custos, surgindo os mais diversos tipos de subempregos que podem ser relacionados à subproletarização do trabalho,

[...] presente nas formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, "terceirizado", vinculados à "economia informal", entre tantas modalidades existentes. (...) essas diversas categorias de trabalhadores têm em comum a precariedade do emprego e da remuneração; a desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais vigentes ou acordadas e a conseqüente regressão dos direitos sociais, bem como a ausência de proteção e expressão sindicais, configurando uma tendência à individualização extrema da relação salarial (ALAIN BIHR, 1991 *apud* ANTUNES, 1999, p.44).

A reestruturação produtiva contribuiu para a emergência de atividades marcadas pela desqualificação do trabalho. Enfim, criou-se uma massa de trabalhadores atípicos: trabalhadores temporários que não possuem garantia de emprego; trabalhadores parciais, integrados precariamente as empresas e que não efetuam um ofício a tempo inteiro e de maneira permanente; subcontratados; terceirizados; trabalhadores informais; desempregados, ou seja, trabalhadores sem estabilidade. Todo este processo na estrutura produtiva e no mercado, possibilitou também a exploração da mão de obra feminina em ofícios de tempo parcial, em trabalhos domésticos, entre outros.

Antunes; Alves (2004) e Antunes (2005) observam a tendência mundial de recurso ao trabalho feminino, mas em condições inferiores ao trabalho masculino. Configura-se uma nova divisão sexual do trabalho, pois as mulheres são destinadas a áreas de trabalho intensivo, com níveis superiores de exploração, enquanto as áreas caracterizadas como de capital intensivo, são reservadas aos homens. Segundo Antunes; Alves (2004, p.338),

[a] expansão do trabalho feminino tem, entretanto, um movimento inverso quando se trata da temática salarial, na qual os níveis de remuneração das mulheres são em média inferiores àqueles recebidos pelos trabalhadores, o mesmo ocorrendo com relação aos direitos sociais e do trabalho, que também são desiguais.

De acordo com Cappelin (2004) as formas atípicas de trabalho resultam nos baixos salários, na falta de garantia de direitos de proteção social e, por consequência, na limitação de investimentos em qualificação profissional. A realidade que passa existir no mundo do trabalho se acorda nas exigências do capital, os empregadores buscam uma formação imbricada na preparação de profissionais flexíveis, polivalentes e que dominem o processo das atividades em suas empresas.

Embora a classe trabalhadora tenha se qualificado em vários setores, de acordo com Antunes (2005) ocorreu uma desqualificação e precarização em diversos ramos – como, por exemplo, na indústria automobilística. Criou-se, de um lado, em menor escala, o trabalhador “polivalente e multifuncional” da era informacional (qualificados) e, de outro lado, uma massa de trabalhadores precarizados, sem qualificação, que se presenciam em empregos temporários, parciais, precarizados, ou mesmo vivenciando o desemprego estrutural.

Seguindo essa perspectiva, Bernardo (2000) afirma que a intensificação do processo de reestruturação produtiva do capital estabeleceu duas formas de exploração da força de trabalho: primeira, aumentando a intensidade do trabalho, consistindo em realizar uma quantidade maior das mesmas operações sem aumentar as horas trabalhadas; segunda, aumentando a sua qualificação, que significa realizar novas operações que exijam maior destreza manual, ou conhecimento mais especializado com maior capacidade de raciocínio e de organização. O autor propôs denominar trabalho complexo aquele que é ao mesmo tempo mais intensivo e mais qualificado.

Para Alves (2001), com o aumento da intensidade do trabalho, duplicando as operações realizadas sem aumentar o número de horas trabalhadas, o trabalhador passa a ser explorado duplamente, e, com o aumento da qualificação, esse passa a desenvolver vários

trabalhos elementares que são ampliados na medida em que aumenta sua qualificação. Desta maneira, conforme a autora, o modo de produção capitalista apresenta um grau de complexidade que exige uma força de trabalho com uma formação cada vez mais demorada, de forma a levar o trabalhador a aumentar o tempo dedicado à instrução e preparação para o trabalho<sup>3</sup>.

As várias empresas vêm alterando seus processos produtivos para atender às exigências da economia de mercado, passando a idéia de que há uma defasagem em relação aos requisitos profissionais necessários para que o trabalhador volte ao mercado de trabalho, e de que os novos processos de produção exigem um conhecimento maior do conjunto das atividades e o desenvolvimento de versatilidades quanto ao domínio de diversas tarefas. O discurso dominante utiliza termos como competitividade, eficiência, qualidade total, para justificar as novas exigências feitas ao trabalhador para que ingresse no mercado de trabalho. Com isso, os trabalhadores ainda têm que arcar com os custos de cursos preparatórios na tentativa de encontrar uma oportunidade de emprego, o que nem sempre ocorre (ALVES, 2001, p.85).

Bernardo (2000) afirma que, no âmbito da reestruturação produtiva do capital, está havendo uma reorganização global da força de trabalho, em que uma minoria de profissionais altamente qualificados tem acesso à seguridade social e estabilidade no emprego e a maioria dos trabalhadores estaria condenada a uma atividade instável ou em tempo parcial, boa parte atuando de forma “ilegal”. “Os desempregados a longo prazo só conseguem voltar a encontrar trabalho em profissões sem estabilidade de emprego nem segurança social. No melhor dos casos poderão exercer atividades em empresas terceirizadas. De resto, irão alimentar a economia informal (...)” (BERNARDO, 2000, p. 45). Os trabalhadores desempregados poderão ter uma parte de si atuando em atividades informais. Apesar da terceirização e a economia informal assumirem uma considerável importância na ajuda da redução do desemprego, para este autor, as consequências e as implicações do crescimento da economia paralela são gravíssimos.

Cabe ressaltar que a reestruturação produtiva capitalista torna visível um dos problemas prementes do mercado de trabalho, qual seja, o desemprego. Porém, a relação salarial fordista sofre transformações “menos visíveis”, mas talvez mais importantes e dramáticas do ponto de vista do trabalho. Trata-se da precarização do emprego, expressa, por exemplo, nas formas atípicas de contratação. Nesse sentido, o assalariamento padrão, ou seja,

---

<sup>3</sup> Contudo, cabe ressaltar que não defendemos o argumento de que a falta de emprego está relacionada a falta de qualificação da mão de obra, pois segundo Alves (2001) “o problema não está na falta de qualificação do trabalhador, mas sim na falta de emprego.”

o emprego por tempo indeterminado, concentrado especialmente em grandes empresas e cujo contrato é mediado por convenções coletivas começa a expressar uma imagem do passado (PAMPLONA, 2001).

O trabalho atípico é associado à precarização do trabalho que, por sua vez, parece expressar o objetivo das empresas de redução dos custos de produção. Noutros termos, há a redução do custo da mão de obra mediante a supressão de direitos trabalhistas outrora existentes – assalariamento padrão. As formas atípicas de emprego estão relacionadas, deste modo, às estratégias de flexibilização das relações de trabalho. Trata-se da chamada flexibilização quantitativa ou externa. Segundo Pamplona (2001, p.53) essa estratégia permite que as empresas ajustem de forma eficaz as “suas despesas com mão de obra às flutuações da demanda e à intensificação da concorrência [...] são maneiras de facilitar as contratações e demissões de trabalhadores, contornar acordos coletivos e reduzir custos trabalhistas”.

A flexibilidade atinge de forma diferenciada os trabalhadores. O grupo menos qualificado, normalmente mais atingido por estas transformações, experimenta contratos de trabalho em tempo parcial, temporário ou são externalizados/terceirizados. A subcontratação, por outro lado, também atinge a mão de obra mais qualificada. Nesse caso, as empresas estimulam o desligamento voluntário desses trabalhadores, incentivam que os mesmos constituam microempresas que prestem serviços às suas antigas empregadoras.

Juntamente com a terceirização, a economia informal revela-se hoje como um perigoso fator de diferenciação na classe trabalhadora não só em escala mundial, mas também em cada país, repartindo-os entre: 1) um núcleo de profissionais altamente qualificados e, por isso, muito produtivos, permitindo-lhes receber salários relativamente elevados e, especialmente, gozar de estabilidade no emprego e de direitos sociais; 2) um grande contingente de trabalhadores empregados em empresas subcontratantes, ou trabalhando em regime de terceirização ou de *part-time*, e que, além de ganharem menos, apresentam uma situação sempre precária; 3) um setor socialmente marginalizado e condenado às formas mais degradadas da mais-valia absoluta. A economia informal fica difundida no segundo e terceiro setores (BERNARDO, 2000).

Bernardo (2000) menciona uma fonte de precariedade do trabalho – extração de mais-valia absoluta a partir de formas degradadas de trabalho – que foi sistematizada por autores de orientação crítica ao sistema capitalista. Em uma perspectiva teórica mais ampla, o quadro de precarização do trabalho pode ser compreendido a partir de dois conceitos de inspiração marxista, atualizados com o intuito de compreender as transformações no mundo do trabalho no contexto histórico da reestruturação produtiva. Trata-se das abordagens que

destacam, por um lado, a superexploração do trabalho, baseadas nas formas de extração do sobretrabalho fundamentadas na mais-valia absoluta e, por outro lado, abordagens que enfatizam a extração do sobretrabalho fundamentada no avanço da ciência e tecnologia ou mais-valia relativa, noutros termos, na proeminência do princípio do trabalho morto no processo produtivo.

A partir da década de 1970, nos países de capitalismo avançado, o processo de reestruturação produtiva foi marcado pela flexibilidade e desregulamentação do trabalho. Articula-se a esse contexto, segundo Mészáros (2006), a tendência socioeconômica de equalização descendente da taxa de exploração diferencial. Esse conjunto de fatores contribuiu para a superexploração do trabalho nos países de capitalismo centrais.

O processo de acumulação capitalista no contexto de reestruturação produtiva apresenta os aspectos antagônicos do sistema, a saber: a necessidade de diminuição do trabalho vivo em alguns setores ou ramos produtivos (processos de racionalização com vistas à diminuição dos custos, etc.) e o retorno da superexploração do trabalho. Nos termos de Mészáros (2006, p.38) “temos aqui que enfrentar uma tendência extremamente significativa e de longo alcance: o retorno da mais-valia absoluta, em uma extensão crescente nas últimas décadas, nas sociedades de ‘capitalismo avançado’”.

Nos países periféricos essa forma de extração da mais-valia fez parte da sua estrutura produtiva/laboral<sup>4</sup>. A América Latina historicamente se vinculou à economia mundial de forma dependente, o intercâmbio desigual com os países centrais gerava uma perda de mais-valia que não podia ser readquirida nas relações de mercado (MARINI, 2000).

Nesse contexto, para contrabalançar a perda nas relações de troca, a superexploração da força de trabalho ganhou (e ganha) relevo. Três mecanismos compõem essa forma de extração do sobretrabalho: a intensificação do trabalho, o prolongamento da jornada de trabalho e a redução do consumo operário. Percebe-se na América Latina, em termos tecnológicos e de sua participação na divisão internacional do trabalho, a congruência da superexploração do trabalho “com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia latino-americana, mas também com os tipos de atividades que se realizam nela” (MARINI, 2000, p.125).

Ainda segundo Marini (2000), nega-se ao trabalhador a reposição da sua força de trabalho consumida/despendida no processo produtivo. Há a recorrência em diversos setores

---

<sup>4</sup> Fato também ressaltado por Tumolo (2001, p.82) “Não obstante, para além do desemprego, que assola também o centro do sistema, convertendo-se num dos problemas mais graves da atualidade, e do conjunto de perdas sofridas pelos trabalhadores, uma das principais especificidades do atual padrão de acumulação tem sido a generalização mundial da extração da mais-valia absoluta, inclusive nos países centrais”.

produtivos de salários aquém do seu valor – o trabalhador despende mais força de trabalho do que é capaz de recuperar em jornadas de trabalho intensas e prolongadas.

O processo de reestruturação produtiva no Brasil, iniciado na década de 1980 e intensificado na década posterior, se articula às características históricas do país, por exemplo, à baixa remuneração da força de trabalho – essa característica apresenta efeitos contraditórios, pois se por um lado há a atração de investimentos externos, por outro, pode ser um obstáculo ao avanço tecnológico interno (ANTUNES, 2006). Adverte-se que a reestruturação produtiva não é homogênea, há uma mescla de modelos produtivos. Enfim, percebe-se no país “a combinação entre padrões produtivos tecnologicamente mais avançados<sup>5</sup> e uma melhor qualificação da força de trabalho oferece como resultante um aumento da superexploração da força de trabalho” (ANTUNES, 2006, p.19).

Outras abordagens, como a de Alves (2008), destacam a expansão do capital em escala global baseada na extração da mais-valia relativa. Segundo Alves (2008, p.12),

[...] a grande indústria é a forma histórica em que o capital, como “contradição viva”, atinge seu pleno desenvolvimento categorial. Por isso, a vigência contraditória de ideologias de racionalização do trabalho vivo (fordismo-taylorismo e toyotismo) nas condições da organização da produção capitalista baseada no princípio do trabalho morto.

Essa predominância de métodos de produção baseados no trabalho morto rompe com a perspectiva segundo a qual a extração da mais-valia está fundamentada na intensificação do trabalho e no prolongamento da jornada diária do trabalhador. A reestruturação produtiva do capital e as conseqüentes transformações nas relações de trabalho não poderiam ser analisadas a partir da superexploração do trabalho. A precarização do trabalho expressa a ascendência da mais-valia relativa que torna supérflua a força de trabalho no processo produtivo – daí o aumento da produtividade com o enxugamento da força de trabalho.

Aqui ganha força a ideia da ciência como principal força produtiva que expressa “substituição histórica da substância de ‘trabalho abstrato’, em consequência da alta produtividade (‘força produtiva ciência’) alcançada pela mediação da concorrência” (KURZ, 1992, p.205).

---

<sup>5</sup> Marx (1980) observou que o emprego da maquinaria-tecnologia ou de qualquer outro desenvolvimento das forças produtivas do trabalho apresenta como finalidade “baratear as mercadorias, encurtar a parte do dia de trabalho da qual precisa o trabalhador para si mesmo, para ampliar a outra parte que ele dá gratuitamente ao capitalista. A maquinaria é meio para produzir mais valia” (MARX, 1980, p.424).

Como sugerido anteriormente, o aumento da dimensão constante do capital no processo produtivo não exclui a sua dimensão variável, pois inviabilizaria a reprodução do capital (ANTUNES, 2005). Destarte, em contraposição à tese da ciência como principal força produtiva percebe-se uma maior inter-relação, interpenetração entre trabalho e ciência.

Em resumo, ainda que de modo diferenciado, esse processo de transformações tecnológicas e organizacionais com reflexos sobre a força de trabalho também foi verificado nos países subordinados de industrialização intermediária, como Brasil, México, Argentina entre outros da América Latina. Esses países presenciaram processos de desindustrialização significativos, resultando na expansão do trabalho precarizado, parcial, temporário, informalizado, além de altos níveis de desemprego.

### **1.3 – Algumas características da reestruturação produtiva no Brasil**

Antes de discutirmos algumas especificidades do processo de reestruturação produtiva desencadeado no Brasil, é necessário que tomemos como diretrizes o desenvolvimento do capitalismo no país, a fim de determinar as formas assumidas na atualidade pelas condições socioeconômicas e pelo sistema produtivo. Deve-se levar em conta de igual modo, as características da industrialização brasileira, a qual ilustra o lugar ocupado pelo país na divisão internacional do trabalho e sua histórica dependência aos países de capitalismo hegemônico. Nesse sentido, de acordo Hotz; Zanardini (2009), tanto a industrialização quanto a reestruturação produtiva adquiriram contornos peculiares na realidade brasileira.

O capitalismo no Brasil surgiu da economia colonial, quando o país exportava produtos agrícolas que se constituíam em matéria prima utilizada nos países onde o capitalismo já estava radicado e onde esses produtos eram industrializados. Entre as principais razões da subordinação e da dependência aos países de capitalismo central, estava a condição de exportador de produtos agrícolas e o fraco desenvolvimento das forças produtivas que empregavam mão de obra escrava. Havia ainda a anuência das elites nacionais em relação à exploração das riquezas internas mediante esforço dos trabalhadores, pois estes eram duplamente apropriados (pela burguesia nacional e pela burguesia internacional). Assim, “(...) aliado ao movimento externo, o capitalismo no Brasil se constituiu sempre submisso ao desenvolvimento do capital em escala mundial, exercendo uma posição periférica no processo de reprodução ampliada do capital” (HOTZ; ZANARDINI, 2009, p.132).



O avanço da industrialização ocorrida nas primeiras décadas do século XX consolidou o capitalismo no Brasil. Contudo, este avanço das condições produtivas via industrialização se deu a partir de um crescimento interno e de forma diferente em comparação aos países centrais. Impende observar, que a importação de mão de obra, de técnica e de tecnologia se constituiu como marca permanente do processo de industrialização brasileiro, caracterizado desde então, por uma condição de dependência dos países centrais. Portanto, isto esclarece as razões pelas quais, ao ocorrer uma crise na economia mundial dominante, o país logo sofra as consequências de sua dependência.

Essas características conferem peculiaridades ao sistema econômico e produtivo brasileiro, especialmente no que tange à configuração do mercado de trabalho e às formas de utilização da força de trabalho. Esse sistema econômico, com características particulares, passou por significativas transformações na década de 1990, notadamente a emergência da crise do emprego, expressa na desestruturação do mercado de trabalho e por um novo desemprego estrutural (POCHMANN, 1998) provenientes da inauguração de políticas econômicas do programa neoliberal do governo Collor. Esse programa resultou em um considerável aumento nas taxas de desemprego e na precarização do trabalho, ocasionadas pela mudança de comportamento das empresas capitalistas a partir dos Planos Collor I e II. Os planos de estabilização do governo Collor provocaram uma crise recessiva, levando as empresas a diminuir os gastos com a força de trabalho, resultando em demissões, terceirização, programas de racionalização, entre outros.

Houve um razoável crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) entre os anos de 1993 a 1995, associado ao êxito do Plano Real, implementado em 1994, que logrou a redução da inflação, possibilitou o acesso ao crédito e reduziu a corrosão do poder dos salários/rendas. Em síntese o Plano Real ocasionou uma redução da inflação a níveis bastante baixos, que apresentaram duração não observada na década de 1980 e mesmo no início dos anos de 1990 (HOTZ; ZANARDINI; 2009, PAMPLONA, 2001).

A década de 1990 apresentou um contexto de instabilidade e de inúmeras mudanças na economia, o que impeliu as empresas instaladas no Brasil à implementação de ações reestruturadoras dos seus padrões produtivos. Segundo Pamplona (2001, p. 179-180):

Diante das ameaças da maior concorrência externa, da desregulamentação econômica e de um ambiente macroeconômico adverso; as empresas reagiram ao novo contexto institucional promovendo cortes drásticos de pessoal, implantando inovações organizacionais, desverticalizando-se, flexibilizando suas relações com seus trabalhadores, redefinindo produtos e processos, focalizando suas atividades em segmentos de mercado nos quais

tinham maior capacidade de competição, revendo suas relações com fornecedores e clientes. Esta modernização ou reestruturação produtiva esta permitindo tendências e fenômenos existentes a mais tempo nos países desenvolvidos, que foram caracterizados para alguns como “reestruturação produtiva pós-fordista”, passem a estar presentes também na economia brasileira.

As práticas e orientações da produção flexível foram incitadas e adotadas tanto por empresas nacionais, quando por empresas multinacionais situadas no país. Novas técnicas e formas de organização da produção (JIT – *Just in Time* –, CQT – Controle de Qualidade Total –, TPM – Manutenção Preventiva Total, Células de Produção, Círculos de Qualidade, Polivalência, entre outras) ganharam espaço no meio empresarial brasileiro. Setores não industriais também passaram pelo processo de reestruturação. O caso do setor bancário é bastante conhecido, os ajustamentos e a reestruturação afetaram drasticamente o emprego nos bancos. Ainda na década de 1980, o processo de automação no setor foi intensificado, prosseguindo nos anos seguintes. Algumas características marcaram esse processo: o investimento em telecomunicações; a difusão de redes locais e sistemas *on line*, implementação do autoatendimento, a criação de agências virtuais – além de técnicas como o *just in time* e a terceirização de diversas atividades (PAMPLONA, 2001).

Em resumo, o processo de reestruturação produtiva da economia brasileira é localizado, heterogêneo e gradual, porém isso não inviabiliza a sua análise como um processo que se difunde na estrutura produtiva/econômica do país (que nos abarca). Segundo Pamplona (2001, p.180), embora sejam percebidas “ações de natureza puramente defensiva no processo de mudança das empresas industriais – e também não industriais – brasileiras na década de 1990, é indispensável perceber o grande peso, ou talvez preponderância, de estratégias e ações modernizantes”.

Portanto, a propagação do uso de inovações organizacionais e tecnológicas advindas do processo de reestruturação produtiva, os efeitos da liberalização comercial juntamente com a aguda recessão sofrida pela indústria no início da década, produziram uma elevação dos níveis de desemprego e o aumento da economia informal no Brasil da década de 1990. Entretanto, ainda quando a economia voltou a crescer, não houve a contratação de novos empregados, fato este que aumentou a lucratividade capitalista (HOTZ, ZANARDINI; 2009).

Assim sendo, os impactos do desemprego a partir dos anos 1990 são significativos, fazendo com que outras formas de trabalho e de aquisição de rendas exercidas à margem de controle estatal ganhassem importância. Compete ressaltar ainda que, no Brasil

uma massa de trabalhadores de setores industriais e de serviços formalizados ao ser impelida a situações de informalidade (incapaz de absorver o contingente de trabalhadores excluídos do setor formal), configura uma nova forma de precarização do trabalho, tornando ainda mais graves e profundas as desigualdades sociais e a expansão da pobreza (ALVES, 2001; HOTZ; ZANARDINI, 2009).

Uma característica da reestruturação produtiva brasileira consiste na diferenciação e a heterogeneidade tecnológica e produtiva, pois as antigas tecnologias conviveram e convivem com as novas. Ou seja, a realidade brasileira comporta tanto elementos de continuidade como de descontinuidade em relação às fases anteriores, pois há uma mescla nítida entre elementos do fordismo, que ainda encontra vigência acentuada, e novos processos produtivos, a saber, elementos provenientes das novas formas de acumulação flexível e das práticas *toyotistas* que foram assimiladas com vigor pelo setor produtivo brasileiro. (SANTANA; RAMALHO, 2004; ANTUNES, 2011; HOTZ; ZANARDINI, 2009).

Do mesmo modo que a industrialização brasileira se deu pela apropriação de máquinas dos países centrais que realizaram a Revolução Industrial, a reestruturação produtiva foi uma readequação ao desenvolvimento tecnológico e dos processos de trabalho ocorrido nos países de capitalismo central. Destarte,

O avanço técnico-científico no país favoreceu, de um lado, o aumento da produtividade e a acumulação de capital e, de outro, produziu o aumento do desemprego, a superexploração dos trabalhadores empregados e a precarização das condições de trabalho. Isso evidencia que o crescimento econômico pode acontecer sem desenvolvimento social, melhorando as condições de vida somente da classe dominante e degradando as da classe trabalhadora. Aliás, tal constatação reside no entendimento de que a exploração dos trabalhadores é uma condição para a elevação do lucro e do desenvolvimento das economias capitalistas. Assim, a pobreza, a precarização das condições de vida e de trabalho e a exclusão social acompanham a reestruturação produtiva (HOTZ; ZANARDINI, 2009, p. 136).

De acordo com as perspectivas utilizadas, no Brasil algumas características como a superexploração da classe trabalhadora é reforçada pela forma de desenvolvimento do capitalismo, sempre subordinado, articulado e dependente dos países de capitalismo central. Desta maneira, verifica-se que a reestruturação produtiva principalmente nos países de capitalismo periférico tem degradado as condições de vida dos trabalhadores.

A recente dinâmica econômica do país, marcada por processos de reestruturação econômica, tem impactado diretamente a configuração do mercado de trabalho no Brasil.

Nesse contexto, embora as abordagens variem, a dinâmica da informalidade tem sido analisada a partir da influência de dois processos. Por um lado, o mercado de trabalho tem sido influenciado pela perda de dinamismo econômico do país e um conseqüente incremento do desemprego, da terceirização, das formas atípicas de contratação, resultantes de um “novo” modelo produtivo marcado pela política de enxugamento (de postos de trabalho) nas empresas reestruturadas, pela flexibilização do trabalho, pela busca de redução nos custos de produção e aumento de produtividade (com redução do número de trabalhadores) em um cenário de aumento da competição internacional. Por outro lado, fatores institucionais (custos com seguridade social e regulamentação do trabalho) têm sido considerados importantes fontes de estímulo ao aumento das relações de trabalho informais no país. Percebe-se a complexidade que envolve a informalidade no país, um conjunto de fatores intrarrelacionados (que remontam a formação do mercado de trabalho no país até fatores relacionados – direta ou indiretamente – ao contexto de reestruturação produtiva) condiciona a dinâmica da informalidade no Brasil.

## **CAPÍTULO II**

### **AS DIFERENTES CONCEPÇÕES ACERCA DA INFORMALIDADE: A COMPLEXIDADE DE UM “CONCEITO”**

São atribuídos à Organização Internacional do Trabalho (OIT) os primeiros estudos sobre o setor informal, termo que em 1972 foi utilizado pela primeira vez em pesquisas realizadas no continente africano. Basicamente, a informalidade é relacionada a atividades realizadas a margem de qualquer regulamentação ou controle por parte do poder público. Do mesmo modo, caracteriza-se pela produção em pequena escala, reduzido emprego de técnicas, mercados desregulamentados e competitivos, em que é difícil distinguir a quase inexistente diferença entre capital e trabalho.

Fenômenos tais como a contratação irregular/ilegal de trabalhadores sem registro em carteira, as falsas cooperativas de trabalho, os contratos atípicos de trabalho, o trabalho em domicílio, os autônomos, o comércio ambulante, a evasão fiscal das microempresas e a economia subterrânea podem ser evocados como exemplos da diversidade de situações que podem caracterizar este setor. Embora haja essa diversidade de manifestações, existe um ponto de convergência no setor: geralmente, envolvem trabalhadores cuja condição tende a ser mais precária em razão de estarem em atividades em discordância com as normas legais ou fora do alcance das instituições públicas de seguridade social (KREIN; PRONI, 2010).

A noção de setor informal também foi utilizada nas análises sobre os países latino-americanos e se deu por meio da experiência do Programa Regional de Emprego para América Latina e Caribe (PREALC) a partir dos anos 1970. Neste contexto, a expressão foi empregada como referência para explicar questões mais globais do mercado de trabalho, especialmente aquelas ligadas ao desemprego e subemprego.

O setor informal apresenta características complexas, o que torna difícil a sua definição precisa – ao longo do texto apresentaremos algumas tentativas de sistematização de um conceito sobre o setor. Além de ser bastante heterogêneo, compreende um amplo contingente de pessoas oriundas das mais diversas atividades. As transformações recentes no mundo do trabalho têm dificultado ainda mais a exatidão do conceito de setor informal, já que atualmente se encontram as mais variadas formas de trabalhos atípicos (ALVES; TAVARES, 2007; ALVES, 2001).

Para vários estudiosos a utilização do conceito de setor informal torna-se bastante restrita e impõe-se a necessidade de sua ampliação. Para Malaguti (2001), por exemplo, o conceito de informalidade por ser mais amplo, engloba o conceito de setor informal,

abrangendo situações diversas que não poderiam ser apreendidas por meio de conceitos fechados ou setoriais. Contudo, neste estudo optamos por utilizar os termos como sinônimos, para melhor dialogar com a bibliografia que trata de temas ligados às atividades informais e suas formas de reprodução.

## 2.1 – Breves considerações acerca do setor informal

Há um grande conflito em torno do significado de “informal” e precisá-lo, do ponto de vista conceitual, ainda é uma tarefa árdua. De fato, é complexa a própria natureza da informalidade, englobando diferentes categorias de trabalhadores com inserções ocupacionais bastante particulares. Para apreender as diferentes formas de trabalho que envolve esses trabalhadores na situação de informalidade o enfoque adotado toma como ponto de partida os termos da discussão proposta pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O uso da expressão “Setor Informal”<sup>6</sup> tem suas origens nos estudos realizados pela OIT no fim dos anos 1960. Esta expressão foi utilizada pela primeira vez em particular, nos relatórios sobre Gana e Quênia na África, elaborados no âmbito do “Programa Mundial do Emprego” em 1972. Foi verificado que nestes países, o maior problema não era o desemprego, mas sim um grande volume de trabalhadores de baixa renda vivendo de atividades econômicas consideradas à margem da lei e desprovidas de regulamentação pelas autoridades públicas, ou seja, o funcionamento inadequado do mercado de trabalho. Portanto, a OIT buscava o aprofundamento nos estudos dos fatores de geração de emprego naqueles países, com a finalidade de formular políticas econômicas para o combate à informalidade e à pobreza. (ALVES, 2001; SILVA; BARBOSA, 2001).

Neste mesmo estudo, foi assinalado que dois tipos de mercado de trabalho funcionavam simultaneamente: a) um setor formal, cujo funcionamento das atividades foi definido como tendo barreiras à entrada, com recursos externos, sistema de propriedade impessoal operando em mercados amplos e protegidos por cotas e tarifas, grande escala de produção, processos produtivos de tecnologia moderna e intensivos em capital e mão de obra qualificada e; b) um setor informal, definido pela inexistência de barreiras à entrada, aporte de recursos de origem doméstica, propriedade individual, operando em pequena escala,

---

<sup>6</sup> De acordo Krein; Proni (2010) era inexistente um corpo teórico de investigação social que esclarecesse o que constituía a informalidade. As atividades informais foram pensadas como formando um *setor*, que engloba tanto empresas como indivíduos envolvidos na produção de bens, na prestação de serviços pessoais ou no pequeno comércio.

processos produtivos intensivos em trabalho, atuando em mercados competitivos e não regulados (SILVA *et al*, 2002).

O setor informal de acordo a OIT, do ponto de vista econômico, se caracteriza pela produção em menor escala, reduzido emprego de técnicas, pelos mercados desregulamentados e competitivos e pela quase inexistente separação entre o capital e trabalho. Tais unidades, além da utilização de pouco capital e mão de obra, sobretudo desqualificada, oferecem empregos instáveis e baixas rendas. O trabalho informal também se inscreve para a organização, no campo da ausência de relações contratuais, regidas por legislação trabalhista e fiscal - entre os agentes econômicos. “O setor também se caracteriza pela falta de acesso a financiamentos e créditos normalmente disponíveis ao setor formal e pela baixa capacidade de acumulação de capital e riqueza.” (JAKOBSEN *et al*, 1996, p. 16). Desse modo, a definição do setor informal nestes estudos, concentrava-se na descrição de um conjunto de atividades informais, praticadas tanto por indivíduos quanto por empresas.

A definição operacional de setor informal de acordo os critérios da OIT, contidos na Recomendação aprovada na 15ª Conferência de Estatísticos do Trabalho (1993), inclui as seguintes categorias: 1) Assalariados em empresas com até cinco empregados: a) com carteira assinada, b) sem carteira assinada; 2) Assalariados sem carteira assinada em empresas com mais de cinco empregados; 3) Empregadores em empresas com até cinco empregados; 4) Donos de negócio familiar; 5) Autônomos: a) que trabalham para o público, b) que trabalham para empresas; 6) Empregados domésticos; 7) Trabalhadores familiares. Além, obviamente, do segmento “assalariados sem carteira de trabalho assinada”.

Destaca-se que estas categorias, segundo Jakobsen *et al* (1996, p.08), seguem as seguintes definições:

Assalariado: é o trabalhador que tem vínculo empregatício caracterizado pela legislação vigente, com ou sem carteira de trabalho assinada. Sua jornada de trabalho é prefixada pelo empregador e sua remuneração normalmente é fixa, sob forma de salário, ordenado ou soldo, podendo incluir adicionais por tempo de serviço, cargos de chefia, insalubridade e periculosidade. Inclui também o indivíduo que presta serviço religioso, assistencial ou militar obrigatório com alguma remuneração.

O autônomo ou por conta própria: explora seu próprio negócio ou ofício e presta seus serviços diretamente ao consumidor ou para determinada(s) empresa(s) ou pessoa(s). Subdividindo em: 1) autônomo para empresa, onde é o indivíduo que trabalha por conta própria exclusivamente para determinada(s) empresa(s) ou pessoa(s), mas não tem uma jornada de trabalho prefixada contratualmente, nem trabalha sob o controle direto da empresa, tendo, portanto, liberdade para organizar seu próprio trabalho (horário, forma de trabalhar e ter ou não ajudantes). E, 2) autônomo para o público, onde é identificado como a pessoa que explora seu próprio negócio

ou ofício, sozinho ou com sócio(s) ou ainda com a ajuda de trabalhador(es) familiar(es) e eventualmente tem algum ajudante remunerado em períodos de maior volume de trabalho.

**Empregador:** Este é identificado como a pessoa proprietária de um negócio e/ou empresa ou que exerce uma profissão ou ofício e tem normalmente um ou mais empregados assalariados, contratado(s) de forma permanente. Destaca-se também o dono de negócio familiar.

**Empregados domésticos:** indivíduo que trabalha em casa de família, contratado para realizar serviços domésticos. Pode ser mensalista ou diarista. O primeiro caso refere-se ao empregado que recebe salário mensal e o segundo, a pessoa que trabalha em casa de uma ou mais famílias recebendo remuneração por dia.

**Trabalhador familiar:** a pessoa que exerce uma atividade econômica em negócios ou no trabalho de parentes sem receber um salário como contrapartida, podendo, no entanto, receber uma ajuda de custo em dinheiro ou mesada.

De acordo com Matsuo (2009), esta classificação definida pela OIT abrange o emprego informal propriamente dito (assalariados sem carteira assinada em empresas com até cinco empregados; autônomos; empregados domésticos e trabalhadores familiares), assim como o emprego formal no setor informal (assalariados com carteira assinada em empresas com até cinco empregados); mas também o emprego informal fora do setor informal (trabalhadores sem carteira assinada em empresas com mais de cinco empregados); e finalmente, os microempresários: empregadores com menos de cinco empregados e donos de negócio familiar que, dependendo do seu faturamento, podem ser considerados pelo governo como pequenos empresários.

Sobre esta vasta diversidade de situações presentes no setor informal, Alves; Tavares (2007) identificam que no interior desse setor, há uma combinação de atividades informais tradicionais com novas formas de trabalho precário sem contrato de trabalho “formalizado”. Sinteticamente, os trabalhadores informais tradicionais são aqueles que vivem de sua força de trabalho e em alguns casos acionam a força de trabalho de familiares, mas normalmente não contratam trabalhadores assalariados. As atividades por eles desempenhadas requerem baixa capitalização obtendo apenas o necessário para sua subsistência.

Dentro destas atividades tradicionais os trabalhadores informais se subdividem em várias categorias específicas: os trabalhadores informais “estáveis” são os detentores dos meios de trabalho ou possuem certo conhecimento profissional, como as costureiras, os pedreiros, os sapateiros, os pintores, os trabalhadores que realizam atividades em sua própria casa, enfim, inúmeros trabalhadores desenvolvendo diversas atividades no setor de prestação de serviços. Os trabalhadores informais “instáveis”, alocados em ocupações casuais que exigem pouca qualificação, demandando basicamente atributos físicos e disposição do



trabalhador para realização de tarefas simples, diversificadas e mal remuneradas. São exemplos os carregadores, serviços gerais, carroceiros, flanelinhas, entre outros. Por fim, os trabalhadores informais “ocasionais ou temporários” que nas situações de desemprego realizam temporariamente atividades informais. A informalidade, neste caso, é percebida como secundária, pois o trabalhador objetiva retornar ao trabalho formal. Existem os casos de trabalhadores que realizam atividades informais (os denominados “bicos”) nos intervalos/folgas da atividade principal/regular. São exemplos atividades como faxineiras, vendedores de diversos produtos (beleza, higiene, etc.), manicures, entre outras.

Percebe-se que nas atividades desenvolvidas por trabalhadores informais tradicionais a remuneração que auferem garante tanto a sua própria reprodução quanto a reprodução do capital. Alves; Tavares (2007, p.432) ao considerarem que as atividades informais concernem à divisão social do trabalho capitalista entendem “que esses trabalhadores também são explorados, pois contribuem para que se efetive a circulação e o consumo das mercadorias produzidas pelas empresas capitalistas”. O trabalho informal, nesse caso, é caracterizado por uma inserção precária, rendimentos extremamente baixos e a não garantia de direitos sociais e trabalhistas elementares.

No que tange às novas formas de trabalho precário, Alves; Tavares (2007) destacam um crescimento significativo dos trabalhadores que de forma recorrente são submetidos a contratos por tempo determinado, não gozam de estabilidade. Trata-se dos trabalhadores assalariados sem registro que se caracterizam, também, por baixos salários, instabilidade no trabalho, desvinculação da previdência, conseqüentemente desprotegidos no longo prazo, etc. O número de empresas que recorria ao trabalho temporário aumentou significativamente na década de 1990, com vistas à redução dos custos com mão de obra (as empresas não eram obrigadas a efetivar os trabalhadores), embora com aumento da rotatividade da força de trabalho.

Alves; Tavares (2007) verificam, ainda, o segmento dos trabalhadores autônomos ou por conta própria. Normalmente são trabalhadores que apresentam uma maior qualificação, são detentores dos seus meios de trabalho e recorrem à sua própria força de trabalho ou à de sua família. Podem, também, empregar uma pequena quantidade de assalariados. Dispõem de pouco capital, geralmente expresso na posse de um pequeno estabelecimento comercial. Podem ser considerados pertencentes à “classe” média. Em consonância com o conceito apresentado pela OIT, verifica que os serviços prestados por esses trabalhadores são direcionados diretamente aos consumidores ou às empresas.

O IBGE também apresenta uma definição do setor informal que acompanha a classificação operacionalizada pela OIT. Admite de igual modo, a inexistência de um acordo geral sobre o significado do termo, uma vez que “a magnitude e natureza do setor informal variam de região para região e de país para país, de acordo com o grau de desenvolvimento e a estrutura de suas economias (PAMPLONA, 2001, p.157)”. O critério principal para definição é o da forma de organização da produção e não seu *status* legal, tendo como ponto de partida a unidade econômica (unidade de produção) e não o trabalhador individual ou a ocupação por ele desempenhada. Deste modo, o IBGE deliberou como pertencentes do setor informal: todas as unidades econômicas de propriedade de trabalhadores por conta própria e de empregadores com até cinco empregados; moradores de áreas urbanas sejam elas a atividade principal de seus proprietários ou atividades secundárias. Ficam excluídas as atividades clandestinas ou ocultas da economia, ou seja, as atividades tipicamente ilegais (PAMPLONA, 2001).

Segundo Jakobsen *et al* (1996), outros termos passaram a ser utilizados para identificar as ocupações informais, como: “setor não-estruturado”, “setor não organizado” ou “setor não protegido”, como também, “economia subterrânea”, economia submersa”, entre outras. Porém, foi conveniente chamar de “informal” tudo o que não era formalizado - dado o conceito de formalização ser mais facilmente determinável - porém a imprecisão quanto ao termo ainda persistiu.

Silva *et al* (2002) destacam que muitos autores resolveram classificar o que era considerado como informal pelo ângulo da posição na ocupação do trabalhador. A partir deste enfoque, surgiu a rotulação de que todo trabalhador que não possuísse carteira de trabalho assinada - que caracteriza o vínculo empregatício pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e o acesso à proteção social (férias anuais remuneradas, 13º salário, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, seguro-desemprego, indenização ao trabalhador dispensado sem justa causa, aposentadoria, Programa de Interação Social/Programa de Formação do Patrimônio do Serviço Público - PIS/PASEP -, entre outros) - seria considerado informal. Com isso, os empregados sem carteira de trabalho assinada e os trabalhadores por conta própria passaram a ser vistos como informais.

Contudo, este modo de classificar a informalidade também apresentou problemas. Para estes autores, três fenômenos são adicionados e mesclados nesta abordagem, que de certa forma obscurece a visão que se tem de cada um. São eles: a ilegalidade, a autonomia e o microempreendimento.

A ilegalidade está inclusa dentro do que se chama informal, sendo que se caracteriza pela contratação de funcionários fora às normas legais (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), ou seja, inexistência da carteira de trabalho assinada. Esta questão abrange também firmas grandes que muitas vezes não estão cumprindo plenamente com a legislação vigente. Em consequência disto, o que é considerado o "setor formal" da economia, é afetado. Porém, nem sempre a legalidade, no sentido de vínculo formal de trabalho, garante que o trabalhador irá usufruir o que lhe é de direito no que tange a direitos assegurados na legislação (SILVA *et al*, 2002).

Noronha (2003) destaca algumas tendências para se entender a relação entre informalidade e ilegalidade, defendendo a concepção de que a ilegalidade se define pelo não enquadramento das práticas à legislação trabalhista. Desta forma, as ideias do autor ligadas ao setor informal, derivam de ordem jurídica que associa o trabalho informal à inexistência da carteira assinada. Neste enfoque, ao caracterizar o setor informal como sinônimo de ilegalidade, Krein; Proni (2010, p.10) consideram que:

o que motivaria a informalidade seria o não pagamento de impostos federais ou municipais, assim como o não cumprimento da legislação trabalhista. E, muitas vezes, a informalidade tende a ser explicada como resultado da imposição de regimes jurídicos e administrativos que impõem altos custos e dispêndio de tempo para o processo de formalização.

Também Ferreira (2007) ressalta que a inexistência de regulamentação jurídica do setor informal, gera consequências aos integrantes, pois os mesmos não são beneficiados pela legislação trabalhista, ficando isentos tanto de encargos sociais, quanto boas condições de trabalhos, salários, entre outros, que estão presentes no setor formal.

O segundo fenômeno pontuado por Silva *et al* (2002) é a Autonomia, definida como “iniciativa empreendedora assumida por determinados trabalhadores, na busca de melhoria de vida, de ter seu próprio negócio e se ver livre de patrões.” (SILVA *et al*, 2002, p. 04). Neste âmbito, são considerados como informais justamente pela condição de executar uma atividade por conta própria. No entanto, existem diferenças dentro deste grupo que comprometem a conservação do uso de um mesmo termo.

Existe uma divisão fundamental entre os autônomos em termos de escolaridade e isso faz com que os mais escolarizados, os chamados profissionais liberais, exibam uma realidade diferente daquela do resto dos trabalhadores por conta própria. Desta forma, percebe-se que nem todo trabalho informal expressa precariedade, pois estas atividades podem proporcionar um nível de renda e de condições de trabalho acima da média em relação

a ocupações formais, justificando assim a permanência de muitos trabalhadores mais escolarizados na informalidade. Outro aspecto importante, é que nem todos os autônomos são ilegais, pois existem aqueles que contribuem à Previdência Social para diminuir riscos futuros.

O terceiro e último fenômeno da informalidade salientado, diz respeito às atividades de microempreendimentos - estas que são desenvolvidas por iniciativas de empreendedores que possuem poucos funcionários. A maioria desses empreendimentos não era legalizada por causa da grande burocracia envolvida, sendo que muitos também apresentam o contrato sem registro em carteira de trabalho devido ao peso dessa legalização no orçamento da firma. No Brasil, esta situação foi suavizada pela adoção do imposto denominado "Simples", que veio atender exatamente à demanda deste tipo de negócio, sendo que esta classificação é determinada principalmente pelo número de empregados. (SILVA *et al.*, 2002).

É difícil encontrar uma explicação para as diferentes razões que levam a não observância da lei, mas, pode-se associar superficialmente com os custos que seriam adquiridos. De acordo com Ulyssea (2004), no caso das firmas, é possível classificar os custos da formalidade em dois grandes grupos: os custos de entrar no setor formal, relacionados ao custo de legalização e registro do empreendimento e os custos de permanecer no setor, que podem ser divididos em duas categorias: custos monetários (impostos e taxas) e custos burocráticos. Em contrapartida, há também variados custos àqueles que optarem pela informalidade/ilegalidade. Resumem-se também a dois tipos: as penalidades impostas à firma quando a infração é detectada e a incapacidade das firmas informais de se beneficiarem parcial ou integralmente dos bens ofertados pelo governo, entre os quais o sistema judicial e a polícia. Este segundo aspecto tem como consequência a impossibilidade de as firmas exercerem plenamente o direito de propriedade sobre seus produtos e capital, o que aumenta a incerteza e os custos de transação e monitoramento dos negócios informais. Além disso, a incapacidade de assegurar os direitos de propriedade faz com que estas firmas tenham seu acesso ao mercado de crédito severamente prejudicado, afetando, assim, sua capacidade de desenvolvimento.

Na perspectiva do trabalhador, o principal custo da formalidade está associado aos impostos inerentes ao contrato formal, em particular, o imposto de renda e a contribuição previdenciária. Por outro lado, a informalidade implica a perda dos benefícios associados ao emprego formal: seguro-desemprego, férias remuneradas, entre outros. Ainda existe a prática de alguns trabalhadores processarem seus empregadores quando demitidos, demonstrando os

contratos desiguais existentes. Além disso, o setor informal caracteriza-se por apresentar taxas de separação e rotatividade mais elevadas do que aquelas observadas no setor formal e, portanto, maior instabilidade das relações de trabalho.

Devido, principalmente, a esta fuga dos impostos e dos registros oficiais, muitos consideram como uma economia clandestina, que hoje se sabe que é do conhecimento de todos, inclusive do aparato estatal. Assim, segundo Siqueira (2008), a ineficiência do sistema estatal, caracterizado pela cobrança excessiva de impostos, pela burocracia e pela corrupção, faz com que a vida dentro das regras, através do pagamento correto de impostos e respeito aos direitos individuais e sociais do cidadão, torne-se inviável, estimulando-se, dessa maneira, o surgimento de sistemas alternativos que, apesar de burlarem a ordem jurídica, garantem condições mínimas de sobrevivência a seus integrantes, funcionando para o Estado como um "freio" capaz de evitar convulsões sociais.

### **2.1.1 – O conceito de informalidade na América Latina**

Segundo Pamplona (2001) a versão latino-americana das discussões acerca do setor informal apresentado no relatório do Quênia foi desenvolvida pelo Programa Regional do Emprego para América Latina e o Caribe - PREALC, instituição de caráter internacional criada pela OIT no final da década de 1960 e responsável pela realização de uma série de estudos sobre o desenvolvimento econômico na América Latina com o intuito de propor estratégias alternativas em que a prioridade fosse a geração de empregos e a elevação dos salários. A orientação de tais estudos baseou-se na concepção defendida e disseminada pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) segundo a qual a universalização das relações de assalariamento e a estruturação de um mercado de trabalho homogêneo não ocorriam devido à debilidade de crescimento econômico nos países subdesenvolvidos. Consequentemente não era possível proporcionar remunerações que gerassem melhorias nas condições sociais das camadas sociais afetadas pela pobreza e pela marginalidade social (KREIN; PRONI, 2010).

O PREALC verificava a origem do setor informal numa força de trabalho excedente concentrada nas cidades latino-americanas, uma vez que o processo acelerado de industrialização e urbanização gerou um intenso crescimento da força de trabalho urbana e, concomitantemente, uma capacidade insuficiente de gerar oportunidades de bons empregos. O aumento da disponibilidade da força de trabalho era explicado por dois fatores: a) alto

crescimento populacional e; b) intenso processo de migração campo-cidade (PAMPLONA, 2001).

Os trabalhadores desse setor auferiam baixas remunerações o que sustentava a perspectiva do PREALC de que havia uma correlação entre a pobreza e o ingresso nesse mercado de trabalho. Além de serem assinalados como socialmente pobres, se caracterizavam pelo baixo nível de instrução e pelas faixas etárias bastante heterogêneas (o setor abarcava tanto os jovens quanto os mais velhos).

A estrutura produtiva dos países latino-americanos caracterizava-se pela heterogeneidade, o que resultou na emergência de dois setores diferenciados no mercado de trabalho: o mercado formal, no qual são geradas vagas de trabalho em empresas organizadas; e o mercado informal, no qual as vagas de trabalho estão relacionadas às atividades de baixo nível de produtividade, realizadas por trabalhadores autônomos e por empresas extremamente pequenas que não operam baseadas em princípios de gestão e organização nos moldes empresariais. Desta forma, enquanto o setor formal definia a renda da economia, o grau de emprego e se encarregava da introdução de novas tecnologias, o setor informal “funcionava como “colchão amortecedor” (ao absorver o excesso de mão de obra na fase recessiva) e como “exército de reserva” (ao liberar mão de obra para o setor estruturado na fase de crescimento acelerado)” (KREIN; PRONI, 2010, p. 09). Ainda segundo os autores citados, ao rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho, o setor informal se conectava de maneira “funcional” ao conjunto das empresas formalmente organizadas.

Dois fatores condicionavam o setor informal urbano como “receptáculo” para os migrantes rurais: (a) as próprias características/perfil dos migrantes vindos do campo; (b) a ausência de oportunidades de emprego no setor formal. O setor informal era concebido assim, como a “porta de entrada” ao mercado de trabalho das cidades.

Um vasto contingente da força de trabalho excedente do setor organizado não possuindo capital técnico e humano, buscará esferas da produção nos quais tenha facilidade de entrada, uma vez que necessita gerar suas próprias formas de ocupação.

Isto vai resultar na sua participação em atividades produtivas pouco tecnificadas; de reduzido tamanho (muitas vezes unidades produtivas unipessoais) rudimentares; com pouca exigência de capital (baixa relação capital/trabalho); com baixa produtividade; com limitada divisão do trabalho; com reduzida ou nenhuma separação entre trabalho e propriedade dos meios de produção (proprietário trabalha diretamente na unidade produtiva com ajuda frequente de familiares e eventualmente de poucos assalariados); com precários acessos de mecanismos de apoio estatal (conta mais com ajuda de familiares e amigos). (PAMPLONA, 2001, p. 139)

Destarte, os trabalhos do PREALC, segundo Pamplona (2001), destacam a natureza heterogênea do informal e apontam como participantes deste setor: aqueles permanentemente pobres (capital técnico e humano inexistente ou praticamente inexistente) que utilizam o informal como estratégia de sobrevivência; aqueles desempregados “conjunturais” (por ajustes conjunturais ou estruturais); e um grupo menor de empreendedores (donos de micro e pequenas empresas) com potencial para crescer.

Considerava-se que o desenvolvimento econômico, políticas públicas voltadas à qualificação da força de trabalho, políticas de incentivos aos pequenos empreendimentos e o desenvolvimento das instituições seriam fatores fundamentais para a redução da informalidade. Em consonância com os preceitos estruturalistas da Cepal, a abordagem do PREALC defendia que a redução do número de trabalhadores informais submetidos a condições de precariedade ocorreria por meio de políticas públicas específicas direcionadas ao setor informal.

Pelo exposto, percebe-se que o fenômeno da informalidade é uma característica definidora do mercado de trabalho nas cidades latino-americanas. Essa problemática ganhou evidência nos anos de 1970 e se intensificou nas últimas décadas, especialmente devidos aos ajustes estruturais efetuados na década de 1990. Feita esta breve apresentação, é preciso agora resgatar algumas discussões acerca das teorias dualistas, bem como autores que rompem com a dicotomia presentes nestas teorias que influenciaram sobremaneira as análises das situações de informalidade que fazem parte do mercado de trabalho no Brasil.

## **2.2 – Algumas concepções teóricas sobre a informalidade**

Segundo Alves (2001), as discussões sobre a “Teoria da Marginalidade” nos anos 1960/1970, influenciaram fortemente as análises sobre a informalidade no Brasil. A temática da marginalidade, serviu de referencial para localizar a gênese da discussão sobre o trabalho informal. Também conhecida como teoria do subdesenvolvimento, ressaltava que a urbanização dos países latino-americanos ocorreu sem que sucedessem transformações econômicas capazes de absorver uma crescente oferta de força de trabalho. Ou seja, “o processo de urbanização se deu independentemente do processo de industrialização, provocando um inchaço no setor terciário e o aumento da população carente que vivia numa situação de subemprego e desemprego (ALVES; TAVARES, 2007, p. 426)”. Assim, caracterizavam as sociedades dos países capitalistas periféricos como constituídas de dois

“setores” diferentes: o setor formal, assinalado por unidades produtivas organizadas, e o setor informal, composto por unidades produtivas não organizadas.

No que tange à análise destas teorias acerca do mercado de trabalho, os trabalhadores informais, considerados “marginais”, eram vistos como obstáculos ao desenvolvimento daqueles países, já que faziam parte de um setor considerado um “entrave” ao “segmento moderno”. De acordo Alves (2001, p.54),

as teorias sobre “marginalidade urbana” entendiam que os trabalhadores dos segmentos informais não conseguiram empregar-se nos setores mais modernos da economia, buscavam empregar-se em ocupações instáveis e improdutivas, em geral no setor de serviços, ou muitas vezes engrossavam o contingente de desempregados.

Aquelas categorias de trabalhadores que não se encaixavam diretamente nos setores considerados fundamentais para a acumulação capitalista eram percebidas como “marginais”. Desconsiderava-se que as formas de inserção nas atividades não tipicamente capitalistas eram resultantes e consequências do próprio processo de acumulação capitalista. Desse modo, esta abordagem identificava a economia informal como sendo um setor marginal da economia.

A abordagem estruturalista também marcou as discussões sobre a informalidade e acabou caracterizando as proposições desenvolvimentistas da Cepal. A teoria da dependência, de orientação cepalina, defendia que os países latino-americanos não conseguiam gerar uma real demanda por mão de obra ao buscarem se incorporar ao mercado internacional, pois “a dependência econômica seria a causa da marginalização de amplos setores da população urbana, impedindo a incorporação deles ao mercado formal de trabalho” (ALVES; TAVARES, 2007, p.426).

A Cepal propunha um processo de desenvolvimento auto-suficiente com o objetivo de dirimir os problemas estruturais dos países latino-americanos. De acordo com essa perspectiva, os grupos marginalizados, considerados excluídos, estariam nessa condição devido às estruturas econômicas da região. Percebe-se, segundo Alves; Tavares (2007), que a dualidade persistiu nessa análise, pois os alguns dos seus pressupostos foram mantidos.

Em contrapartida, Malaguti (2001) afirma que o fenômeno da informalidade apesar da sua complexidade, pode ser observado nos dois hemisférios, nos países desenvolvidos do Norte ou nos países subdesenvolvidos do Sul, demonstrando desta forma, a sua universalidade. O autor considera que a informalidade não é uma anomalia produzida pelo subdesenvolvimento ou pela dependência. Sua existência parece estar penetrada no interior



das relações capitalistas de produção, na relação salarial aparentemente mais favorável, típica e tradicional. O informal “manifesta-se em regiões ou países de inequívoca vocação capitalista, em empresas públicas ou privadas, em instituições governamentais ou civis” (MALAGUTI, p. 14, 2001). Portanto, não é algo que possa ser extinto da dinâmica social e econômica capitalista.

Qualquer que seja o significado atribuído às manifestações da informalidade, a questão não pode ser pensada de forma compartimentalizada, como se o problema estivesse restrito a um setor atrasado e estaque da economia. Segundo Pamplona (2001) alguns autores de matriz teórica marxista versaram sobre o “setor informal” e foram críticos incisivos da noção dualista de “marginalidade urbana”.

Alguns autores discordam das teses cepalinas sobre o setor informal, Kowarick (1977), por exemplo, afirmou que o desenvolvimento capitalista não conseguiu desarticular as a produção chamada de tradicional, ou seja, artesanato, economia de subsistência, empresas domiciliares. Essas foram mantidas e, além disso, inseridas na divisão social do trabalho, pois foram desenvolvidos novos tipos de atividades que delas se nutriam durante o seu processo de acumulação. Houve uma articulação entre o “novo” e o “velho”, ambos próprios ao desenvolvimento do capitalismo nos países latino-americanos, no processo de geração de riquezas. O interessante nessa abordagem é a consideração do processo de acumulação em curso e a importância das situações históricas passadas. O ponto central é que marginalidade não dizia respeito somente ao presente, mas que a situação de dependência atual deveria ser associada às antigas modalidades da dependência.

Cacciamali (1991) também verifica a ligação entre o setor informal e o formal, a partir da consideração de que há um fluxo de renda de um (formal) para o outro (informal), a existência de vínculos de subcontratação, realização de serviços, entre outros. Essa realidade não se resumiria aos países periféricos, mas estaria presente nos países de capitalismo avançado. Nesse sentido, o processo de acumulação de capital abre espaços ao informal – não é o excedente de mão de obra que origina as atividades informais.

As atividades informais, ainda de acordo com a autora supracitada, não se associavam impreterivelmente à precariedade e à exclusão dos trabalhadores do setor formal, mas existiriam atividades vinculadas à ideia de estratégias de sobrevivência e as possibilidades de ascensão social. Há uma segmentação em dois grupos sociais que se associam a estas diferentes maneiras de concepção do setor informal: trabalhadores sem qualificação, hábitos/disposições adequados ao setor tipicamente capitalista (formal); trabalhadores que optam pela não submissão às condições de trabalho e aos salários

concernentes ao setor formal (inclui-se nesse grupo trabalhadores que não têm oportunidades no formal). O informal é caracterizado por uma grande heterogeneidade tanto em termos de perfil ocupacional dos trabalhadores quanto em termos do espaço econômico abrangido por este setor. As ocupações, condições de trabalho e os níveis de renda são extremamente variáveis. Como foi dito acima, existem trabalhadores que optaram pelo ingresso no setor, por possuírem habilidade que lhes conferem rendimentos acima da média dos assalariados. Porém, trabalhadores sem qualificação formal não encontram oportunidades no setor formal (organização) e auferem rendas abaixo do padrão mínimo.

### **2.3- O setor informal: estratégia de sobrevivência ou alternativa de vida?**

Na literatura brasileira, estão presentes dois enfoques sobre o tema do setor informal. Por um lado, temos a abordagem econômica e, por outro lado, a abordagem sociocultural. Segundo Ferreira (2007), a primeira considera a lógica do mercado como determinante da inserção na informalidade e a segunda considera as preferências individuais dos atores como determinantes das opções de trabalho. Visto que convivem dentro de uma mesma estrutura econômica, estas abordagens se complementam e não se encontram em divergência.

A abordagem de cunho econômico tem a concepção de que o aumento do setor informal é um fenômeno estrutural do modo de produção capitalista. Associa-se assim à concepção marxista, na qual os integrantes do setor informal encontram-se disponíveis no mercado para serem explorados pelo capital. Desse modo, o setor informal resulta do desenvolvimento capitalista que ao gerar um exército industrial de reserva impossibilita a inserção de todos os trabalhadores em postos formais. Perante as grandes dificuldades e empecilhos de encontrarem vagas de emprego no setor formal, os trabalhadores seriam obrigados a se sujeitarem a qualquer tipo de atividade para sobreviver. Sob esta ótica, pode-se considerar o trabalho informal como estratégia de sobrevivência.

O trabalhador, como uma forma de ocupação e garantia de um nível mínimo de renda, se insere em condições precárias de trabalho e adota esta “estratégia” para se livrar ou contornar a pobreza existente, pois a busca por um emprego está cada dia maior e a concorrência no mercado de trabalho formal cresce substantivamente.

Sobre a perspectiva da abordagem econômica do setor informal, Noronha (2003) classifica em três vertentes: a velha informalidade, a informalidade neoclássica e a nova informalidade. A velha informalidade buscava explicar o mercado de uma economia em

transição, que gera desempregados, subempregados ou empregados “informais” nos centros urbanos industrializados, muitos deles, recém-migrados de áreas rurais. Mostra a situação dos anos 1960/1970 e trata de uma abordagem tipicamente econômica, pois toma o investimento como a variável principal. Aqui a informalidade é entendida como negativa ou neutra, por ser um fenômeno típico de sociedades em transição, o qual será solucionado com o próprio desenvolvimento.

A informalidade neoclássica afirma que a informalidade é resultante de ações naturais de empresas em busca de aumento de suas rendas em países com custos indiretos elevados da força de trabalho, impostos por lei ou rígidos acordos coletivos. Esta abordagem propagou no final dos anos de 1980 e é mais apropriada para explicar a informalidade da classe média. Vê a informalidade como positiva, por ser o meio pelo qual o mercado corrige os efeitos negativos de normas rígidas do mercado de trabalho.

E, por fim, a nova informalidade, que vê a informalidade como um resultado natural de mudanças no processo de trabalho, de novas concepções organizacionais e novos tipos de trabalho, sem tempo ou espaço fixo, gerado pela sociedade pós-fordista ou pós-industrial. Caracteriza a informalidade como relativamente neutra, pois embora cause problemas sociais no curto prazo (negativo), representa uma mudança estrutural nos padrões de trabalho. Noronha (2003) ainda afirma que estas abordagens, no Brasil, encontram respaldo e que todas possuem ao menos um bom argumento no debate sobre o trabalho informal.

A abordagem de cunho social, de acordo Ferreira (2007), considera o exercício de atividades informais, as formas de organização informal da produção, como uma escolha consciente da maioria dos componentes do setor. “Assim, o ingresso em atividades informais não ocorre, necessariamente, pela falta de opção no mercado formal.” (FERREIRA, 2007, p.15). Sob esta ótica, pode-se considerar o trabalho informal como alternativa de vida, pois o trabalhador estaria em busca de liberdade de agir, de jornadas de trabalho mais flexíveis (possibilidade de fazer o próprio horário), controle do próprio negócio tendo a inexistência da figura do chefe, acesso a uma parcela de rendimentos, ou até mesmo melhores condições de trabalho e remuneração que muitos, anteriormente, no setor formal, não possuíam.

[...] os trabalhadores, ao optarem pela informalidade, o fazem de forma racional, calculando algumas vantagens - possibilidade de auferir ganhos maiores do que recebiam no mercado formal, flexibilidade da jornada, acesso contínuo a parcela dos rendimentos, inexistência de chefia e possibilidade de ascensão social. O ingresso no setor informal costuma

acontecer, na maioria das vezes, depois de saída voluntária do mercado formal. (FERREIRA, 2007, p.44)

Esta abordagem se difere das perspectivas de cunho econômico que defendem o mercado como quem define o ingresso ou permanência na informalidade, pois as motivações de escolhas não estão associadas somente a fatores econômicos. A presença dos trabalhadores neste setor se dá por opção e escolha ou, ainda, pode existir também a exclusão (perda do emprego formal) ou a auto-exclusão (saída voluntária) como motivações para impulsionar as pessoas a ingressarem no mercado informal, mas sobre essa ótica não se deve visar somente nas supostas vantagens, mas também elucidar os pontos negativos que são definidos na falta dos direitos trabalhistas. Daí compreender o setor informal como heterogêneo, composto por indivíduos motivados pela estratégia de sobrevivência e também pela alternativa de vida.

### **CAPÍTULO III**

## **CONSIDERAÇÕES SOBRE O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO E A INFORMALIDADE NAS GRANDES REGIÕES**

O Brasil apresenta disparidades regionais significativas, especialmente no que tange aos indicadores de desenvolvimento socioeconômico. Níveis diferenciados de reprodução do capital e regulação institucional efetiva condicionam a configuração do mercado de trabalho em cada região do país. Esse contexto de disparidades socioeconômicas abre espaço para análise comparada da informalidade no mercado de trabalho brasileiro, com o objetivo de evidenciar os índices de informalidade em cada região.

Na década de 1990 os processos de “desregulamentação” e “desestruturação” do mercado de trabalho começaram a caminhar na mesma direção, configurando a desregulação do trabalho. Esse processo apresentou algumas consequências, como a oferta excedente de mão de obra, crescimento intenso do setor terciário, crescimento da informalidade nas relações de trabalho, aumento da desocupação e do desemprego, precarização ou piora na qualidade dos postos de trabalho, entre outras. Porém, na década de 2000 o quadro de desestruturação do mercado de trabalho começou a sofrer uma reversão, como apontam as pesquisas de Leite (2009) e Alves (2014).

A inserção de trabalhadores no mercado de trabalho no país apresenta formas diferenciadas que resultam em uma remuneração diferenciada e, conseqüentemente, em uma disparidade no acesso a bens e serviços. Nesse sentido, torna-se importante analisar as desigualdades no mercado de trabalho brasileiro (dada a sua heterogeneidade), contribuindo para a compreensão de problemas amplos. O entendimento das especificidades do mercado de trabalho pode contribuir para a implementação de políticas adequadas a essa heterogeneidade existente no país e colaborar de forma efetiva para a redução das desigualdades sociais (IBGE, 2014).

Os indicadores deste capítulo foram obtidos por meio de informações divulgadas na Síntese de Indicadores Sociais – SIS (2014), elaborada a partir de dados da PNAD do ano de 2013<sup>7</sup>. Desta forma, foi realizada uma comparação dos dados secundários que evidenciou a existência de heterogeneidades na configuração do mercado de trabalho em cada região.

---

<sup>7</sup> Foi utilizada a PNAD 2013 em virtude da não publicação dos dados referentes ao ano de 2014.

### 3.1 Breves considerações sobre o mercado de trabalho brasileiro

Segundo Pochmann (2006), o mercado de trabalho brasileiro desde o início da década de 1980, apontava para uma trajetória muito diferente da observada entre os anos de 1930 e 1970. Até determinado momento, a estruturação do mercado de trabalho era evidente e se dava por meio do alargamento dos empregos assalariados, sobretudo dos registrados e da redução de ocupações sem remuneração, por conta própria e do desemprego.

Contudo, os anos de 1980 proferiram uma ruptura na tendência geral de funcionamento do mercado de trabalho, tornando-o cada vez menos estruturado. Com efeito, a desestruturação<sup>8</sup> desse mercado assumiu maior destaque na década de 1990, a partir da sua articulação ao processo de desregulamentação<sup>9</sup> do trabalho. Segundo Cardoso Jr. (2001) essa articulação compôs o quadro de desregulação do trabalho no Brasil, no qual se destacam algumas consequências sobre o mercado de trabalho, a saber: oferta excedente de mão de obra; crescimento intenso do setor terciário; crescimento da informalidade nas relações de trabalho; aumento da desocupação e do desemprego; precarização ou piora na qualidade dos postos de trabalho; estagnação relativa dos rendimentos médios do trabalho; diminuição na participação do Estado nas negociações entre empregados e empresas; dentre outras. Em resumo, foram concretizadas as tendências de redução do assalariamento com registro, de expansão do desemprego e das ocupações não organizadas.

Ao longo desta década, um dos principais problemas discutidos na economia brasileira abordava o crescimento da informalidade nas relações de trabalho, ou seja, um aumento significativo do número de trabalhadores que passaram a ingressar no mercado de trabalho sem vínculo empregatício. A saber, “os empregos estáveis começaram a ceder lugar a formas instáveis de contratação, com uma disseminação acentuada da terceirização e um nítido processo de precarização das condições de trabalho de forma geral” (LEITE, 2009, p.03).

Segundo Silva (2013), este período foi marcado por crises financeiras, abertura da economia, privatizações e crescimento acelerado do setor de serviços em detrimento do setor industrial, elevação do patamar de desemprego, aparecimento de empregos informais em

---

<sup>8</sup> O processo de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro teve início na década de 1980 com o desmanche do modelo de desenvolvimento industrial no país, Cardoso Jr. (2001).

<sup>9</sup> A desregulamentação do mercado de trabalho no Brasil teve início na década de 1990, mudanças nas condições de contratação e demissão de trabalhadores e alterações na regulação da jornada de trabalho foram as primeiras mudanças implementadas, Cardoso Jr. (2001). A desregulamentação do mercado de trabalho no Brasil, segundo Toledo (1997) corroborou a eliminação de postos de trabalho, a redução das horas trabalhadas pagas e garantiu liberdade ao empregador para dispensar trabalhadores.

setores de pouca produtividade, salários reduzidos, ocupações em meio período, entre outros. Estes fatores consequentemente acabaram por contribuir com o progresso da informalidade. O mercado de trabalho, desde o começo da década de 1990,

tem sofrido forte impacto negativo decorrente do baixo crescimento da economia brasileira e da reestruturação produtiva. A taxa de desemprego aumentou e se mantém em níveis elevados, a ocupação industrial despencou, os empregos de boa qualidade foram reduzidos, as exigências para a contratação de assalariados cresceram, o salário real médio se contraiu e a auto-ocupação (ou auto-emprego) tem mostrado trajetória ascendente (PAMPLONA, 2004, p. 312).

Alguns fatores são destacados por Silva *et al* (2002), como explicativos para a elevação da informalidade no mercado de trabalho brasileiro, são eles: a) as novas formas de produção e de relações de trabalho, que aumentam o contingente de trabalhadores autônomos, por exemplo por meio do processo de terceirização; b) a realocação de mão de obra de setores tradicionalmente com maior grau de formalização (indústria de transformação) para setores com maior grau de informalidade (serviços e comércio) – terceirização do emprego e; c) fatores institucionais associados ao sistema de seguridade social e à legislação trabalhista, incentivando o estabelecimento de relações informais de trabalho entre as empresas e os trabalhadores.

Contudo, nos anos 2000, a própria trajetória de expansão da informalidade que fora observada, apresentou uma reversão, “especialmente as relacionadas ao decréscimo das taxas de desemprego, aumento do emprego registrado e recuperação do poder de compra dos salários” (LEITE, 2009, p.3). Desde então, manteve uma tendência à formalização das relações de trabalho, assim como uma maior capacidade de geração de postos formais.

Ban (2013) apresenta uma discussão que corrobora o processo de estruturação do mercado de trabalho no Brasil. A partir de uma perspectiva “liberal neodesenvolvimentista” verifica a predominância de contratos de trabalho por tempo indeterminado e um aumento das contratações formais – em 2009 ocorreram 15 milhões de demissões e 16 milhões de novas contratações. Segundo Ban (2013, p.315), “*open-ended contracts reach almost the entire labor force. Formal sector employees are protected not only by an extensive body of legislation (about 900 articles), but also tend to win in court when they decide to go against their employers*”.

De acordo com Alves (2014), na década de 2000, os indicadores do mercado de trabalho apresentaram índices significativamente positivos. Houve uma baixa nas taxas de desemprego total nas regiões metropolitanas, aumento do índice de empregos formais no

mercado de trabalho, aumento da massa de rendimentos médios reais, uma redução no tempo de procura por trabalho e aumento sensível do salário-mínimo – no período de 2003 a 2013 houve um aumento de 73% no salário-mínimo brasileiro, o que refletiu em uma redução da desigualdade de renda no país. Nos termos de Alves (2014, p.52) os “indicadores da economia social do trabalho demonstram efetivamente que, na década de 2000, surgiu efetivamente uma macroeconomia do trabalho distinta daquela da década de 1990, os ‘anos de chumbo’ do neoliberalismo no Brasil”.

O aumento da formalização no mercado de trabalho e a redução do desemprego demonstram que o novo modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil (neodesenvolvimentista) se diferencia do modelo neoliberal que vigorou no país na década de 1990, cujas consequências negativas sobre o mercado de trabalho foram expostas acima. Porém, esses indicadores positivos não conseguem obliterar as características (históricas) estruturais da degradação do trabalho Brasil, expressas, por exemplo, no crescimento da taxa de rotatividade do trabalho e no aumento no número de contratos de trabalho precários<sup>10</sup>. Esse quadro evidencia uma modernização conservadora no mercado de trabalho brasileiro. Nas palavras de Alves (2014, p.55):

Na medida em que se apresenta como modernização conservadora, o neodesenvolvimentismo preservou, por um lado, traços históricos da (arcaica) flexibilidade estrutural da força de trabalho abundante que existe no Brasil, e, por outro lado, incorporou traços da (moderna) nova precariedade salarial que caracteriza o capitalismo global na era do trabalho flexível.

O crescimento da formalização das relações de emprego no Brasil expressa a disseminação de contratos de trabalho regulares – definidos consoante a legislação vigente, garantindo (teoricamente) acesso à proteção social. A taxa de formalização apresentou um crescimento contínuo a partir de 2002, quadro que marca uma inversão em relação à década de 1990. Essa taxa é composta, obviamente, pelos trabalhadores com carteira de trabalho assinada e inclui, também, os trabalhadores domésticos (com carteira assinada), os militares e funcionários públicos estatutários, os empregadores e os trabalhadores por conta própria (que contribuem para a previdência social).

Esse crescimento não expressa uma mudança decisiva no mercado de trabalho brasileiro, pois é baseado em elementos contingentes, a saber: iniciativas legislativas e ações

---

<sup>10</sup> Alves (2014, p.53) verifica a existência de “novas modalidade de contratos de trabalho flexíveis, inscritas na CLT, com a expansão da terceirização e do emprego subcontratado (assalariados contratados em serviços terceirizados)”.



governamentais que visavam à formalização do vínculo empregatício – um ponto contraditório, foi o recurso a flexibilização dos estatutos salariais que facilitasse a contratação formal (ALVES, 2014).

A Lei nº 11.324, de 19 de julho de 2006, contribuiu para a estruturação do mercado de trabalho, ao propiciar mudanças contundentes na dinâmica desse mercado (existem aproximadamente sete milhões de empregados domésticos no país). Além disso, houve um crescimento do emprego público (estatutário) a partir do ano de 2004. Nessa mesma década, os empregadores e os trabalhadores por conta própria também passaram pela formalização das relações de trabalho, passando a contribuir para a previdência social (ALVES, 2014).

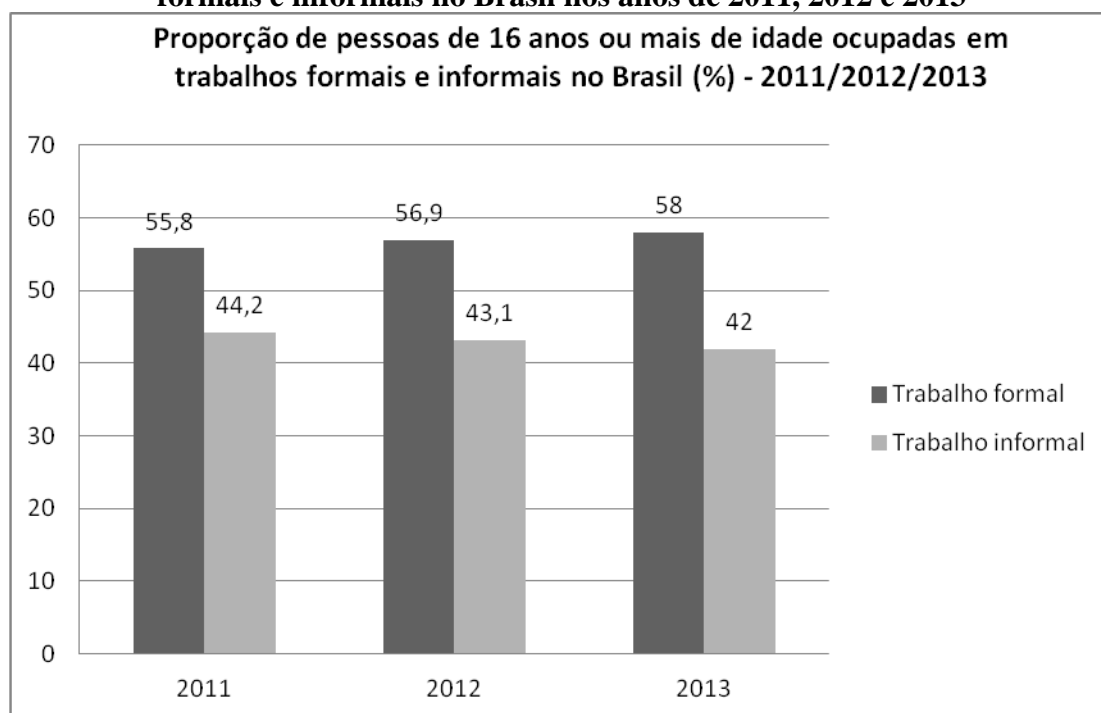
Porém, a heterogeneidade do mercado de trabalho no Brasil permite afirmar que apesar dos sinais positivos que o mercado de trabalho brasileiro apresentava no que concerne às taxas de emprego e de formalização do trabalho, a tendência à precarização não exibiu indicativos significativos de redução (LEITE, 2009). Este caráter estrutural da precarização (levando em consideração as condições, inclusive históricas, do mercado de trabalho) esteve ligado ao aumento do desemprego, que de certa forma reflete em empregos mais instáveis, inseguros e temporários; à reestruturação produtiva, que alastra o trabalho terceirizado, inseguro e parcial; ao quadro institucional, a saber, a mudança no papel do Estado e na legislação trabalhista, que poderia desregulamentar os direitos do trabalho, entre outros.

A reversão da informalidade na primeira década do século XXI no Brasil não é um processo homogêneo. Há um desempenho diferenciado do mercado de trabalho que pode ser associado ao contexto de sua formação no país. As desigualdades nele verificadas têm origem nos anos de 1930, ou seja, na formação desse mercado e ao posterior desenvolvimento que experimentou – concentrado em termos espaciais e restrito ao ingresso de trabalhadores que apresentam maior qualificação e situados nas atividades urbano-industriais.

### **3.2 - O mercado de trabalho informal brasileiro: comparativo entre as regiões do Brasil**

As análises sobre o mercado de trabalho brasileiro evidenciaram uma formalização do trabalho na primeira década do século XXI, Leite (2009) e Alves (2014). Verificou-se, a partir de dados do IBGE (2012), IBGE (2013) e IBGE (2014) que houve um crescimento da formalidade no país, nos primeiros anos da década de 2010.

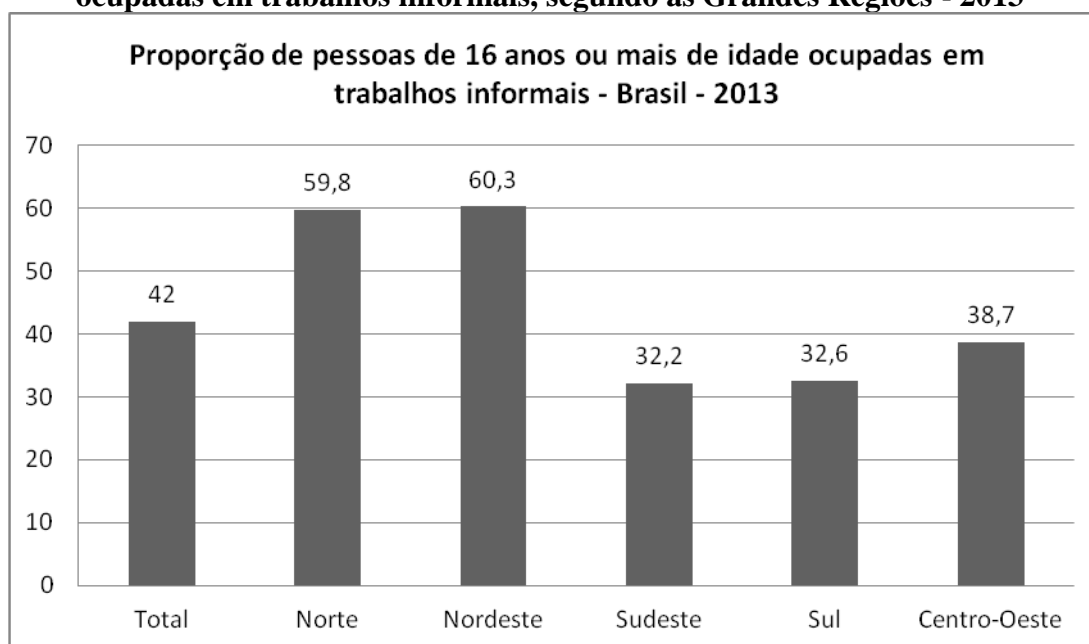
**Gráfico 1 – Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas em trabalhos formais e informais no Brasil nos anos de 2011, 2012 e 2013**



Fonte: IBGE (2012); IBGE (2013); IBGE (2014).

Como foi percebido, em geral, o mercado de trabalho brasileiro se constituiu de forma segmentada. Embora tenha ocorrido um crescimento regular da formalização nos últimos anos, existem diferenças em termos regionais – particularidades condicionadas pelas condições sócio-históricas do desenvolvimento de cada região. Daí a necessidade de uma visão mais geral e atual sobre o mercado de trabalho informal brasileiro. O Nordeste e Norte do país, por exemplo, apresentam os maiores índices de informalidade no Brasil (60,3% e 59,8% respectivamente), enquanto as regiões Sudeste e Sul apresentam indicadores bastante inferiores, 32,2% e 32,6% respectivamente (Gráfico 2). A comparação evidencia a heterogeneidade inerente às dinâmicas econômicas das regiões do país, com um nível de formalização do mercado de trabalho mais acentuado nas regiões Sudeste e Sul.

**Gráfico 2 – Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas em trabalhos informais, segundo as Grandes Regiões - 2013**



Fonte: IBGE (2014).

Organização: SILVA, P.R., 2015.

Dois grupos populacionais tiveram importante contribuição para o indicador de informalidade no Brasil: os idosos e os jovens. Observa-se como é significativa a proporção de pessoas de 60 anos ou mais ocupadas em trabalhos informais em todas as regiões brasileiras (Tabela 2). Algumas hipóteses podem ser assumidas. Percebe-se que o trabalho informal é uma característica da população idosa. Em grande medida, os idosos já completaram seu ciclo produtivo, assim estarem na informalidade significaria uma opção de uma vida mais ativa, complementação de renda ou socialização. A carteira de trabalho assinada pode não ser vista como prioridade, pois grande parte deste grupo já é composto por aposentados ou pensionistas.

Aproximadamente 45% dos jovens de 16 a 24 anos ocupados estavam em trabalhos informais. Percebe-se que esse grupo também se destaca, os jovens (principalmente na região nordestina) estão em busca do primeiro emprego, naturalmente o maior interesse seria obter alguma experiência no mercado de trabalho e/ou a necessidade de conciliar o trabalho com o estudo, não sendo imprescindível a regulamentação.

A desigualdade de gênero é um dos aspectos que marcam a heterogeneidade do setor informal. O perfil das pessoas em trabalhos informais indica uma proporção um pouco maior de mulheres nesta condição (42,7%). Somente na região Norte o percentual de homens em atividades informais apresenta maior índice (60,3%). Estes índices podem ser explicados

pelo crescimento da taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho. Para Pamplona (2001), esta participação feminina vem se tornando mais estável e próxima à dos homens, até mesmo entre as mulheres casadas com filhos em idade escolar, que passaram a desempenhar múltiplas funções, de esposa, mãe e geradora de renda familiar. Os trabalhos por conta própria que podem fornecer maior flexibilidade com relação a horário, rendimentos e autonomia. Além disso, as mulheres podem fornecer em outras ocupações uma mão de obra com salários inferiores, o que tende a rebaixar o padrão da remuneração da força de trabalho em geral.

**Tabela 1 - Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas em trabalhos informais, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - Brasil – 2013**

Grandes Regiões	Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas em trabalhos informais, por sexo e grupos de idade - Brasil – 2013					
	Total	16 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
	<b>Total</b>					
<b>Brasil</b>	<b>42,0</b>	<b>44,8</b>	<b>34,7</b>	<b>37,7</b>	<b>45,1</b>	<b>69,0</b>
Norte	59,8	64,9	53,0	55,7	64,4	80,7
Nordeste	60,3	66,3	53,1	55,4	62,8	82,8
Sudeste	32,2	33,0	24,7	28,7	35,7	59,5
Sul	32,6	33,3	23,3	26,9	37,3	65,9
Centro-Oeste	38,7	39,7	31,3	35,2	44,4	67,5
	<b>Homens</b>					
<b>Brasil</b>	<b>41,5</b>	<b>45,8</b>	<b>34,5</b>	<b>36,7</b>	<b>42,8</b>	<b>66,3</b>
Norte	60,3	66,2	52,6	55,9	64,7	79,4
Nordeste	59,8	65,5	51,6	54,5	62,9	81,6
Sudeste	31,0	33,3	24,5	27,2	31,7	56,0
Sul	31,3	34,3	23,8	25,1	33,0	60,9
Centro-Oeste	38,5	40,4	29,1	34,3	44,4	65,4
	<b>Mulheres</b>					
<b>Brasil</b>	<b>42,7</b>	<b>43,4</b>	<b>34,9</b>	<b>39,0</b>	<b>48,2</b>	<b>74,1</b>
Norte	58,9	62,4	53,7	55,5	63,8	83,5
Nordeste	61,0	67,8	55,3	56,6	63,0	85,2
Sudeste	33,9	32,5	25,0	30,6	41,3	65,6
Sul	34,1	32,1	22,6	29,0	42,7	74,9
Centro-Oeste	38,9	38,7	34,1	36,3	44,3	72,3

Fonte: IBGE (2014).

No Brasil, um grupo populacional que engrossa as estatísticas de informalidade é a população preta e parda. Quase metade das pessoas de 16 anos ou mais de idade, de cor preta ou parda, estão ocupadas em trabalhos informais (48,7%), como se observa na Tabela 2. Na população branca ocupada este percentual é de 34,7%. A cor branca prevalece entre os

trabalhadores formalizados em todas as regiões brasileiras, enquanto a população preta e parda representa a maior parcela nos postos informais.

Há uma participação heterogênea na hierarquia social do país, sendo que os não-brancos estão mais concentrados na sua base. Hasenbalg (1999), afirma que este quadro ocorre em virtude da maior concentração numérica de pretos e pardos nas regiões menos desenvolvidas do Brasil. Além disso, as práticas racistas se fazem sentir, em seus efeitos, durante todo ciclo de vida dos não-brancos. Assim,

É nas etapas desse ciclo, que precedem o ingresso no mercado de trabalho, que pretos e pardos têm limitadas suas oportunidades educacionais. À menor dotação de educação, recurso cada vez mais importante na competição por lugares na estrutura ocupacional, acrescentam-se os resultados da discriminação racial no próprio mercado de trabalho, fechando-se o círculo vicioso que confina pretos e pardos em posições sociais subordinadas. (HASENBALG, 1999, p.31)

Pode-se perceber no Nordeste e Norte do Brasil altos índices de participação de não-brancos em trabalhos informais, com 62,5% e 62,2% respectivamente.

**Tabela 2 - Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais e informais por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2013**

Grandes Regiões	Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais e informais por cor ou raça (%)					
	Trabalhos formais (1)			Trabalhos informais		
	Total (2)	Branca	Preta e parda	Total (2)	Branca	Preta e parda
<b>Brasil</b>	<b>58,0</b>	<b>65,3</b>	<b>51,3</b>	<b>42,0</b>	<b>34,7</b>	<b>48,7</b>
Norte	40,2	49,5	37,8	59,8	50,5	62,2
Nordeste	39,7	45,6	37,5	60,3	54,4	62,5
Sudeste	67,8	70,7	64,1	32,2	29,3	35,9
Sul	67,4	68,7	63,4	32,6	31,3	36,6
Centro-Oeste	61,3	63,3	59,9	38,7	36,7	40,1

Fonte: IBGE (2014)

Nota: Para classificação dos trabalhos formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

(1) Inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregador que contribuía para a previdência social. (2) Inclusive amarelos e indígenas

A condição de rendimento é uma característica bastante relevante que diferencia os trabalhadores formais e informais. Ao observar a Tabela 3, vimos que os trabalhadores informais são os que recebem em média os menores rendimentos no mercado de trabalho.

**Tabela 3 - Rendimento médio do trabalho principal<sup>11</sup> das pessoas de 16 anos ou mais de idade, em trabalhos formais e informais, por sexo, segundos as Grandes Regiões - 2013**

Grandes Regiões	Rendimento médio do trabalho principal das pessoas de 16 anos ou mais de idade, em trabalhos formais e informais, por sexo (R\$) (1)					
	Trabalhos formais (2)			Trabalhos informais		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
<b>Brasil</b>	<b>1 921</b>	<b>2 146</b>	<b>1 614</b>	<b>1 093</b>	<b>1 272</b>	<b>833</b>
Norte	1 706	1 795	1 572	952	1 033	794
Nordeste	1 537	1 628	1 404	707	796	568
Sudeste	2 028	2 301	1 662	1 341	1 620	987
Sul	1 916	2 194	1 557	1 360	1 656	955
Centro-Oeste	2 230	2 463	1 905	1 440	1 717	1 035

Fonte: IBGE (2014).

(1) Exclusive as pessoas sem declaração de rendimento e pessoas com rendimento nulo. (2) Inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregador que contribuía para a previdência social.

O Centro-Oeste é a região que apresenta os maiores rendimentos no país, em contrapartida, a região Nordeste apresenta os menores rendimentos, principalmente os concernentes aos trabalhos informais. Os resultados indicam, corroborando a perspectiva de Bernardo (2000), que uma maior formalização no mercado de trabalho implica um maior acesso a postos de trabalhos que oferecem condições de rendimento melhores, estabilidade no emprego, além do acesso a direitos trabalhistas e proteção social. Enquanto na economia informal, a grande maioria dos trabalhadores além de ganharem menos apresenta uma situação precária.

Embora a taxa de formalização entre homens e mulheres seja mais próxima, as mulheres recebem em média menos que os homens em todas as formas de trabalho, seja formal ou informal. Observa-se, deste modo, a persistência da segmentação de gênero presente também no setor informal. No entanto, a relação de desigualdade de rendimentos entre homens e mulheres é maior nos trabalhos informais. As mulheres nessas atividades

<sup>11</sup> O IBGE considera como trabalho principal, “aquele ao qual a pessoa dedica maior número de horas normalmente trabalhadas por semana independentemente de ser remunerado ou não-remunerado. No caso de igualdade no número de horas trabalhadas, o trabalho principal será aquele que a pessoa possuía há mais tempo, independentemente de ser remunerado ou não. No caso de igualdade também no tempo de exercício dos trabalhos, o principal será aquele que proporcionava o maior rendimento” (IBGE, 2010, p.40)

tendem a ter situações mais precárias, pois auferem menores ganhos, inclusive no comparativo com os rendimentos das mulheres em trabalhos formais.

Segundo o IBGE (2014), as duas categorias com o maior número de trabalhadores na informalidade são os empregados sem carteira assinada e os trabalhadores por conta própria. Essas categorias possuem características bastante semelhantes principalmente no que diz respeito aos rendimentos médios e a baixa formalização. Desta forma, foram analisadas nestas ocupações algumas variáveis para verificar as similitudes ou oposições existentes.

Com relação ao setor de atividade, 44% dos empregados sem carteira estavam no setor de serviços, uma das características do novo modelo de desenvolvimento capitalista e a preponderância das ocupações no setor de serviços – setor afetado de forma mais intensa pela falta de proteção ao trabalho. Os setores de comércio e agrícola apresentaram parcelas consideráveis e bem próximas 17,2% e 17,1%, respectivamente. Porém, do ponto de vista da abordagem regional, verificou-se que no Nordeste a participação desses trabalhadores no setor agrícola é proporcionalmente maior em relação às demais regiões do país (22,5%). Entende-se, tradicionalmente, que a indústria detém o maior grau de formalidade, conseqüentemente, apresenta os menores índices de trabalhadores informais em todas as regiões (Tabela 4).

**Tabela 4 - Empregados de 16 anos ou mais de idade sem carteira de trabalho assinada, total e respectiva distribuição percentual, por grupos de setor de atividade, segundo as Grandes Regiões - 2013**

Grandes Regiões	Empregados de 16 anos ou mais de idade sem carteira de trabalho assinada					
	Total (1 000 pessoas) (1)	Distribuição percentual, por grupos de setor de atividade (%)				
		Agrícola	Indústria	Construção	Comércio	Serviços
		Total				
<b>Brasil</b>	<b>13 841</b>	<b>17,1</b>	<b>9,4</b>	<b>12,3</b>	<b>17,2</b>	<b>44,0</b>
Norte	1 351	18,8	8,0	10,6	16,9	45,7
Nordeste	4 732	22,5	8,9	11,6	17,6	39,4
Sudeste	4 958	12,9	10,0	12,5	17,2	47,3
Sul	1 638	13,3	10,4	14,6	17,0	44,6
Centro-Oeste	1 162	15,6	8,8	12,8	17,0	45,9

Fonte: IBGE (2014).

(1) Inclusive as pessoas em atividades mal definidas

O perfil educacional dos empregados sem carteira mostra parcelas significativas com mais de oito anos de estudos em todas as regiões brasileiras. As regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste apresentam certa homogeneidade em todos os grupos de anos de estudo, por exemplo, no grupo de até quatro anos de estudo apresentam 18,7%, 17,8% e 18,8%, respectivamente. O Nordeste, por seu turno, apresenta um quadro diferente no tocante aos

grupos de anos de estudo, embora o grupo com mais de oito anos de estudo apresente o maior percentual, a sua proporção é significativamente menor no comparativo com o Sudeste. Já com relação aos empregados sem carteira com até quatro anos de estudo a parcela é bem maior, 31,6% (Tabela 5).

**Tabela 5 - Empregados de 16 anos ou mais de idade sem carteira de trabalho assinada, total e respectiva distribuição percentual, por grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões - 2013**

Grandes Regiões	Empregados de 16 anos ou mais de idade sem carteira de trabalho assinada			
	Total (1 000 pessoas) (1)	Distribuição percentual, por grupos de anos de estudo (%)		
		Até 4 anos	5 a 8 anos	Mais de 8 anos
		<b>Total</b>		
<b>Brasil</b>	<b>13 841</b>	<b>23,6</b>	<b>24,7</b>	<b>51,4</b>
Norte	1 351	25,0	25,0	49,5
Nordeste	4 732	31,6	24,5	43,5
Sudeste	4 958	18,7	23,9	57,3
Sul	1 638	17,8	26,7	55,0
Centro-Oeste	1 162	18,8	25,3	55,5

Fonte: IBGE (2014).

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de anos de estudo.

Na Tabela 6 observa-se que o rendimento médio dos empregados sem carteira com mais de oito anos de estudo era o dobro daqueles com até quatro anos de estudo. Pode-se inferir que, os empregados sem carteira mais escolarizados recebiam os maiores rendimentos, enquanto aqueles com até quatro anos de estudos auferiam os menores rendimentos. Estas proporções foram encontradas em todas as regiões brasileiras.



**Tabela 6 - Rendimento médio no trabalho principal dos empregados de 16 anos ou mais de idade sem carteira de trabalho assinada, por grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões - 2013**

Grandes Regiões	Rendimento médio no trabalho principal dos empregados de 16 anos ou mais de idade sem carteira de trabalho assinada (R\$)			
	Total (1) (2)	Grupos de anos de estudo		
		Até 4 anos	5 a 8 anos	Mais de 8 anos
	<b>Total</b>			
<b>Brasil</b>	<b>1 070</b>	<b>687</b>	<b>810</b>	<b>1 377</b>
Norte	1 004	729	801	1 250
Nordeste	713	490	571	958
Sudeste	1 287	869	945	1 574
Sul	1 309	905	977	1 604
Centro-Oeste	1 364	934	978	1 689

Fonte: IBGE (2014)

(1) Excluídas as pessoas sem declaração de rendimento e pessoas com rendimento nulo. (2) inclusive as pessoas sem declaração de anos de estudo.

Sobre a distribuição dos trabalhadores por conta própria pelas diversas atividades econômicas, constatou-se que o setor de serviços é o mais ocupado por estes trabalhadores, com parcela de 29,4%. Entretanto, diferente do que observamos nos empregados sem carteira, onde o setor de serviços é o mais ocupado por esta categoria em todas as regiões, no trabalho por conta própria o contexto regional apresenta distinções significativas. A maior parte dos trabalhadores por conta própria atua no setor agrícola, realidade constatada no Norte, Sul e Nordeste (30,4%, 27,8% e 26,3% respectivamente), enquanto no Sudeste e Centro-Oeste a maioria se dedica a atividades do setor de serviços (Tabela 7).

**Tabela 7 - Trabalhadores por conta própria de 16 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por grupos de setor de atividade, segundo as Grandes Regiões - 2013**

Grandes Regiões	Trabalhadores por conta própria de 16 anos ou mais de idade					
	Total (1 000 pessoas) (1)	Distribuição percentual, por grupos de setor de atividade (%)				
		Agrícola	Indústria	Construção	Comércio	Serviços
	<b>Total</b>					
<b>Brasil</b>	<b>19 835</b>	<b>19,9</b>	<b>10,3</b>	<b>18,2</b>	<b>22,0</b>	<b>29,4</b>
Norte	2 056	30,4	11,6	15,0	21,7	20,8
Nordeste	5 952	27,8	9,5	12,9	24,5	25,1
Sudeste	7 530	9,2	10,4	22,4	21,4	36,5
Sul	2 946	26,3	10,4	18,6	18,5	25,9
Centro-Oeste	1 351	14,5	11,7	21,7	22,8	29,3

Fonte: IBGE (2014)

(1) Inclusive as pessoas em atividades mal definidas.

Quanto ao perfil educacional, verifica-se que os trabalhadores por conta própria são uma categoria bastante heterogênea. Parcela significativa dos 19,8 milhões de trabalhadores tinha mais de oito anos de estudo (39,5%), enquanto 33,2% dos trabalhadores não possuíam nem o ensino fundamental completo. As regiões Norte e Nordeste contam com trabalhadores por conta própria menos escolarizados, ao contrário do que se observa nas regiões do Centro-Sul (Tabela 8).

**Tabela 8 - Trabalhadores por conta própria de 16 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões - 2013**

Grandes Regiões	Trabalhadores por conta própria de 16 anos ou mais de idade			
	Total (1 000 pessoas) (1)	Distribuição percentual, por grupos de anos de estudo (%)		
		Até 4 anos	5 a 8 anos	Mais de 8 anos
	<b>Total</b>			
<b>Brasil</b>	<b>19 835</b>	<b>33,5</b>	<b>26,7</b>	<b>39,5</b>
Norte	2 056	41,7	26,2	31,7
Nordeste	5 952	44,1	24,4	31,1
Sudeste	7 530	26,3	26,4	47,2
Sul	2 946	27,5	31,2	41,1
Centro-Oeste	1 351	28,0	29,2	42,7

Fonte: IBGE (2014).

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de anos de estudo.

Na Tabela 9 verificamos que a categoria de trabalhadores por conta própria apresenta maiores rendimentos no mercado de trabalho em comparação com os empregados sem carteira assinada. No entanto, quando se leva em consideração a escolaridade dos trabalhadores, as características de rendimento indicam de igual modo, que os mais escolarizados auferem os maiores rendimentos. As regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste apresentam rendimentos expressivos para os trabalhadores com mais de oito anos de estudo, quase o dobro dos trabalhadores da região Nordeste com o mesmo nível de escolaridade.

**Tabela 9 - Rendimento médio no trabalho principal dos trabalhadores por conta própria de 16 anos ou mais de idade, por grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões - 2013**

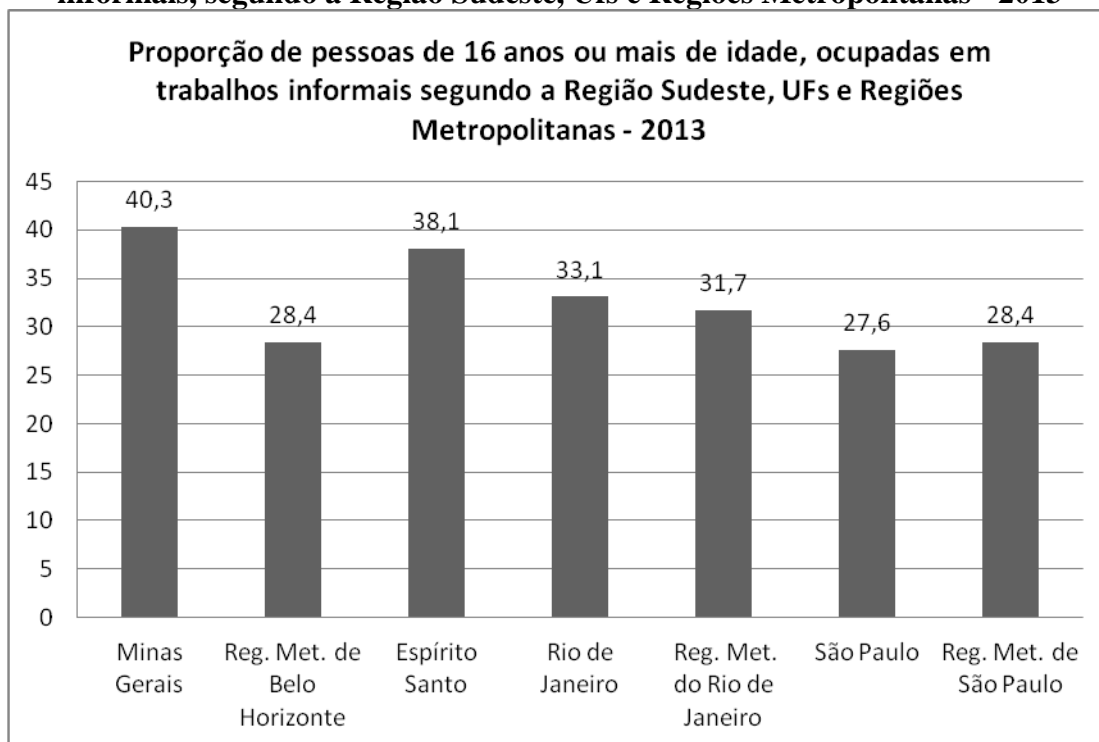
Grandes Regiões	Rendimento médio no trabalho principal dos trabalhadores por conta própria de 16 anos ou mais de idade (R\$) (1)			
	Total	Grupos de anos de estudo		
		Até 4 anos	5 a 8 anos	Mais de 8 anos
	<b>Total</b>			
<b>Brasil</b>	<b>1 384</b>	<b>844</b>	<b>1 198</b>	<b>1 981</b>
Norte	1 018	727	938	1 475
Nordeste	773	488	723	1 217
Sudeste	1 759	1 129	1 403	2 324
Sul	1 773	1 211	1 528	2 346
Centro-Oeste	1 725	1 278	1 519	2 176

Fonte: IBGE (2014)

(1) Exclui as pessoas sem declaração de rendimento e pessoas com rendimento nulo.

Ao realizarmos comparações mais particulares, tivemos um melhor perfil dos trabalhadores informais no Brasil. A força de trabalho informal se configura em uma maior participação feminina, de trabalhadores pretos e pardos, numa faixa etária que abarca mais idosos e jovens. Entre algumas categorias informais analisadas, foi percebido que a escolaridade influencia diretamente nos rendimentos auferidos por estes trabalhadores, até mesmo nas regiões menos desenvolvidas. As regiões brasileiras apresentam um quadro heterogêneo com relação aos trabalhos informais, mas que reflete sob medida o desenvolvimento desigual do capitalismo no País, onde os melhores índices sejam de formalidade, rendimento ou escolaridade se concentram nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste e os piores indicadores nas regiões Nordeste e Norte.

**Gráfico 03 – Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas em trabalhos informais, segundo a Região Sudeste, Ufs e Regiões Metropolitanas - 2013**



Fonte: (IBGE, 2014)

Organização: SILVA, P.R., 2015.

De acordo com os dados sobre a informalidade por Unidades da Federação na região Sudeste, Minas Gerais apresenta o maior índice de informalidade (Gráfico 3). Porém, no que tange aos dados sobre as regiões metropolitanas do Sudeste, a Região Metropolitana de Belo Horizonte apresenta o mesmo percentual da Região Metropolitana de São Paulo (28,4%). Os dados desagregados sinalizam uma diversidade nos índices do setor informal nas mesorregiões que compõem o estado de Minas Gerais, o que eleva a média da informalidade em âmbito estadual. Nesse sentido, existem disparidades intrarregionais significativas em Minas Gerais, o que significa que os dados agregados sobre o mercado de trabalho no nível das UFs podem distorcer a realidade das regiões menos desenvolvidas em seu interior – o que não inviabiliza a análise, apenas adverte sobre a heterogeneidade existente.

## **CAPÍTULO IV**

### **A INFORMALIDADE NA REGIÃO NORTE DE MINAS GERAIS**

Apresenta-se neste capítulo uma análise da informalidade na mesorregião Norte de Minas Gerais. Porém são apresentados dados que evidenciam a heterogeneidade existente entre as mesorregiões do estado de Minas Gerais e que permitem situar o Norte de Minas no interior do estado. Esta apresentou especificidades no seu processo de desenvolvimento que condicionaram a configuração do mercado de trabalho regional. A estrutura econômica e social do Norte de Minas Gerais foi influenciada pelo seu relativo “isolamento”, iniciado no período colonial (Mata-Machado, 1991; Botelho, 1994). A debilidade dessas estruturas explica o secular “atraso” da região. Somente na década de 1950, o Governo Federal iniciou um movimento que objetivou potencializar/modernizar as estruturas produtivas do Nordeste brasileiro (que incorporou o Norte de Minas na década seguinte), influenciando decisivamente as formas de inserção do mercado de trabalho da região.

Alguns elementos históricos da região são situados neste capítulo com o objetivo de auxiliar a compreensão dos resultados do processo de modernização via SUDENE na conformação do setor informal norte-mineiro. Buscou-se revelar, a partir de um estudo de caso realizado em um município situado na microrregião de Montes Claros/MG, como trabalhadores do setor lojista se posicionam frente à falta de um contrato de trabalho que garanta os seus direitos trabalhistas. Verificou-se a tendência de superexploração do trabalho, expressa no aumento e intensificação do trabalho, no prolongamento da jornada de trabalho e nos baixos salários auferidos pelos trabalhadores do setor. Por fim, foi apresentado o perfil socioeconômico dos trabalhadores inclusive as motivações que os levaram a subordinação à informalidade.

#### **4.1 - A informalidade em Minas Gerais**

Segundo Drummond “Minas são muitas”, uma diversidade que é evidenciada também nos indicadores socioeconômicos do estado. No país existem diferenças no interior de outros estados, como no Rio Grande do Sul. Porém, Minas Gerais configura-se como síntese do país, pois, por um lado, apresenta uma dinâmica econômica acentuada em algumas mesorregiões, como a Central, e, por outro, regiões com baixos níveis de desenvolvimento econômico, como o Vale do Jequitinhonha e Mucuri, ou seja, uma heterogeneidade observada entre as macrorregiões do país (PALES, 2014).

Dulci (1999) constatou três modalidades de desenvolvimento que corroboram a tese da heterogeneidade do estado de Minas Gerais. Os modelos apresentados contrastam consideravelmente. Juiz de Fora/MG experimentou um processo semelhante ao modelo originário de industrialização, sendo uma extensão do Centro mais dinâmico da economia durante a fase pioneira da industrialização. O Norte de Minas Gerais, por seu turno, apresentou seu processo de industrialização fomentado por uma política do Governo Federal. Sinteticamente, esses dois casos (Juiz de Fora e Norte de Minas) refletem dois tipos de industrialização: a motivada por fatores de mercado e motivada por fatores externos (meios institucionais são utilizados para tornarem a região mais atrativa para o mercado). A terceira modalidade de desenvolvimento analisada por Dulci (1999) foi baseada na busca de uma via própria, a partir da articulação entre fatores políticos e condições de mercado – esse modelo de desenvolvimento foi verificado em Belo Horizonte/MG.

O desenvolvimento diferenciado de Minas Gerais reflete em distintas configurações do mercado de trabalho no estado. A variável posição na ocupação pode nos conceder um panorama sobre a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho em Minas Gerais (Tabela 10).

**Tabela 10- Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação, segundo as Mesorregiões do Estado de Minas Gerais – 2010**

Mesorregião de Minas Gerais	Distribuição percentual das pessoas de 10 ou mais anos de idade ocupadas na semana de referência, segundo a posição na ocupação							
	Empregado com carteira de trabalho assinada	Militar do exército, marinha, aeronáutica, policia militar ou corpo de bombeiros	Empregado pelo regime jurídico dos funcionários públicos	Empregado sem carteira de trabalho assinada	Conta própria	Empregador	Não remunerado	Total
Noroeste de Minas	38,6	0,4	7,8	28,1	20,5	2,1	2,5	<b>100,0</b>
Norte de Minas	30,3	0,4	9,9	32,6	22,3	1,5	2,9	<b>100,0</b>
Jequitinhonha	26,4	0,3	10,1	37,5	21,2	1,2	3,3	<b>100,0</b>
Vale do Mucuri	30,2	0,5	8,7	32,8	23,7	1,7	2,3	<b>100,0</b>
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	51,1	0,5	5,8	18,6	20,5	2,5	1,1	<b>100,0</b>
Central Mineira	41,4	0,4	7,8	28,1	18,9	2,2	1,3	<b>100,0</b>
Metropolitana de Belo Horizonte	57,2	0,4	5,4	15,2	18,8	1,9	1,0	<b>100,0</b>
Vale do Rio Doce	39,6	0,3	7,4	27,3	21,6	1,9	1,9	<b>100,0</b>
Oeste de Minas	49,5	0,2	4,7	21,7	20,5	2,2	1,1	<b>100,0</b>
Sul/Sudoeste de Minas	47,2	0,3	4,6	21,6	22,9	2,2	1,3	<b>100,0</b>
Campo das Vertentes	46,0	1,4	7,0	20,7	21,3	2,2	1,4	<b>100,0</b>
Zona da Mata	42,9	0,5	6,6	24,4	21,7	2,4	1,5	<b>100,0</b>
<b>Total</b>	<b>41,7</b>	<b>0,5</b>	<b>7,1</b>	<b>25,7</b>	<b>21,2</b>	<b>2,0</b>	<b>1,8</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE - Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010.

Em 2010, as categorias ocupacionais que agregavam grande parte da população ocupada eram: empregado com carteira (41,7%), empregado sem carteira (25,7%) e conta própria (21,2%). Nota-se que as mesorregiões Jequitinhonha (37,5%), Vale do Mucuri (32,8%) e Norte de Minas (32,6%) são as que possuem os maiores índices de trabalhadores ocupados sem carteira de trabalho.

Como foi observado por Silva *et al* (2002) e Noronha (2003), a informalidade está relacionada com a ilegalidade, pois a contratação de funcionários escapa às normas legais, devido a inexistência do contrato formal, especialmente na ocupação empregados sem carteira de trabalho assinada. Essas formas de atividade são caracterizadas como precárias devido à instabilidade a que são submetidos os trabalhadores, a sua desvinculação da previdência, o que, conseqüentemente, afeta a proteção ao trabalho no longo prazo.

As mesorregiões, Metropolitana de Belo Horizonte, Triângulo Mineiro, Oeste de Minas e Sul/Sudoeste de Minas, por seu turno, denotam uma maior formalização nas relações de trabalho já que a ocupação em empregos com carteira de trabalho assinada apresenta taxas acentuadamente mais elevadas. Diferente do que ocorre nas mesorregiões situadas na porção norte do estado, os trabalhadores por conta própria compõe o segundo maior grupo das ocupações do Sul/Sudoeste (22,9%), Campo das Vertentes (21,3%), Triângulo Mineiro (20,5%) e Metropolitana de Belo Horizonte (18,8%).

Um ponto que merece destaque é a semelhança entre os indicadores de posição na ocupação no Nordeste e na região Norte de Minas Gerais. De acordo com o Censo 2010, a região Nordeste apresentava 29,1% de empregados com carteira de trabalho assinada, enquanto o Norte de Minas Gerais apresentava 30,3% de trabalhadores nessa posição. No que diz respeito ao percentual de empregados sem carteira de trabalho assinada, o Nordeste e o Norte de Minas Gerais apresentam 33,8% e 32,6%, respectivamente. As semelhanças históricas em termos de indicadores sociais e econômicos levaram à inclusão do Norte de Minas Gerais na área de atuação da SUDENE na década de 1960. Transcorridos mais de cinquenta anos, varias transformações resultantes do processo de modernização da economia ocorreram, mas não foram suficientes para uma diferenciação significativa no interior da área de atuação da SUDENE.

Como já assinalado anteriormente, o trabalho formal para o IBGE (2012) inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militares e funcionários públicos estatutários, bem como os empregadores e trabalhadores por conta própria que contribuem para a previdência social. Já o trabalho sem carteira assinada, incluindo os trabalhadores domésticos, empregadores e trabalhadores por conta própria que não contribuem para a previdência social, trabalhadores não remunerados, bem como os trabalhadores na produção para o próprio consumo e na construção para o próprio uso, caracterizam o trabalho informal.

A partir destas definições, percebe-se a ocorrência de trabalhadores que mesmo não possuindo uma cobertura previdenciária assegurada pela carteira de trabalho assinada contribuem voluntariamente de forma individual para a seguridade social. Porém, o que se pode observar nas mesorregiões do estado de Minas Gerais é existência de um número elevado de trabalhadores que estão fora do alcance das instituições públicas de seguridade social. Estão em condições de informalidade sem qualquer proteção e condição trabalhista, 68,5% dos empregados sem carteira, dos trabalhadores por conta própria, empregadores e trabalhadores não remunerados (Tabela 11).



**Tabela 11 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação que contribuem para a previdência social, segundo as Mesorregiões do Estado de Minas Gerais – 2010.**

Posição na Ocupação	Mesorregião	Contribuinte da previdência			Total
		Sim, no trabalho principal	Sim, em outro trabalho	Não	
Empregado sem carteira de trabalho assinada	Noroeste de Minas	12,5	0,1	87,4	<b>100,0</b>
	Norte de Minas	11,1	0,1	88,8	<b>100,0</b>
	Jequitinhonha	11,3	0,1	88,6	<b>100,0</b>
	Vale do Mucuri	12,2	0,1	87,8	<b>100,0</b>
	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	14,5	0,2	85,3	<b>100,0</b>
	Central Mineira	14,1	0,1	85,8	<b>100,0</b>
	Metropolitana de Belo Horizonte	18,2	0,2	81,5	<b>100,0</b>
	Vale do Rio Doce	15,2	0,1	84,7	<b>100,0</b>
	Oeste de Minas	14,5	0,2	85,3	<b>100,0</b>
	Sul/Sudoeste de Minas	11,7	0,1	88,2	<b>100,0</b>
	Campo das Vertentes	17,1	0,1	82,8	<b>100,0</b>
	Zona da Mata	15,3	0,1	84,6	<b>100,0</b>
	<b>Total</b>	<b>14,0</b>	<b>0,1</b>	<b>85,9</b>	<b>100,0</b>
	Conta Própria	Noroeste de Minas	22,3	0,2	77,6
Norte de Minas		17,2	0,3	82,5	<b>100,0</b>
Jequitinhonha		17,9	0,2	81,9	<b>100,0</b>
Vale do Mucuri		19,6	0,2	80,2	<b>100,0</b>
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba		31,3	0,2	68,5	<b>100,0</b>
Central Mineira		33,2	0,4	66,3	<b>100,0</b>
Metropolitana de Belo Horizonte		34,5	0,3	65,3	<b>100,0</b>
Vale do Rio Doce		26,8	0,2	73,0	<b>100,0</b>
Oeste de Minas		37,5	0,2	62,3	<b>100,0</b>
Sul/Sudoeste de Minas		28,5	0,2	71,2	<b>100,0</b>
Campo das Vertentes		37,6	0,3	62,1	<b>100,0</b>
Zona da Mata		33,6	0,3	66,2	<b>100,0</b>
<b>Total</b>		<b>28,3</b>	<b>0,3</b>	<b>71,4</b>	<b>100,0</b>
Empregador		Noroeste de Minas	74,6	0,4	24,9
	Norte de Minas	67,5	0,2	32,4	<b>100,0</b>
	Jequitinhonha	71,7	0,0	28,3	<b>100,0</b>
	Vale do Mucuri	66,3	0,3	33,4	<b>100,0</b>
	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	75,4	0,3	24,2	<b>100,0</b>
	Central Mineira	72,3	0,0	27,7	<b>100,0</b>
	Metropolitana de Belo Horizonte	78,2	0,3	21,4	<b>100,0</b>
	Vale do Rio Doce	72,3	0,2	27,5	<b>100,0</b>
	Oeste de Minas	77,6	0,3	22,1	<b>100,0</b>
	Sul/Sudoeste de Minas	77,2	0,3	22,5	<b>100,0</b>
	Campo das Vertentes	81,6	0,3	18,1	<b>100,0</b>

				<b>Continua</b>	
<b>Não remunerado</b>	Zona da Mata	77,6	0,6	21,8	<b>100,0</b>
	<b>Total</b>	<b>74,4</b>	<b>0,3</b>	<b>25,3</b>	<b>100,0</b>
	Noroeste de Minas	0,0	0,0	100,0	<b>100,0</b>
	Norte de Minas	10,3	3,6	86,1	<b>100,0</b>
	Jequitinhonha	1,8	0,0	98,2	<b>100,0</b>
	Vale do Mucuri	2,4	0,0	97,6	<b>100,0</b>
	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	0,0	6,2	93,8	<b>100,0</b>
	Central Mineira	0,0	0,0	100,0	<b>100,0</b>
	Metropolitana de Belo Horizonte	0,3	22,8	76,9	<b>100,0</b>
	Vale do Rio Doce	13,9	0,0	86,1	<b>100,0</b>
	Oeste de Minas	4,1	15,1	80,8	<b>100,0</b>
	Sul/Sudoeste de Minas	7,7	1,8	90,5	<b>100,0</b>
	Campo das Vertentes	10,7	0,0	89,3	<b>100,0</b>
	Zona da Mata	4,9	0,0	95,1	<b>100,0</b>
	<b>Total</b>	<b>4,7</b>	<b>4,1</b>	<b>91,2</b>	<b>100,0</b>
	<b>Total</b>	Noroeste de Minas	27,4	0,2	72,4
Norte de Minas		26,5	1,0	72,5	<b>100,0</b>
Jequitinhonha		25,6	0,1	74,3	<b>100,0</b>
Vale do Mucuri		25,1	0,1	74,8	<b>100,0</b>
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba		30,3	1,7	68,0	<b>100,0</b>
Central Mineira		29,9	0,1	70,0	<b>100,0</b>
Metropolitana de Belo Horizonte		32,8	5,9	61,3	<b>100,0</b>
Vale do Rio Doce		32,0	0,1	67,9	<b>100,0</b>
Oeste de Minas		33,4	4,0	62,6	<b>100,0</b>
Sul/Sudoeste de Minas		31,3	0,6	68,1	<b>100,0</b>
Campo das Vertentes		36,7	0,2	63,1	<b>100,0</b>
Zona da Mata		32,8	0,3	66,9	<b>100,0</b>
<b>Total</b>		<b>30,3</b>	<b>1,2</b>	<b>68,5</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE - Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010.

A categoria de empregador conta com 74,4% de contribuintes no trabalho principal indicando a maior taxa e em seguida os trabalhadores por conta própria, com 28,3%. Os responsáveis pelos menores índices em contribuição previdenciária são os trabalhadores não remunerados e os empregados sem carteira assinada apresentando 91,2% e 85,9% respectivamente. As mesorregiões Metropolitana de Belo Horizonte e Oeste de Minas contam com o maior número de trabalhadores contribuintes, em contrapartida, Jequitinhonha e Vale do Mucuri apresentam baixíssimos níveis de contribuição. Dessa forma, as condições tendem a ser mais precárias em virtude de permanecerem em atividades em desacordo com as normas legais ou fora do alcance das instituições públicas de seguridade social (KREIN; PRONI, 2013).

Cabe salientar que os empregados sem carteira têm uma relação trabalhista de padrão (pessoa física ou jurídica) – empregado, enquanto os trabalhadores por conta própria a relação é pautada entre trabalhador (própria pessoa, sócio ou trabalhador não remunerado) – cliente. Neste último caso, a inclusão na previdência social passa a ser uma decisão de cunho pessoal (IBGE, 2014). Esta circunstância pode ser elencada como um dos fatores que justificam uma maior contribuição previdenciária por parte dos trabalhadores por conta própria. Esta categoria também apresenta expressivas diferenças entre as mesorregiões. Temos como exemplo o Norte de Minas que conta com somente 17,2 % de trabalhadores por conta própria contribuintes enquanto o Campo das Vertentes possui cerca de 20% a mais.

**Tabela 12 - Rendimento médio do trabalho principal das pessoas de 10 ou mais anos de idade, por posição na ocupação nas mesorregiões Norte de Minas Gerais e Metropolitana de Belo Horizonte – 2010.**

Mesorregiões	Rendimento do trabalho principal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por posição na ocupação (%) (1)						Total
	Até 1 salário mínimo	De 1 a 2 salários mínimos	De 2 a 4 salários mínimos	De 4 a 10 salários mínimos	De 10 a 20 salários mínimos	Acima de 20 salários mínimos	
Empregado com carteira de trabalho assinada							
Norte de Minas	49,9	36,6	9,7	3,2	0,6	0,1	<b>100,0</b>
Metropolitana de Belo Horizonte	27,5	43,5	18,6	8,1	1,8	0,6	<b>100,0</b>
Militar do exército, marinha, aeronáutica, polícia militar ou corpo de bombeiros							
Norte de Minas	2,2	8,9	41,4	44,1	3,0	0,4	<b>100,0</b>
Metropolitana de Belo Horizonte	3,2	4,4	36,2	47,8	7,1	1,2	<b>100,0</b>
Empregado pelo regime jurídico dos funcionários públicos							
Norte de Minas	36,4	36,6	16,6	8,2	1,4	0,6	<b>100,0</b>
Metropolitana de Belo Horizonte	12,6	28,0	27,1	20,8	7,8	3,8	<b>100,0</b>
Empregado sem carteira de trabalho assinada							
Norte de Minas	84,5	11,8	2,9	0,6	0,2	0,0	<b>100,0</b>
Metropolitana de Belo Horizonte	60,0	27,2	8,7	3,2	0,6	0,2	<b>100,0</b>
Conta própria							
Norte de Minas	66,7	19,7	8,3	4,0	0,9	0,3	<b>100,0</b>
Metropolitana de	32,2	30,2	20,2	12,6	3,3	1,5	<b>100,0</b>

Belo Horizonte							<b>continua</b>
	Empregador						
Norte de Minas	13,4	21,4	25,5	27,0	8,6	4,0	<b>100,0</b>
Metropolitana de Belo Horizonte	5,0	11,6	23,3	35,0	14,5	10,7	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE - Elaboração própria com base nos microdados do Censo Demográfico de 2010.

Assim como no âmbito nacional as categorias ocupacionais com os maiores ganhos relativos à remuneração são os empregadores e militares. As menores rendas são relativas à categoria dos empregados sem carteira de trabalho assinada. Contudo, podemos observar as discrepâncias entre as duas mesorregiões: a Região Metropolitana de Belo Horizonte é a que exhibe os melhores rendimentos entre as pessoas ocupadas, enquanto a mesorregião Norte de Minas apresenta o inverso desta realidade. Na Região Metropolitana de Belo Horizonte um pouco mais de 10% dos empregadores recebe mais de vinte salários mínimos, no Norte de Minas apenas 4% auferem rendimentos nessa faixa (Tabela 12).

#### **4.2 - Considerações acerca do processo de formação econômica e social do Norte de Minas Gerais e a sua inclusão na área de abrangência da SUDENE**

A região Norte de Minas Gerais experimentou um processo de crescimento econômico lento e retardatário no período que compreende o séc. XVIII e a primeira metade do séc. XX. As características da região pouco se modificaram nesse período, conservou-se uma economia agropastoril, relações sociais como o compadrio e o predomínio de formas de dominação autoritárias dos grandes proprietários de terra. Ademais, o Norte de Minas manteve-se isolado da região central do estado (MATA-MACHADO, 1991). Dois grupos se instalaram no Norte de Minas no século XVII, os vaqueiros que adentraram a região seguindo o curso do rio São Francisco, vindos de Pernambuco e da Bahia, e os bandeirantes paulistas, que moveram guerra contra as populações que já habitavam a região, ou seja, as nações indígenas Tapuias e Caiapós. O modo de vida dos nativos era baseado em atividades de caça, pesca, coleta e cultivo de espécies vegetais. A partir da chegada dos bandeirantes esse modo de vida foi desestruturado, os povos indígenas foram mortos, escravizados ou expulsos da região. Os bandeirantes paulistas fundaram povoados e estabeleceram-se como grandes criadores de gado (COSTA, 1997; SILVA, 2011).

Nesse processo de “invasão” do Norte de Minas algumas atividades produtivas ganharam destaque, como a criação de gado para tração, produção de carne e couro, e a criação de equinos. A criação de gado *vacum* era adequada às características da região, por exemplo, a população era escassa, sendo ideal para uma atividade que demandava pouca mão de obra. A agricultura de subsistência articulava-se à pecuária como complementação alimentar da população da região (MATA-MACHADO, 1991; BOTELHO, 1994; CARDOSO, 1996). Algumas características também contribuíram para a instalação desta economia na região, tais como a presença de sal nos “barreiros<sup>12</sup>” e, além disso, a facilidade para importação desse produto, proveniente da Bahia e de Pernambuco, por meio do rio São Francisco (BOTELHO, 1994).

O desenvolvimento dessa estrutura econômica, fundada na pecuária extensiva (atividade que demandava grandes extensões de terra) e na agricultura de subsistência, apresentou como resultado um processo de povoamento “rarefeito”. Surgiram alguns povoados às margens dos rios, com destaque para o rio São Francisco, e ao longo das rotas de comércio, especialmente nas áreas onde havia alguma forma de cultivo agrícola (CARDOSO, 1996; SILVA, 2011).

O movimento social de maior repercussão durante o período colonial na região, a revolta Sedição em 1736, contribuiu para o isolamento econômico e político da região. Ao analisar esse confronto entre o poder público e o privado no Norte de Minas Gerais, Anastasia (1983) verificou que essa revolta apresentava como objetivo combater a ampliação do poder público da Coroa Portuguesa. Em resumo, os grandes proprietários da região contestavam o novo sistema tributário à época por afetar diretamente o excedente apropriado por eles.

A exclusão do norte mineiro da dinâmica intrínseca à ordem colonial, por se constituir em centro de produção e intermediação de mercadorias, restrito ao abastecimento interno da Colônia, possibilitou aos grandes proprietários de terra da região a absoluta predominância das formas autoritárias de dominação interna e a consolidação de um reduto da ordem privada (ANASTASIA, 1983, p.73).

Segundo Silva (2011, p.43), o chamado isolamento do norte de Minas Gerais ocorreu devido:

A proibição do comércio, a distância dos mercados exportadores, o estabelecimento de contagens (para a cobrança de impostos sobre mercadorias que seguiam para a zona mineradora) e a concorrência de outras regiões. Além disso, havia a cobrança do imposto da capitação, a repressão

---

<sup>12</sup> Os “barreiros” são depósitos superficiais de sal mineral (BOTELHO, 1994).

advinda da Coroa e o confisco dos bens dos líderes da Sedição. Estes fatores contribuíram, também, para a não acumulação de riquezas suficientes para enfrentar a decadência da mineração.

De acordo com Mata-Machado (1991), deve-se matizar a ideia de isolamento, pois nesse período persistiu o comércio de gado e peles com a Bahia e, em menor medida, com o Rio de Janeiro. Além disso, foi estabelecido um comércio inter-regional entre localidades situadas no médio São Francisco e delas com as províncias de Goiás e do Nordeste.

Em resumo, a maior revolta da região, a Sedição, apresentou como resultado o final do predomínio econômico do sertão do Norte de Minas nas relações comerciais com a região aurífera. “A Coroa estabeleceu um cerco iniciando o período de isolamento do Norte de Minas Gerais, o qual, em termos econômicos, vigorou até a primeira metade do século XX” (SILVA, 2011, p.34). A falta de atratividade da região para os investimentos capitalistas parece ser o principal fator explicativo para o isolamento, quadro que ditou os contornos da história regional durante dois séculos (SILVA, 2011).

O processo de formação do Norte de Minas Gerais apresenta certas características que se assemelham à formação do Nordeste do país. Nesse sentido, cabe apresentar, ainda que brevemente, alguns aspectos históricos importantes para o entendimento das disparidades regionais no país, em especial para a compreensão dos fatores explicativos da debilidade do desenvolvimento econômico nordestino que motivou a criação da SUDENE. Autores como Furtado (1981, 1989) e Oliveira (1977), por exemplo, se debruçaram sobre a temática das disparidades regionais no Brasil. O primeiro relacionou a temática dos desequilíbrios regionais ao subdesenvolvimento<sup>13</sup>, sua obra apresenta uma abordagem que compreende a formação econômica do país<sup>14</sup>, passando pela economia colonial e desaguando no diagnóstico e proposição de políticas voltadas ao desenvolvimento regional na segunda metade do século XX.

---

<sup>13</sup> Segundo Furtado (1981) o desenvolvimento econômico das economias subdesenvolvidas é um mito em virtude da dependência dessas economias em relação aos países desenvolvidos, dependência expressa tanto em aspectos econômicos quanto em aspectos culturais – trata-se de um desenvolvimento mimético orientado para o consumo das “classes dirigentes”. Houve uma *modernização* sem desenvolvimento econômico no Brasil, pois a conservação desse padrão de consumo das elites ocasionou o agravamento das desigualdades sociais no país. O desenvolvimento econômico apresenta características como a acumulação de capital e a utilização de processos produtivos cada vez mais eficientes, ou seja, fatores que contribuem para o incremento da renda. No caso da *modernização* há a “adoção de novos padrões de consumo, correspondente a níveis mais elevados de renda, na ausência de desenvolvimento econômico” (FURTADO, 1981, p.97).

<sup>14</sup> Abordaremos apenas alguns aspectos históricos do processo de formação econômica da região Nordeste – já abordamos um pouco da história do norte de Minas Gerais.

Segundo Furtado (1989) o Nordeste apresenta problemas estruturais que influenciaram a sua economia. No século XVI teve início a exploração econômica das terras úmidas do litoral nordestino centrada na exportação de recursos naturais. Nesse período emergiu, vinculada a economia exportadora, a criação de animais, tanto para a realização do trabalho/transporte quanto para a alimentação da população da região. A expansão desse subsistema periférico (criação de animais) estava relacionada ao setor exportador, dependente da demanda externa. O recuo da demanda no comércio exportador ocasionava o crescimento do subsistema periférico que absorvia as crises a partir da ocupação das terras do semiárido.

O processo de ocupação do semiárido foi baseado na pecuária extensiva. Atividade que demandava vastas extensões de terra e ocupava um número reduzido de trabalhadores, fator explicativo da baixa densidade demográfica na região. Havia uma dispersão dessa forma de atividade e os produtores diretos eram dependentes dos grandes proprietários de terras. Essa configuração econômica resultou em uma impossibilidade de acumulação por parte dos trabalhadores, presos a um processo de reprodução social. Vigorava uma hierarquia social rígida, baseada no autoritarismo das elites regionais (SILVA, 2011). Em resumo, segundo Furtado (1989, p.23) “o ecológico, o econômico, o social e o político se entrelaçaram para produzir o duro cimento em que se alicerçou o subdesenvolvimento do Nordeste”.

A mudança dos rumos dessa história foi idealizada e em parte operacionalizada por Furtado, especialmente no governo de Juscelino Kubitschek. A *Operação Nordeste*, como ficou conhecida, alteraria o desenvolvimento regional. No ano de 1956 houve a criação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) que ficou responsável pelo diagnóstico dos problemas e indicação das ações necessárias à superação do “atraso” econômico nordestino. Foram propostas as seguintes ações: fomentar o investimento em indústrias, ampliar a oferta de produtos/alimentos agrícolas, proporcionar ao semiárido maior resistência às secas e expandir a fronteira agrícola a partir da colonização do Maranhão. Essa transformação não se resume aos aspectos produtivos, segundo Cardoso (2000), as propostas do GTDN objetivavam, também, uma mudança nas relações políticas da região a partir da retirada de poder do baronato do açúcar e das distintas oligarquias rurais.

#### **4.2.1 – A inclusão do Norte de Minas Gerais na área de atuação da SUDENE**

A estrutura produtiva da região Norte de Minas Gerais começa a sofrer transformações significativas a partir da sua inclusão na área de atuação da SUDENE através

da Lei 4.239 de 1963. De acordo com essa Lei, a área de atuação da SUDENE compreende os estados de Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e o norte de Minas Gerais situado no chamado Polígono das Secas.

A região Norte de Minas Gerais apresenta peculiaridades que a singularizam no estado de Minas Gerais. As suas características econômicas, sociais, políticas e culturais assemelham-se ao Nordeste. Nesse sentido, a origem da população norte-mineira, os seus hábitos, as suas formas de produção, até a extensão do seu território confirmam essa semelhança. Cardoso (2000) afirmou que essa similaridade também é expressa nos indicadores de subdesenvolvimento do Norte de Minas.

A inclusão do Norte de Minas Gerais na área de atuação da SUDENE é explicada de maneiras diferenciadas pela literatura existente, variando de aspectos técnicos, políticos à motivações tipicamente pessoais – nesse caso, por exemplo, segundo Pereira (2007); Silva (2011), a explicação está na iniciativa do deputado Vasconcelos Costa que influenciou o presidente Eurico Gaspar Dutra na inclusão do Norte de Minas Gerais na área do Polígono das Secas. Porém, os documentos da própria autarquia atribuem a inclusão da região na área de abrangência da SUDENE ao seu pertencimento ao Polígono das Secas, ou seja, a região apresenta características físicas e climáticas análogas às do semiárido da região Nordeste.

A Lei n. 3.692 de 1959 criou a SUDENE, autarquia que expressou a forma mais organizada e sistemática de intervenção do Governo Federal na região Nordeste do país. A criação da SUDENE objetivava dirimir “as desigualdades regionais fortemente condicionadas pelas disparidades entre as forças produtivas do Nordeste e do Centro-Sul” (SILVA, 2011, p.152).

A partir de uma perspectiva crítica com relação à concepção (estruturalista) de desenvolvimento que pautava a Cepal, Oliveira (1997) entende as disparidades regionais a partir das especificidades da reprodução do capital nas diferentes regiões e da combinação dessas formas de reprodução. A divisão regional da produção no país condiciona diferentes níveis de reprodução do capital. Nesse sentido, essa divisão influencia as interações e as contradições regionais, resultantes dos diferentes níveis de reprodução ampliada do capital e das relações de produção. Esse contexto condicionou uma divisão do trabalho em âmbito nacional que “contrapôs” a região Centro-Sul, em crescimento, ao Nordeste, em situação de estagnação (OLIVEIRA, 1977; SILVA, 2011).

A estagnação do Nordeste não pode ser analisada de forma separada da dinâmica nacional, pois o desenvolvimento do capitalismo é combinado e desigual – não apenas em termos internacionais, mas também em termos nacionais e regionais. Segundo Oliveira



(1977), a expansão do sistema capitalista no Brasil, após os anos de 1930, apresentou como centro a região Centro-Sul, sendo orientada pelo estado de São Paulo. Esse ciclo de expansão configurou-se, também, como destruição das economias regionais – por exemplo, do Nordeste. Segundo Silva (2011, p. 153):

É um processo dialético que, com vistas à concentração de capital, apropria os excedentes captados em outras regiões a fim de centralizar o capital. Essa destruição expressa a expansão capitalista em escala nacional. O fechamento de fábricas, a entrada de mercadorias e o predomínio do Centro-Sul, caracterizaram esse processo, corroborando as disparidades resultantes dos diferenciais de acumulação de capital.

As contradições sociais internas influenciavam o desenvolvimento. O processo de integração nacional foi comandado econômica e politicamente por São Paulo, pois a “burguesia industrial açucareira-têxtil” era incapaz, em termos políticos, de comandar o seu processo de reprodução. Oliveira (1977) afirma que houve uma captura do Estado pela “burguesia industrial” do Centro-Sul e, no Nordeste, pela “oligarquia algodoeiro-pecuária”, utilizado por elas para redirecionarem seus planos de reprodução.

Nessa perspectiva, a “integração planejada deslocou os esquemas de reprodução da economia nordestina e converteu recursos públicos em capital para a expansão capitalista do Centro-Sul” (SILVA, 2011, p. 153-4). Em suma, houve uma intensificação das relações econômicas entre a região Norte de Minas e o Centro-Sul, região mais dinâmica do país.

Foram expostos alguns dos objetivos da SUDENE segundo o GTDN, tais como: incentivar a industrialização da região, desenvolver e expandir a agricultura<sup>15</sup>, aumentar a resistência da região à seca, dentre outros. No que tange especificamente à industrialização da região, visava-se aos seguintes objetivos: as indústrias selecionadas deveriam apresentar maior viabilidade econômica na região; utilização de matérias-primas locais por indústrias capazes de competir com as do Centro-Sul, visando uma penetração rápida da produção nordestina tanto no mercado regional quanto no nacional; modernizar as indústrias tradicionais da região, especialmente a têxtil, por utilizar um quantitativo expressivo da mão de obra local e por utilizar matéria prima característica da região, a fibra do algodão; aproveitar a mão de obra local, de baixo custo.

Porém, esses objetivos não foram materializados. Braga (1985), corroborando a análise fornecida por Oliveira (1977), verificou que a SUDENE propiciou antes de tudo a expansão das indústrias do Centro-Sul no Norte de Minas Gerais. Os incentivos fiscais e

---

<sup>15</sup> O desenvolvimento da agricultura da região sustentaria o processo de industrialização regional.

financeiros da SUDENE não propiciaram uma conexão dos capitais investidos com a estrutura produtiva regional. Houve uma relação entre esses incentivos e o processo de acumulação de capitais na região Centro-Sul do Brasil, por exemplo, apenas 25% dos capitais privados que foram investidos na região, até meados da década de 1980, apresentavam como origem a região Norte de Minas Gerais. Além disso, o destino da produção industrial norte-mineira evidencia que o mercado local não era privilegiado, apenas 6,6% da produção era realizada na região. Em síntese, as necessidades de desenvolvimento da estrutura produtiva da região não foram atendidas, pois grandes empresas, o capital oligopolista (nacional e multinacional), se beneficiaram dos incentivos da SUDENE no processo de crescimento industrial. Segundo Silva (2011, p. 157):

Em suma, o processo de industrialização do Norte de Minas não pode ser compreendido dissociado da dinâmica mais geral do capitalismo nacional. A região configurou-se como espaço alternativo para a reprodução ampliada do capital. A expansão do parque industrial do Centro-Sul em direção ao Norte de Minas apresentou como resultado o baixo aproveitamento das matérias-primas regionais, débil absorção da mão de obra norte-mineira e produção comercializada para além das fronteiras regionais.

O processo de modernização da estrutura produtiva da região Norte de Minas Gerais, especialmente dos setores agropecuário e industrial, ocasionou uma alteração na forma de distribuição da população regional, com significativo aumento da participação da população urbana (BRAGA, 1985; SILVA, 2011; SINDEAUX, 2012).

Há que se acrescentar que a industrialização no Norte de Minas foi concentrada do ponto de vista espacial, sendo que a cidade de Montes Claros atraiu a maior parte dos investimentos. Na década de 1970 houve uma drástica redução na participação da população rural no conjunto da população do município de Montes Claros, apenas 25% dos habitantes do município residiam no campo<sup>16</sup>. A população do município passou a ser predominante urbana, perfazendo um total de 75%. Essa tendência se acentuou nas décadas seguintes, configurando-se na gênese da força de trabalho urbana e de um amplo exército de reserva no município (em 2014, 96% da população do município é urbana). Cabe destacar que o

---

<sup>16</sup> Braga (1985) e Pereira (2007) apresentam algumas causas do declínio da pequena propriedade no norte de Minas. Fatores como a modernização das fazendas, os incentivos aos grandes projetos de reflorestamento (especialmente para a produção de carvão vegetal para atender a demanda crescente da siderurgia), os projetos de irrigação. No que tange aos obstáculos enfrentadas pelos próprios pequenos produtores, destacam-se as dificuldades de escoamento da produção e o preço irrisório da produção. Cabe salientar que na década de 1960, 69% da população do município residia no campo.

processo de industrialização de Montes Claros foi um atrativo aos migrantes que vislumbram novas possibilidades de trabalho/emprego.

Porém, os empreendimentos industriais incentivados não absorveram toda a mão de obra que migrava em direção ao município de Montes Claros. O caráter poupador de mão de obra da indústria instalada na região, por exemplo, apresentava-se como um dos fatores condicionantes da precariedade das relações de trabalho no Norte de Minas Gerais, pois “a tecnologia importada refletia as relações sociais diferentes da realidade social norte-mineira, ocasionando em uma insuficiente absorção da força de trabalho local” (SILVA, 2011, p.66).

O aumento da oferta de trabalhadores e a incapacidade de absorção desse contingente pela indústria geraram, em escala crescente, o trabalho informal. Esses trabalhadores (informais), segundo Braga (1985), devido à facilidade de “contratação” e de dispensa, resultante da falta de proteção pela legislação trabalhista, são mais facilmente ajustáveis às demandas do mercado por força de trabalho.

As abordagens evidenciam que a informalidade fez parte do processo de formação do mercado de trabalho na região Norte de Minas Gerais. O histórico da região demonstra que a violência, o arbitrário e o paternalismo fizeram parte das relações sociais que a caracterizaram, especialmente no trabalho. Os incentivos fiscais e financeiros da SUDENE destinados ao município de Montes Claros levaram à modernização da sua estrutura produtiva, mas não refletiram em uma estruturação do seu mercado de trabalho. Se o município norte-mineiro que mais se beneficiou das ações da SUDENE não logrou uma efetiva estruturação do seu mercado de trabalho, pequenos municípios da região, ao seu modo conectados ao processo de reprodução do capital (como no processo de realização do capital – comércio/venda das mercadorias), apresentam índices de informalidade ainda mais elevados. Parte significativa dos trabalhadores enfrenta relações de trabalho marcadas de forma ainda mais intensa pela precariedade.

### **4.3 – A superexploração do trabalho no setor lojista de um pequeno município da microrregião de Montes Claros**

Realiza-se neste tópico a aplicação do conceito de superexploração do trabalho na análise das relações estabelecidas entre trabalhadores e empregadores do setor lojista em um município na região Norte de Minas Gerais. Porém, antes é apresentada uma breve discussão teórica sobre o conceito de superexploração do trabalho. Cabe destacar que não é efetuada aqui uma transposição mecânica da análise marxista para a compreensão do caso em estudo,

mas recorre-se a alguns dos seus conceitos/elementos teóricos para o entendimento das relações de trabalho no referido setor.

Aborda-se nesta pesquisa o que na terminologia marxista é denominado trabalho improdutivo, ou seja, trabalho que não produz mais-valia. São objetos de análise diferentes (trabalho produtivo – industrial – e o trabalho improdutivo – lojista), no caso em estudo, baseados em contextos sócio-históricos distintos. Porém, isso não inviabiliza a utilização do referencial marxista no setor lojista, especialmente o prolongamento da jornada de trabalho, a redução do consumo operário e a intensificação do trabalho. O ponto fundamental é que as subcategorias (produtivo e improdutivo) agrupam trabalhadores que são explorados pelo capital e enfrentam contradições similares.

Entende-se o capitalismo como uma totalidade orgânica que articula diversos segmentos produtivos e improdutivos no processo que valoriza o capital. A produção, a distribuição (compreendida para além da simples distribuição de produtos), a troca e o consumo são elementos concernentes a uma totalidade, que são diferenciados no interior de uma unidade. Esses elementos apresentam influência recíproca – o que ocorre em qualquer totalidade que apresente esse caráter orgânico. A produção influencia as formas de consumo, de distribuição e de troca, regulando as relações recíprocas determinadas desses diferentes momentos. Na esfera da troca ou da circulação, por exemplo, ocorre a realização do capital, ou seja, a venda das mercadorias e a realização da mais-valia. Estas esferas não apresentam uma existência autônoma, pois, são organicamente entrelaçadas, sendo imprescindíveis ao funcionamento do sistema capitalista como um todo (MARX, 1977).

Percebe-se assim uma articulação entre o trabalho produtivo e o trabalho improdutivo, caracterizada por uma transferência de valores fundamental para a continuidade do sistema, ou seja, para o processo de valorização do capital. Oliveira (2008) fornece uma interpretação fecunda para a compreensão da relação entre os segmentos desenvolvidos e subdesenvolvidos. Trata-se da vinculação entre o “moderno” e o “arcaico” no processo de formação do Brasil. Em todas as épocas históricas e sistemas econômicos encontra-se a dualidade constituída polarmente entre um setor “atrasado” e um “moderno”, ou seja, essa dicotomia não expressa uma singularidade do capitalismo ou do capitalista no Brasil. Nos termos de Oliveira (2008, p.32) “a oposição na maioria dos casos é tão somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’, se se quer manter a terminologia”. Há uma conexão entre espaços precários e pouco regulados (como no caso

do município em análise, onde prevalece a superexploração do trabalho) e espaços considerados desenvolvidos e que apresentam formas de regulação institucional mais efetiva.

#### **4.3.1 – Concepção teórica acerca da superexploração do trabalho**

A superexploração do trabalho que hoje se manifesta nos países centrais, historicamente fez parte do universo produtivo das economias periféricas. Marini (2000) na sua dialética da dependência, afirma que historicamente a América Latina se vinculou a economia mundial de forma dependente, o que contribuiu para o processo de superexploração da força de trabalho. Segundo o autor supracitado, o intercâmbio desigual do qual participa a América Latina ocasiona uma perda de mais-valia não recuperável nas relações de mercado.

A forma encontrada para compensar essa perda se situa no plano da produção por meio de três mecanismos que compõem a superexploração do trabalho, a saber: a intensificação do trabalho, o prolongamento da jornada de trabalho e a redução do consumo do operário para, assim, extrair mais trabalho excedente. Em termos tecnológicos e da participação da periferia capitalista na divisão internacional do trabalho, a superexploração é “congruente com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia latino-americana, mas também com os tipos de atividades que se realizam nela” (MARINI, 2000, p.125).

A superexploração se caracteriza, também, por negar ao trabalho as condições de reposição da força de trabalho despendida durante a produção, pois fica sujeito a um dispêndio de trabalho superior ao normal, resultando assim no esgotamento prematuro da sua força de trabalho<sup>17</sup>. Além disso, o trabalhador não pode repor suas forças de trabalho via consumo, pois seu consumo é reduzido abaixo do mínimo indispensável a essa reposição. Assim, a força de trabalho é remunerada aquém do seu valor (MARINI, 2000).

Impende observar, que a categoria da superexploração da força de trabalho pode ser captada como uma violação do seu valor, tanto porque é consumida pelo capital além das condições normais, levando ao esgotamento prematuro da força vital do trabalhador, como também por ser remunerada inadequadamente.

---

<sup>17</sup> No interior desse sistema, compondo as relações que caracterizam a exploração do trabalho, está o desejo exacerbado e a necessidade por parte dos capitalistas de extrair mais-valia, ou seja, retirar o lucro, impulsionando-os a empregarem de forma cada vez mais aguda e aperfeiçoada, os mecanismos de superexploração da força de trabalho (NASCIMENTO; DILLENBURG e SOBRAL, 2013).

A influência exercida pela concorrência intercapitalista, a existência de um mercado de trabalho em desequilíbrio no sentido da desunião da classe trabalhadora entre empregados e desempregados (e a concorrência entre eles), são alguns dentre os motivos enumerados por Nascimento, Dillenburg e Sobral (2013), que impulsionaram os capitalistas a empregarem os mecanismos de superexploração sobre a classe trabalhadora, e que de certa forma determinam a redução do preço da força de trabalho abaixo do seu valor.

Cabe salientar que o mercado de trabalho se encontra saturado da mercadoria força de trabalho, o que vem sendo demonstrado pelo desemprego crescente em várias economias. É nesta economia em declínio que o trabalhador necessita empregar sua força de trabalho para sobreviver. Desta forma, os trabalhadores, embora resistam, sofrem os condicionamentos impostos pelo capital. Quadro agravado pela concorrência existente entre os próprios trabalhadores que necessitam vender a sua força de trabalho.

#### **4.3.2 – O caso dos “Assalariados sem registro”**

Como assinalado anteriormente, o setor formal é aquele onde há regulamentação do trabalho a partir da carteira assinada, o trabalhador pode assim possuir meios lícitos de sobrevivência. O que está fora disto se caracteriza como informal. Isto se torna um problema que é enfrentado em todo o país, pois vários empregadores não cumprem o que está previsto em lei.

A vigência da superexploração está presente em grande parte da economia capitalista, sendo de suma importância a análise crítica das relações de produção no capitalismo. Analisam-se alguns dados empíricos, concernentes à realidade de um município norte-mineiro com o intuito de demonstrar como a superexploração do trabalho se manifesta, também, nas relações de trabalho informais e ilegais.

Foram analisados dados coletados no ano de 2011, em um município de pequeno porte situado na microrregião de Montes Claros. A Tabela 13 apresenta a distribuição de pessoas com 10 anos ou mais de idade por posição na ocupação na microrregião de Montes Claros, composta por 23 municípios. Em apenas dois deles, Montes Claros e Glaucilândia, o número de trabalhadores com carteira de trabalho assinada é superior ao número de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada.

**Tabela 13 - Posição na ocupação de pessoas com 10 anos ou mais de idade nos municípios da microrregião de Montes Clara - 2010**

Municípios da Microrregião de Montes Claros	Posição na Ocupação de pessoas com 10 anos ou mais de idade.							Total
	Empregado com carteira de trabalho assinada	Militar do exército, marinha, aeronáutica, polícia militar ou corpo de bombeiros	Emprego pelo regime jurídico dos funcionários públicos	Empregado sem carteira de trabalho assinada	Conta própria	Empregador	Não remunerado	
Brasília de Minas	2 312	67	1 243	4 216	3 143	200	267	<b>11 448</b>
Campo Azul	90	3	180	659	242	2	86	<b>1 262</b>
Capitão Enéas	1 520	11	556	1 783	751	22	72	<b>4 715</b>
Claro dos Poções	666	0	374	1 202	672	36	79	<b>3 029</b>
Coração de Jesus	1 195	0	677	4 250	3 159	131	823	<b>10 235</b>
Francisco Sá	2 191	24	795	3 723	1 640	97	415	<b>8 885</b>
Glaucilândia	235	0	150	221	247	0	23	<b>876</b>
Ibiracatu	260	0	284	546	377	3	97	<b>1 567</b>
Japonvar	520	6	411	921	477	15	149	<b>2 499</b>
Juramento	416	0	251	638	311	11	66	<b>1 693</b>
Lontra	312	15	440	1 203	496	15	165	<b>2 646</b>
Luislândia	198	0	313	718	592	31	47	<b>1 899</b>
Mirabela	843	0	565	2 080	1 081	40	66	<b>4 675</b>
Montes Claros	70 345	1 668	14 090	37 779	33 925	4 429	1 988	<b>164 224</b>
Patis	268	4	213	664	354	0	49	<b>1 552</b>
Ponto Chique	149	4	284	661	429	9	73	<b>1 609</b>
São João da Lagoa	224	7	117	752	502	9	19	<b>1 630</b>
São João da Ponte	1 586	10	674	3 069	1 851	0	601	<b>7 791</b>
São João do Pacuí	71	0	135	873	359	0	132	<b>1 570</b>
Ubaí	280	5	342	2 099	759	41	197	<b>3 723</b>
Varzelândia	1 155	6	685	2 147	1 410	66	702	<b>6 171</b>
Verdelândia	826	0	175	1 371	292	0	5	<b>2 669</b>
<b>Total</b>	<b>85 662</b>	<b>1 830</b>	<b>22 954</b>	<b>71 575</b>	<b>53 069</b>	<b>5 157</b>	<b>6 121</b>	<b>246 368</b>

Fonte: IBGE - Elaboração própria com base nos microdados do Censo Demográfico de 2010.

Em 21 municípios da microrregião de Montes Claros o número de pessoas com 10 anos ou mais de idade na condição de empregado sem carteira de trabalho assinada é maior. Isso representa um indicativo da informalidade. Porém, para o IBGE a não contribuição para a previdência define a informalidade. Destarte, as categorias “empregado sem carteira de trabalho assinada”, “conta própria”, “empregador” e “não remunerado”, entram na condição de informalidade ao não contribuírem para a previdência. O percentual dos informais dentro dessas quatro categorias é apresentado na Tabela 14.

**Tabela 14 - Proporção de empregados sem carteira de trabalho assinada, conta própria, empregador e não remunerado que contribuem ou não para a previdência social.**

Posição na ocupação	Contribuinte da previdência na Microrregião de Montes Claros			Total
	Sim, no trabalho principal	Sim, em outro trabalho	Não	
Empregado sem carteira de trabalho assinada	11,8	0,2	88,0	<b>100,0</b>
Conta própria	19,0	0,3	80,7	<b>100,0</b>
Empregador	72,5	0,2	27,3	<b>100,0</b>
Não remunerado	18,3	0,0	81,7	<b>100,0</b>

**Fonte:** IBGE - Elaboração própria com base nos microdados do Censo Demográfico de 2010.

No Brasil, a busca pela proteção social se dá por meio de contribuição previdenciária. A falta de contribuição ocorre de maneira mais incidente na categoria empregado sem carteira de trabalho assinada, afetando 88% do total dessa categoria. Percebe-se como uma parcela reduzida de empregados sem carteira contribuía para a previdência social. Essa contribuição ocorre de forma individual e voluntária.

Esse contexto de informalidade que caracteriza a microrregião motivou a realização deste estudo de caso. A coleta de dados foi efetuada por meio da aplicação de entrevistas semiestruturadas a 20 (vinte) trabalhadores informais alocados no setor lojista. Esse setor apresenta empresas formais que utilizam trabalhadores sem carteira de trabalho assinada<sup>18</sup>.

Analisaram-se a situação socioeconômica e a informalidade dos trabalhadores. Foi verificado, por um lado, que estes trabalhadores compunham um grupo jovem com predominância feminina, apresentando semelhanças quanto à renda familiar, ao estado civil e

<sup>18</sup> Verificou-se, por exemplo, em uma área especializada no ramo de comércio no município em estudo a existência de 47 lojas (empresas formais) e 145 trabalhadores, sendo que dentro deste grupo 93 trabalhavam com carteira de trabalho assinada e, outros 52 não trabalhavam nas mesmas condições.



ao número de filhos. Com relação à faixa etária, a maior parcela dos trabalhadores informais concentra-se na faixa entre 23 e 27 anos, encontrando-se percentuais de 45%. Já a faixa de 18 a 22 anos representa 40%. Nas demais faixas etárias igualam-se em 5%, existindo também trabalhadores com menos de 18 anos. Percebe-se que o perfil dos trabalhadores é composto essencialmente por jovens, com idade até 30 anos. Esse quadro reflete o contexto nacional, assim como uma maior incidência de mulheres neste tipo de trabalho. Cabe salientar que apesar da presença maciça de idosos no setor informal em âmbito nacional, o perfil desse trabalhador não é adequado ao setor lojista, daí sua pequena incidência. Por outro lado, havia uma oscilação significativa quanto à escolaridade, que variava do ensino fundamental incompleto ao ensino superior completo.

No que diz respeito à variável ocupação, percebeu-se que ela é dividida entre duas: balconista e vendedor(a), ressaltando que não há muitas diversidades quanto a esta variável. A maior parcela (70%) se concentrava como vendedor(a) e, 30% dos trabalhadores informais ocupavam-se como balconistas. Observou-se que nenhum destes trabalhadores possuía um cargo mais elevado, por exemplo, cargo de gerência.

Quanto ao tempo de trabalho (em anos) na condição de informais, a maior parcela se concentrava entre mais de 1 a 2 anos, representando 45%. Logo após, com 25%, vem o tempo de 1 ano, seguido de mais de 2 a 3 anos com 20% e menos de 1 ano com 10%. Persiste o argumento de que os primeiros meses de trabalho compõem um período de “experiência”, não sendo “necessário”, por essa razão, o cumprimento da legislação trabalhista. Porém, independente da existência ou inexistência do contrato de experiência, a carteira de trabalho deve ser assinada desde o primeiro dia de ingresso no trabalho. O contrato de experiência apenas é necessário para que o empregador não tenha que pagar ao empregado o mês do aviso prévio. Este contrato pode ser celebrado por um prazo máximo de 90 dias, podendo ser prorrogado uma vez dentro deste prazo. Em suma, de acordo com os dados, constatou-se como é extenso o período em que estas pessoas se encontraram à margem do emprego formal, abdicadas dos direitos garantidos pela posse da carteira de trabalho assinada.

No que tange à renda pessoal que os trabalhadores adquiriram nestes trabalhos, a maior parcela 60%, auferiu menos de um salário mínimo, 35% um salário, e por último 5% mais de um salário. De acordo a CLT, o salário mensal nunca pode ser inferior ao piso salarial da categoria fixado na Convenção Coletiva (Sindicato) da Categoria, sendo o salário mínimo, o piso citado. Segundo Luce (2013), durante a história da sociedade capitalista, foram necessárias duras lutas para que fosse estabelecida uma jornada normal de trabalho e uma remuneração mínima condizente. Aqui no Brasil, um parâmetro para avaliar a remuneração da

força de trabalho em condições próximas do seu valor é o Salário Mínimo Necessário – SMN. Leva-se em consideração não apenas o salário mínimo legal no comparativo com a inflação, mas o salário que deveria expressar a quantia necessária para cobrir os gastos com moradia, alimentação, saúde, educação, entre outros.

Considerando que o salário mínimo fixado no ano de 2011 (ano de realização desta pesquisa) era de R\$ 545,00, nota-se como mais da metade dos entrevistados recebiam remuneração abaixo do SMN. Portanto, se o salário não alcança a quantia suficiente para o trabalhador repor o desgaste de sua força de trabalho, identifica-se a superexploração. Isto significa que a força de trabalho está sendo remunerada abaixo do seu valor.

Direcionando esta análise para o número de horas trabalhadas diariamente, 75% dos entrevistados trabalhavam de 8 a 10 horas por dia, ficando 25% trabalhando até 8 horas. A jornada de trabalho prevista pela Constituição Federal é de 8 horas diárias e 44 horas semanais. Percebeu-se um prolongamento na jornada normal de trabalho. Se o limite da jornada normal de trabalho está sendo ultrapassado é porque está em condições de superexploração mediante prolongamento da jornada de trabalho. Implica a apropriação pelo capital de anos de vida futuros do trabalhador (LUCE, 2013).

Contudo, o empregado pode trabalhar duas horas a mais por dia (horas extras), mas que devem ser pagas com adicional mínimo de 50% sobre a hora normal, mas se observou que apenas 5 % dos entrevistados recebiam remuneração por hora extra e 70 %, que é 14 vezes maior do que os números anteriores, não recebiam. Mesmo efetuando um pagamento de remuneração adicional pelas horas trabalhadas além da jornada normal, em um dado momento, não bastará, pois há um dano superior para o trabalhador. Existe um desgaste da corporeidade físico-psíquica que tende a levar à piora de suas condições de vida, ao adoecimento e ao esgotamento prematuro de seu tempo de vida útil. A aceitação de tais medidas em troca de adicionais/abono salarial, não resulta na extinção destas consequências (LUCE, 2013).

Outro fator a ser pontuado, é que 65% dos entrevistados, não receberam nenhuma proposta pelos patrões ou empregadores para trabalharem legalmente, ou seja, terem suas carteiras de trabalho assinadas. Receberam esta proposta 35%, porém nenhum deles conseguiu efetivar este desejo, já que ainda continuam à margem da legislação. Verificou-se empiricamente, que os patrões não se encontravam na observância da lei. E isto como foi assinalado teoricamente, pode ser associado como afirma Ulyseia (2004), aos custos de entrar no setor formal, relacionados ao custo de legalização e registro do empreendimento e aos custos de permanecer no setor, que também são altos. Verificou-se a ocorrência de uma fuga

dos impostos e dos registros oficiais, assim esta economia fica caracterizada como clandestina.

Foi constatado que os trabalhadores em sua maioria se sentiam prejudicados por não possuírem a carteira de trabalho assinada, representando 85%, sendo que 15% afirmam o contrário. Pode-se correlacionar este fator (15%) ao não conhecimento dos direitos trabalhistas pelos empregados.

Em relação ao processo de superexploração, ao executar este trabalho informal com todos estes dados apresentados pela pesquisa, é crucial saber se os entrevistados se sentiam condicionados a este processo. De acordo com a pesquisa, 90% dos entrevistados se sentiam superexplorados, pois além de não possuírem seus direitos, não lhes eram dadas condições benéficas mínimas para o trabalho. Já 10% destes, são indiferentes às demais questões.

Verificou-se quais eram as motivações que levaram os entrevistados a aceitarem o trabalho informal. Desse modo, 70% dos empregados definiram a estratégia de sobrevivência como fator primordial da aceitação do trabalho informal, sendo que 25% optaram por esse modo de trabalho, escolheram-no. Os 5% restantes trazem a concorrência como principal fator, já que as ofertas de trabalho são reduzidas e a não aceitação destas condições implica no surgimento de pessoas que aceitariam em seu lugar.

Assim o trabalhador, como uma forma de ocupação e garantia de um nível mínimo de renda ou para complementar a renda familiar e o nível de consumo, aceita condições de trabalho precárias e adota esta “estratégia” para se livrar ou contornar a pobreza existente. A aceitação das condições de superexploração pode ser relacionada ao regime fabril caracterizado como “despotismo de mercado”<sup>19</sup> proposto por Burawoy (1990), pois a regulação despótica do processo de trabalho está relacionada à coação econômica do mercado. Nos termos do autor a “dependência dos trabalhadores em relação aos ganhos em dinheiro está inscrita na sua subordinação ao Licurgo fabril” (BURAWOY, 1990, p.30).

Nota-se que os entrevistados, encaixavam-se na categoria de assalariados, que tinham a sua jornada de trabalho prefixada pelo empregador, com remuneração fixa sob forma

---

<sup>19</sup> De forma geral, a região Norte de Minas Gerais não experimentou o desenvolvimento de relações de trabalho com características do taylorismo-fordismo, isto é, as regiões industriais com adensamento das relações contratuais típicas da modernidade capitalista. Não se constituiu no Norte de Minas Gerais uma “condição salarial”, nos termos de Castel (2005). Levando-se em conta essa ressalva, a análise dos regimes fabris proposta por Burawoy (1990) pode ser mobilizada para o caso em tela. Nessa hipótese, estaríamos diante de um regime fabril de tipo despótico, em que o exemplo histórico do Brasil nos anos de ditadura militar (1964-1985) é inclusive mobilizado. O regime despótico, para aquele autor, compõe-se da combinação de meios econômicos e extraeconômicos de coerção pela indústria e, portanto, da ausência dos regimes hegemônicos.

de salário. O que se pode observar, é que estas empresas apesar de fazerem uso de mão de obra assalariada, possuem algumas peculiaridades que justificam a sua inclusão na categoria dos informais. O assalariamento convive com jornadas de trabalho não reguladas pela lei, sendo os salários abaixo do verificado pela legislação brasileira. Também não foi presenciado o pagamento de hora extra para os mesmos, já que estes trabalham horas adicionais.

Assim, estes trabalhadores encontravam-se em ocupações executadas à margem da lei e há anos sem a carteira de trabalho assinada. Com isto, os trabalhadores ficam excluídos da possibilidade de usufruírem direitos trabalhistas, como aposentadoria, seguro-desemprego, etc., reservados aos trabalhadores legalizados e que contribuem com o pagamento de impostos e tributos. Eram movidos pela estratégia de sobrevivência e se sentiam superexplorados pelos seus empregadores.

Pode-se dizer que a superexploração, implica a violação do valor da força de trabalho e se expande por todos os cantos do sistema mundial capitalista. Pode-se perceber como os trabalhadores são os geradores da mais-valia. E isso se reflete nas suas condições de trabalho, bem como: pagamento de salários abaixo do seu valor, aumento da jornada de trabalho, intensificação do trabalho, etc. Consequentemente, há um esgotamento por parte dos trabalhadores, sem que haja benefícios significantes para os mesmos.

Os avanços da tecnologia e da racionalização das técnicas organizacionais do processo de trabalho afetaram a classe trabalhadora, o seu modo de vida e de trabalho. Foram surgindo formas de trabalho precárias marcadas pela desqualificação e pouco custo. Os trabalhadores passaram a compor a figura de trabalhadores atípicos. Ocorreu ainda uma ampliação da concorrência entre os trabalhadores ativos e os desempregados, entre os estáveis e os trabalhadores com contratos precários e a tempo parcial.

Em relação aos resultados aqui apresentados, verificamos que os trabalhadores do município em estudo compõem um grupo com condições de trabalho muito parecidas. Foi percebido que trabalhavam há muito tempo sem carteira assinada, recebiam salários muito baixos, jornadas de trabalho altas, ausência de pagamento de hora extra e havia o acúmulo de funções.

Pode-se inferir aqui a condição de superexploração, pois a maior quantidade de lucro percebida pelo capitalista estava baseada na maior taxa de exploração dos trabalhadores. Estes trabalhadores possuíam um grande desejo de trabalhar formalmente e se sentiam prejudicados pela falta dos direitos trabalhistas. Acrescentando que os seus patrões não fizeram nenhuma proposta para cumprir com o que está previsto em lei.

Desta forma, com o aparecimento de novas formas de trabalho precário e a redução dos empregos no mercado formal, os trabalhadores passaram a atuar no setor informal. Os trabalhadores acabam sujeitando-se a ganhar a vida de qualquer modo, inserindo-se na informalidade. Por não terem outra saída, se submetem a qualquer modo de trabalho, renegando os direitos trabalhistas advindos da carteira de trabalho assinada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reestruturação produtiva e as transformações econômicas, principalmente na década de 1980 e 1990, alteraram o contexto do mercado de trabalho, no qual a informalidade vem se tornando uma alternativa definitiva para muitos trabalhadores, seja por permitir uma estratégia de sobrevivência ou uma inserção ocupacional bem sucedida. E é neste contexto, especialmente no que concerne ao crescimento significativo das ocupações informais, que a discussão sobre a informalidade ganhou uma maior evidência, sendo fortemente associada ao subdesenvolvimento, visto que é uma característica definidora do mercado de trabalho nas cidades latino-americanas.

Algumas abordagens evidenciaram uma trajetória heterogênea do mercado de trabalho brasileiro. Essa heterogeneidade foi expressa nas últimas décadas no processo de estruturação e desestruturação do mercado de trabalho no país. Fatores como a reestruturação produtiva (embora seletiva e localizada) influenciaram a dinâmica recente da economia do país, com repercussão sobre o mercado de trabalho, especialmente dos centros mais dinâmicos do país (como a região do ABC paulista, por exemplo).

Assim, um dos processos que condiciona os índices de informalidade no Brasil associa-se ao “novo” modelo produtivo, marcado por reorganizações nas empresas com vistas à flexibilização do trabalho – flexibilidade que ocorreu também em âmbito institucional. Certa ambiguidade pode caracterizar a informalidade associada ao processo de reestruturação produtiva, pois, por um lado, o trabalhador demitido pode se tornar prestador de serviço à sua antiga empregadora e melhorar substancialmente seus rendimentos, enquanto, por outro, há um processo de enxugamento das empresas, terceirizações, entre outros, que caracterizam a precarização do trabalho e, conseqüentemente, influenciam de forma direta o setor informal.

Na década de 1990 foi verificado um crescimento da informalidade no Brasil, explicado pelas transformações estruturais e oscilações inflacionárias que afetaram a economia do país. Esse quadro econômico resultou em maiores índices de desemprego, precarização nas relações laborais, queda da qualidade dos empregos, entre outros. O mercado de trabalho brasileiro passou a apresentar de forma mais acentuada, a instabilidade nos contratos de trabalho, aumento da terceirização, uma precarização das condições de trabalho em geral. Essas transformações anunciaram um período de desestruturação do mercado de trabalho no Brasil que perdurou até os primeiros anos da década de 2000. Porém, a partir do ano de 2003, a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro apresentou um comportamento diferente das décadas anteriores.

Com relação ao comportamento atual do mercado de trabalho brasileiro percebeu-se nos últimos anos um aumento da formalização, no período de 2011 a 2013 houve um aumento anual de 1,1%. Verifica-se um crescimento contínuo da formalização do trabalho no Brasil que, embora modesto, expressa a tendência verificada nos primeiros anos da década de 2000. O crescimento regular da formalização nos últimos anos não foi suficiente para dirimir as diferenças regionais no sentido de uma equalização dos índices de informalidade no país.

O Nordeste e Norte apresentaram os maiores índices de informalidade e os maiores índices de participação de não-brancos em trabalhos informais no Brasil. O Nordeste apresenta os menores rendimentos, especialmente no tocante aos trabalhos informais. O Nordeste e o Norte exibem os maiores índices de pessoas com menos quatro anos de estudo na categoria conta própria. Além disso, o percentual de pessoas com mais de oito anos de estudo nessa atividade é inferior ao das demais regiões do país.

O Sudeste e o Sul, por seu turno, exibem os menores índices de informalidade no país. Os maiores rendimentos foram verificados nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul. No tocante à escolaridade, nessas três regiões há uma preponderância de trabalhadores com mais de oito anos de estudo em atividades informais.

Foi possível traçar um perfil do trabalho informal no Brasil a partir dos dados analisados. Nesse setor, há uma maior participação de mulheres, de pretos e pardos e dos grupos de idade jovens e idosos. Percebeu-se, também, que há uma relação entre a escolaridade e os rendimentos dos trabalhadores informais, presente em todas as regiões. De uma forma geral, o país exibe uma considerável heterogeneidade no setor informal que reflete os níveis diferenciados de desenvolvimento das suas regiões – os melhores índices se concentram no Centro-Sul em oposição aos piores índices localizados no Nordeste e Norte.

Além de heterogeneidade nos dados agregados por Grandes Regiões, foram verificadas diferenças significativas nos indicadores da informalidade tanto entre Unidades da Federação em uma Grande Região, quanto no interior dos próprios estados. Constatou-se, por exemplo, que as mesorregiões de Minas Gerais apresentam disparidades significativas nos seus indicadores relativos ao trabalho e que os dados agregados tendem a obliterar a heterogeneidade existente. Por exemplo, enquanto os dados de Minas Gerais apontam 40,3% de trabalhadores em postos informais, os dados da Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte apontam uma realidade semelhante à da região Metropolitana de São Paulo, ou seja, 28,4%.

Minas Gerais apresentou distintas modalidades de desenvolvimento que refletiram em configurações diferenciadas dos seus “mercados de trabalho”. Por exemplo, no que diz

respeito à posição na ocupação há uma diferença significativa entre as mesorregiões do estado. A Metropolitana de Belo Horizonte apresenta um grau de formalização acentuadamente mais elevado no comparativo com o Vale do Jequitinhonha, pois exhibe 57,2% de empregados com carteira de trabalho assinada, enquanto o Vale do Jequitinhonha apresenta apenas 26,4%.

O Norte de Minas Gerais apresentou índices relativos ao setor informal semelhantes aos verificados na região Nordeste do país. No que tange ao número de empregados com carteira de trabalho assinada, a diferença entre as regiões foi de apenas de 1,2%, o Nordeste com 29,1% e o Norte de Minas Gerais com 30,3%. A semelhança dos indicadores persiste no que se refere aos empregados sem carteira de trabalho assinada, a região Norte de Minas Gerais apresenta 32,6% de trabalhadores nessa condição, enquanto o Nordeste apresenta 33,8%, ou seja, a mesma diferença de 1,2% encontrada no caso dos trabalhadores com carteira assinada. A semelhança histórica entre as regiões ainda é marcante.

Como foi ressaltado anteriormente, o processo de modernização da região Norte de Minas Gerais foi condicionado pelos incentivos fiscais e financeiros da Sudene – a região foi incluída na área de atuação dessa autarquia, devido às suas semelhanças com o Nordeste – o que alterou drasticamente a configuração do seu mercado de trabalho. Em termos sintéticos, os incentivos aos setores agropecuário e industrial mudaram a distribuição da população no Norte de Minas Gerais, ou seja, houve um crescimento acentuando da população urbana a partir da década de 1970. Porém, houve um aproveitamento apenas parcial da mão de obra que migrava em direção ao principal centro urbano da região, a cidade de Montes Claros. A tecnologia utilizada na indústria demandava qualificações não recorrentes na região e, além disso, era poupadora de mão de obra, o que condicionou/corroborou a precariedade nas relações de trabalho no Norte de Minas Gerais. A oferta excedente de trabalhadores ampliou o trabalho informal. Estes se ajustam melhor às demandas variáveis do mercado por mão de obra, são facilmente contratados e dispensados.

O estudo de caso realizado em um município da microrregião de Montes Claros, especificamente no setor lojista, verificou o perfil dos trabalhadores informais no setor e as formas de superexploração, dominação e precarização existentes a partir dos relatos dos próprios trabalhadores – como uma forma de complementação dos dados estatísticos. Cabe salientar que os empregados sem carteira assinada apresentam o maior percentual registrado na microrregião de Montes Claros, sendo a que menos contribui para a previdência social. Percebeu-se que os elementos que caracterizam a superexploração do trabalho (intensificação



do trabalho, prolongamento da jornada e redução do consumo operário – baixa remuneração do trabalho) fazem parte do cotidiano dos trabalhadores do setor.

O principal fator explicativo do ingresso nesse setor e da aceitação das condições de trabalho vigentes foi a estratégia de sobrevivência. Nesse sentido, embora precária, a ocupação informal no setor lojista visava garantir um nível mínimo de remuneração ou se configurava como uma forma de complementar a renda familiar, ambos com vistas a possibilitar um nível de consumo, ainda que mínimo. Cabe salientar que o horizonte desses trabalhadores era pautado pelo desejo de ingressar no assalariamento formal, se sentindo prejudicados pela falta de proteção social. Os empresários, por seu turno, não apresentaram propostas para cumprir as disposições legais e, conseqüentemente, garantir os direitos dos trabalhadores a partir da formalização dos contratos.

De forma geral, a informalidade parece precarizar as relações e as condições de trabalho. Como verificado, na ocupação informal o rendimento tende a ser mais baixo e instável, as atividades são exercidas geralmente em desacordo com as normas legais, a falta de contribuição previdenciária deixa o trabalhador desprotegido, há dificuldades no acesso aos direitos trabalhistas básicos, entre outros.

Contudo, não se deve necessariamente correlacionar a informalidade majoritariamente com precarização, já que uma importante característica do setor é a vasta heterogeneidade de situações. De fato, grande parte das condições de informalidade no Brasil representa atividades de baixa produtividade e campo de estratégias de sobrevivência de trabalhadores que perante as grandes dificuldades e empecilhos de encontrarem vagas de emprego no setor formal, são obrigados a sujeitarem a qualquer tipo de atividade para sobreviver. Mas de outro modo, a opção pelo setor informal pode oferecer oportunidades de boas fontes de emprego e rendas, jornadas de trabalho mais flexíveis ou até mesmo melhores condições de trabalho que antes não possuíam no setor formal. Desta maneira torna-se uma forma de “ascensão social”.

Assim, faz-se necessário uma visão mais crítica frente à heterogeneidade que caracteriza o mercado de trabalho informal no país. Formas de trabalho decente que garanta proteção social, remuneração adequadas, direitos trabalhistas, entre outros, seriam essenciais para uma maior efetividade com relação à melhoria do bem-estar dos integrantes do mercado de trabalho brasileiro.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. Dimensões da reestruturação produtiva do capital: Notas teórico-metodológicas. **O Público e o Privado**, nº11, Janeiro-Junho, 2008.

\_\_\_\_\_. **Trabalho e Neodesenvolvimentismo**: Choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Bauru: Canal 6, 2014.

ALVES, Maria Aparecida. **Setor informal ou trabalho informal?** Uma abordagem crítica sobre o conceito de informalidade. Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 2001.

\_\_\_\_\_; Tavares, Maria Augusta. A dupla face da informalidade: autonomia ou precarização. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. Campinas, SP: Boitempo, 2007, p. 425-444.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. **A Sedição de 1736**: estudo comparativo entre a zona dinâmica da mineração e a zona marginal do sertão agro-pastoril do São Francisco. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Departamento de Ciência Política. Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 1983.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 6ed. São Paulo: Cortez, 1999.

\_\_\_\_\_; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 87, maio/agosto 2004, p.335-351.

\_\_\_\_\_. **O caracol e sua concha**: Ensaio sobre a morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.

BAN, Cornel. Brazil's liberal neo-developmentalism: New paradigm or edited orthodoxy? **Review of International Political Economy**. 2012, iFirst: 1-34.

BURAWOY, Michael. A transformação dos regimes fabris no capitalismo avançado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 5 (13), 1990, p. 29-50.

BERNARDO, João. **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores – Ainda há lugar para os sindicatos?** São Paulo: Boitempo, 2000.

BOTELHO, Tarcisio Rodrigues. **Famílias e escravarias**: demografia e família escrava no Norte de Minas Gerais no séc. XIX. Dissertação de Mestrado em História Social. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, Junho de 1994.

BRAGA, Maria Ângela Figueiredo. **Industrialização da Área Mineira da SUDENE**: um estudo de caso. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Departamento de Ciências Sociais. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Março de 1985.

CACCIAMALI, M. C. As economias informal e submersa: Conceitos e distribuição de renda. *In*: CAMARGO, J. M., GIAMBIAGI, F. (orgs). **Distribuição de renda no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

CAPPELIN, Paola. **Gênero, trabalho e cidadania em tempo de crise do emprego**. *In*: II Encontro de Intercâmbio de experiências do Fundo de Gênero no Brasil. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.marsol.ufba.br/> Acesso em: 09/06/2014.

CARDOSO, José Maria Alves. A **Região Norte de Minas Gerais**: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais. Dissertação de Mestrado. Departamento de Economia, Centro de Ciências Sociais aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1996.

\_\_\_\_\_. A região Norte de Minas Gerais: Um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais. *In*: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. **Formação social e econômica do Norte de Minas Gerais**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2000.

CARDOSO JÚNIOR, José Celso. Crise e desregulação do trabalho no Brasil. **Tempo Social**. São Paulo, v. 13. n.º 2, p. 31-59, novembro de 2001.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução de Roneide Venâncio Majer. – 9ª ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2006. (volume 1).

CATTANI, Antonio David(org). **Trabalho e Tecnologia: Dicionário Crítico**. 4ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

COSTA, João Batista de Almeida. Cultura sertaneja: a conjugação de lógicas diferenciadas. *In*: SANTOS, Gilmar Ribeiro dos. **Trabalho, cultura e sociedade no Norte de Minas Gerais**: considerações a partir das Ciências Sociais. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997.

DULCI, Otavio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

FERREIRA, Maria da Luz Alves. **Trabalho informal e cidadania: heterogeneidade social e relações de gênero**. Tese de doutorado apresentada a Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

FONTANELLA, Bruno J. B.; RICAS, Janete; TURATO, Egberto Ribeiro. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *In*: **Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 24(1):17-27, jan, 2008.

FURTADO, Celso. **A fantasia desfeita**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

\_\_\_\_\_. **O mito do desenvolvimento econômico.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna – Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural.** 14ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HASENBALG, Carlos. Perspectivas sobre raça e classe no Brasil. *In:* HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Vale; LIMA, Márcia (orgs.). **Cor e estratificação social.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

HOTZ, Karina Griggio; ZANARDINI, Isaura Monica Souza. **Implicações do processo de reestruturação produtiva no Brasil para os trabalhadores e a educação:** algumas considerações. *In:* Práxis Educativa, Ponta Grossa, v.4, n.2, p.131-138, jul.-dez. 2009. Disponível em <<http://www.periodicos.uepg.br>>

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010:** Notas metodológicas. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 2010b. CD-Room

\_\_\_\_\_. **Síntese dos Indicadores Sociais:** Uma análise das condições de vida da população brasileira 2011. Rio de Janeiro: Fundação IBGE 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/> Acesso em: 05/02/2015.

\_\_\_\_\_. **Síntese dos Indicadores Sociais:** Uma análise das condições de vida da população brasileira 2012. Rio de Janeiro: Fundação IBGE 2013. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/> Acesso em: 20/12/2013.

\_\_\_\_\_. **Síntese dos Indicadores Sociais:** Uma análise das condições de vida da população brasileira 2013. Rio de Janeiro: Fundação IBGE 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/> Acesso em: 05/02/2015.

JAKOBSEN, K; MARTINS, R; DOMBROWSKI, O. (orgs.) SINGER, P; POCHMANN, M. *et al.* **Mapa do trabalho informal:** Perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. São Paulo: Col. Brasil Urgente – Fundação Perseu Abramo, 1996.

KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo e marginalidade na América Latina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

KREIN, José Dari; PRONI, Marcelo Weishaupt. **Economia informal:** Aspectos conceituais e teóricos. v.1. (Série Trabalho decente no Brasil) Brasília: OIT, 2010.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização:** da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Tradução de Karen Elsabe Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LEITE, Márcia de Paula. **O trabalho no Brasil dos anos 2000:** duas faces de um mesmo processo. Workshop: “A informalidade revisitada: Das origens às novas abordagens.” ABET – Universidade Federal de Campina Grande. Fundação Joaquim Nabuco, Recife 17 de Dezembro de 2009. p. 01-29.

LUCE, Mathias Seibel. A superexploração da força de trabalho no Brasil: evidências da história recente. *In*: Almeida FILHO, Niemeyer (Org.). **Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini**. Brasília: IPEA, 2013.

MALAGUTI, Manoel Luiz. **Crítica à razão informal**: A imaterialidade do salariado. São Paulo: Boitempo; Vitória: EDUFES, 2001.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**: Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves; revisão de Carlos Roberto F. Nogueira. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

\_\_\_\_\_. **O capital**: Crítica da economia política. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1980. Livro 1. V.1.

MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. **História do sertão noroeste de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

MATSUO, Myrian. **Trabalho informal e desemprego**: Desigualdades sociais. Tese apresentada a Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

MÉSZÁROS, István. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. *In*: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MORETTO, A; MACAMBIRA, Júnior. As fontes de informações: importância e oportunidades. *In*: ALVES, Giovanni; SANTOS, João Bosco Feitosa dos (Orgs.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa sobre o Mundo do Trabalho**. 1ed. Bauru/SP: Projeto Editorial Praxis, 2014, v. 204, p. 1-204.

NASCIMENTO, Carlos Alves do; DILLENBURG, Fernando Frota; SOBRAL, Fábio Maia. Exploração e Superexploração da Força de Trabalho em Marx e Marini. *In*: Almeida FILHO, Niemeyer (Org.). **Desenvolvimento e Dependência: Cátedra Ruy Mauro Marini**. Brasília: IPEA, 2013.

NORONHA, Eduardo G. “Informal”, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. *In*: **RBCS** v.18, n.53, 2003. Acesso em: 04/09/2011.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. Francisco de. **Crítica à razão dualista**. O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2008.

PAMPLONA, João Batista. **Erguendo-se pelos próprios cabelos** – auto-emprego e reestruturação produtiva no Brasil. São Paulo: Germinal, 2001.

\_\_\_\_\_. **A atividade informal do comércio de rua e a região central de São Paulo.** In: COMIN, Álvaro A.; SOMEKH, Nádia. Caminhos para o Centro: estratégias de Desenvolvimento para a região central de São Paulo. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

PALES, Raissa Cota. Desenvolvimento regional e desigualdades sociais entre as macrorregiões de planejamento de Minas Gerais. Dissertação apresentada a Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros, 2014.

PEREIRA, Laurindo Mékie. **Em nome da região, a serviço do capital:** o regionalismo político norte-mineiro. Tese de Doutorado em História Econômica. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20:** taylorismo, fordismo e toyotismo. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

POCHMANN, Márcio. A crise do emprego no Brasil. In: CARVALHO, F. M. A.; SILVA, J. M. A. da; VIEIRA, W. da C. (Orgs.). **Crise e reestruturação econômica na América Latina.** Viçosa, MG: Departamento de Economia Rural - DER da Universidade Federal de Viçosa – UFV, 1998, p. 117-133.

\_\_\_\_\_. **O Trabalho sob jogo cruzado:** exclusão, desemprego e precarização no final do século. 2ed. São Paulo: Contexto, 2002.

\_\_\_\_\_. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.** Campinas, SP: Boitempo, 2007, p. 50-73.

SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo. **Sociologia do trabalho no mundo contemporâneo.** Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

SARTORI, Giovani. **Comparación y método comparativo.** In: Sartori, G.; MORNOLINO, L. La comparación em las ciências sociales, Madri, Alianza, 1994.

SCHNEIDER, Sergio; SCHIMITT, Cláudia Job. **O uso do método comparativo nas Ciências Sociais.** Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.

SINDEAUX, Roney Versiani. Mercado de trabalho e controle do processo de trabalho na indústria no norte de Minas. Tese apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.

SILVA, Jailson de Souza e; BARBOSA, Jorge Luiz. **O sentido do trabalho informal na construção de alternativas socioeconômicas e o seu perfil no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: UFF/RJ/-IETS, 2001.

SILVA, Jorge Luiz Teles da. *et al.* **A Informalidade no Mercado de Trabalho Brasileiro e as Políticas Públicas do Governo Federal.** Estudo elaborado pelo Observatório do Mercado de Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Salvador, 2002. p 01-17. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/> Acesso em: 02/01/2014.

SILVA, Ricardo dos Santos. **Nos trilhos do capital**: a ferrovia no processo de integração do Norte de Minas Gerais às relações capitalistas de produção. Dissertação apresentada a Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros/MG, 2011.

SILVA, Jhonny Hebert Torres. **Mercado de Trabalho, Estrutura Ocupacional e Desigualdades de Rendimentos**. Uma Análise para o Norte de Minas, 1985 a 2010. Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Montes Claros, 2013.

SIQUEIRA, Volmir Cristóvão de. **Percepções do Mercado de Trabalho no Brasil: “Informal, Ilegal, Injusto”**. Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Maria, 2008. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/csociais/arquivos/tcc/volmir-siqueira.pdf/> Acesso em: 25/11/2011.

TAYLOR, Friderick Winslow. **Princípios de administração científica**. Tradução de Arlindo Vieira Ramos. 7ªed. São Paulo: Atlas, 1979.


TOLEDO, Enrique de la Garza. La flexibilidade del trabajo en América Latina. **Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho**, ano 3, nº 5, 1997, pp. 129-157.

TUMOLO, Paulo Sergio. **Reestruturação produtiva no Brasil**: um balanço crítico introdutório da produção bibliográfica. *Educação & Sociedade*, ano XXII, nº 77, Dezembro de 2001, pp. 71-99.

ULYSSEA, Gabriel. **Instituições e a informalidade no mercado de trabalho brasileiro**. Dissertação de Mestrado apresentada à Pontifícia Universidade Católica, 2004.

## ANEXOS

### ANEXO 1 – Questionário da Amostra do Censo Demográfico do ano de 2010

 <p><b>Censo Demográfico 2010</b> CD 2010 Questionário da Amostra</p>	<p>MUNICÍPIO: _____</p> <p>POSTO DE COLETA: _____</p>					
1	IDENTIFICAÇÃO DO DOMICÍLIO					
1.01 UF	1.02 MUNICÍPIO	1.03 DISTRITO	1.04 SUBDISTRITO	1.05 SETOR	1.06 Nº DA QUADRA	1.07 Nº DA FACE
LOCALIDADE:				CEP:		
LOGRADOURO: (Endereço completo)						
ESPÉCIES DE DOMICÍLIO OCUPADO						
1.08	<input type="checkbox"/> 1 - DOMICÍLIO PARTICULAR PERMANENTE OCUPADO		<input type="checkbox"/> 6 - DOMICÍLIO COLETIVO COM MORADOR			
	<input type="checkbox"/> 5 - DOMICÍLIO PARTICULAR IMPROVISADO OCUPADO					
Siga 1.09						
TIPO						
1.09	<input type="checkbox"/> 11 - CASA	<input type="checkbox"/> 53 - OUTRO (VAGÃO, TRAILER, GRUTA, ETC.)				
	<input type="checkbox"/> 12 - CASA DE VILA OU EM CONDOMÍNIO	<input type="checkbox"/> 61 - ASILO, ORFANATO E SIMILARES COM MORADOR				
	<input type="checkbox"/> 13 - APARTAMENTO	<input type="checkbox"/> 62 - HOTEL, PENSÃO E SIMILARES COM MORADOR				
	<input type="checkbox"/> 14 - HABITAÇÃO EM: CASA DE CÔMODOS, CORTIÇO OU CABEÇA DE PORCO	<input type="checkbox"/> 63 - ALOJAMENTO DE TRABALHADORES COM MORADOR				
	<input type="checkbox"/> 15 - <b>OCA OU MALOCA</b>	<input type="checkbox"/> 64 - PENITENCIÁRIA, PRESÍDIO OU CASA DE DETENÇÃO COM MORADOR				
	<input type="checkbox"/> 51 - TENDA OU BARRACA	<input type="checkbox"/> 65 - OUTRO MORADOR				
	<input type="checkbox"/> 52 - DENTRO DO ESTABELECIMENTO	Se código 1 no quesito 1.08, siga para o quesito 2.01 Se código 5 no quesito 1.08, siga para o quesito 3.01 Se código 6 no quesito 1.08, siga para o quesito 4.01				
Obs.: A categoria em negrito só foi disponibilizada em setores de terras indígenas.						
2	PARA DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES OCUPADOS CARACTERÍSTICAS DO DOMICÍLIO					
2.01 - ESTE DOMICÍLIO É:						
	<input type="checkbox"/> 1 - PRÓPRIO DE ALGUM MORADOR - JÁ PAGO	<input type="checkbox"/> 4 - CEDIDO POR EMPREGADOR				
	<input type="checkbox"/> 2 - PRÓPRIO DE ALGUM MORADOR - AINDA PAGANDO	<input type="checkbox"/> 5 - CEDIDO DE OUTRA FORMA				
	<input type="checkbox"/> 3 - ALUGADO	<input type="checkbox"/> 6 - OUTRA CONDIÇÃO				
	2.011 - VALOR DO ALUGUEL R\$ _____,00					
Siga 2.02						
2.02 - O MATERIAL PREDOMINANTE NAS PAREDES EXTERNAS É:						
	<input type="checkbox"/> 1 - ALVENARIA COM REVESTIMENTO	<input type="checkbox"/> 4 - TAIPA REVESTIDA	<input type="checkbox"/> 7 - PALHA			
	<input type="checkbox"/> 2 - ALVENARIA SEM REVESTIMENTO	<input type="checkbox"/> 5 - TAIPA NÃO REVESTIDA	<input type="checkbox"/> 8 - OUTRO MATERIAL			
	<input type="checkbox"/> 3 - MADEIRA APROPRIADA PARA CONSTRUÇÃO (APARELHADA)	<input type="checkbox"/> 6 - MADEIRA APROVEITADA	<input type="checkbox"/> 9 - SEM PAREDE			
Obs.: A categoria em negrito só foi disponibilizada em setores de terras indígenas.						
Siga 2.03						
2.03 - QUANTOS CÔMODOS EXISTEM NESTE DOMICÍLIO? (Inclusive banheiro e cozinha)						
	<input style="width: 20px; height: 15px; border: 1px solid black; vertical-align: middle;" type="text"/>	(Não considere como cômodo: corredores, varandas abertas, garagem e outros compartimentos para fins não residenciais)				
Siga 2.04						

(continua)



(continuação)

<p>2.04 - QUANTOS CÔMODOS SERVEM DE DORMITÓRIO PARA OS MORADORES?</p> <p><input type="text"/></p> <p>Siga 2.05</p>	<p>2.05 - QUANTOS BANHEIROS DE USO EXCLUSIVO DOS MORADORES EXISTEM NESTE DOMICÍLIO? (Inclusive os localizados no terreno ou na propriedade)</p> <p><input type="text"/> BANHEIROS COM CHUVEIRO (OU BANHEIRA) E VASO SANITÁRIO (OU PRIVADA)</p> <p>(Se 9 ou mais de 9, registre 9. Se não existir registre 0 (zero)) (Se 0 (zero) siga 2.06. Caso contrário, passe ao 2.07)</p>
<p>2.06 - UTILIZA SANITÁRIO OU BURACO PARA DEJEIÇÕES, INCLUSIVE OS LOCALIZADOS NO TERRENO OU NA PROPRIEDADE? (Cercado por paredes de qualquer material)</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - SIM (Siga 2.07)      <input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Passe ao 2.08)</p> <p>Obs.: Dependendo da região do país, sanitário pode ser conhecido como: casinha, patente, latrina, privada, sentina, retrete, casa-de-força, cambrone</p>	
<p>2.07 - O ESGOTO DO BANHEIRO OU SANITÁRIO É LANÇADO (JOGADO) EM:</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - REDE GERAL DE ESGOTO OU PLUVIAL      <input type="checkbox"/> 3 - FOSSA RUDIMENTAR      <input type="checkbox"/> 5 - RIO, LAGO OU MAR</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - FOSSA SÉPTICA      <input type="checkbox"/> 4 - VALA      <input type="checkbox"/> 6 - OUTRO</p> <p>Siga 2.08</p>	
<p>2.08 - A FORMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA UTILIZADA NESTE DOMICÍLIO É:</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - REDE GERAL DE DISTRIBUIÇÃO      <input type="checkbox"/> 5 - ÁGUA DA CHUVA ARMAZENADA EM CISTERNA      <input type="checkbox"/> 8 - OUTRA</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - POÇO OU NASCENTE NA PROPRIEDADE      <input type="checkbox"/> 6 - ÁGUA DA CHUVA ARMAZENADA DE OUTRA FORMA      <input type="checkbox"/> 9 - POÇO OU NASCENTE NA ALDEIA</p> <p><input type="checkbox"/> 3 - POÇO OU NASCENTE FORA DA PROPRIEDADE      <input type="checkbox"/> 7 - RIOS, AÇUDES, LAGOS E IGARAPÉS      <input type="checkbox"/> 10 - POÇO OU NASCENTE FORA DA ALDEIA</p> <p><input type="checkbox"/> 4 - CARRO-PIPA</p> <p>Obs.: As categorias em negrito só foram disponibilizadas em setores de terras indígenas.</p> <p>Siga 2.09</p>	
<p>2.09 - NESTE DOMICÍLIO EXISTE ÁGUA CANALIZADA (ENCANADA)?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - SIM, EM PELO MENOS UM CÔMODO      <input type="checkbox"/> 2 - SIM, SÓ NA PROPRIEDADE OU TERRENO      <input type="checkbox"/> 3 - NÃO</p> <p>Siga 2.10</p>	
<p>2.10 - O LIXO DESTE DOMICÍLIO É:</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - COLETADO DIRETAMENTE POR SERVIÇO DE LIMPEZA      <input type="checkbox"/> 4 - ENTERRADO (Na propriedade)      <input type="checkbox"/> 6 - JOGADO EM RIO, LAGO OU MAR</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - COLOCADO EM CAÇAMBA DE SERVIÇO DE LIMPEZA      <input type="checkbox"/> 5 - JOGADO EM TERRENO BALDIO OU LOGRADOURO      <input type="checkbox"/> 7 - TEM OUTRO DESTINO</p> <p><input type="checkbox"/> 3 - QUEIMADO (Na propriedade)</p> <p>Siga 2.11</p>	
<p>2.11 - EXISTE ENERGIA ELÉTRICA NO DOMICÍLIO?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - SIM, DE COMPANHIA DISTRIBUIDORA → (Siga 2.12)      <input type="checkbox"/> 2 - SIM, DE OUTRAS FONTES → (Passe ao 2.13)      <input type="checkbox"/> 3 - NÃO EXISTE ENERGIA ELÉTRICA → (Passe ao 2.13)</p>	
<p>2.12 - EXISTE MEDIDOR OU RELÓGIO NO DOMICÍLIO?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - SIM, DE USO EXCLUSIVO      <input type="checkbox"/> 2 - SIM, DE USO COMUM      <input type="checkbox"/> 3 - NÃO TEM MEDIDOR OU RELÓGIO</p> <p>Siga 2.13</p>	
<p>NESTE DOMICÍLIO EXISTE:</p> <p>2.13 - RÁDIO (Inclusive integrado a outro tipo de aparelho)?      <input type="checkbox"/> 1 - SIM      <input type="checkbox"/> 2 - NÃO Siga 2.14</p> <p>2.14 - TELEVISÃO?      <input type="checkbox"/> 1 - SIM      <input type="checkbox"/> 2 - NÃO Siga 2.15</p> <p>2.15 - MÁQ. DE LAVAR ROUPA? (Não considerar tanquinho)      <input type="checkbox"/> 1 - SIM      <input type="checkbox"/> 2 - NÃO Siga 2.16</p> <p>2.16 - GELADEIRA?      <input type="checkbox"/> 1 - SIM      <input type="checkbox"/> 2 - NÃO Siga 2.17</p> <p>2.17 - TELEFONE CELULAR?      <input type="checkbox"/> 1 - SIM      <input type="checkbox"/> 2 - NÃO Siga 2.18</p> <p>2.18 - TELEFONE FIXO?      <input type="checkbox"/> 1 - SIM      <input type="checkbox"/> 2 - NÃO Siga 2.19</p> <p>2.19 - MICROCOMPUTADOR?      <input type="checkbox"/> 1 - SIM (Siga 2.20)      <input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Passe ao 2.21)</p> <p>2.20 - MICROCOMPUTADOR COM ACESSO À INTERNET?      <input type="checkbox"/> 1 - SIM      <input type="checkbox"/> 2 - NÃO Siga 2.21</p> <p>2.21 - MOTOCICLETA PARA USO PARTICULAR?      <input type="checkbox"/> 1 - SIM      <input type="checkbox"/> 2 - NÃO Siga 2.22</p> <p>2.22 - AUTOMÓVEL PARA USO PARTICULAR?      <input type="checkbox"/> 1 - SIM      <input type="checkbox"/> 2 - NÃO Siga 3.01</p>	

(continua)



(continuação)

6		CARACTERÍSTICAS DO MORADOR	
6.00 - NOME DA PESSOA		Siga 6.01	
6.01 - SEXO <input type="checkbox"/> 1 - MASCULINO <input type="checkbox"/> 2 - FEMININO Siga 6.02	6.02 - QUAL É O MÊS E O ANO DO SEU NASCIMENTO? <input type="text"/> 6.021 - MÊS <input type="text"/> 6.022 - ANO (Se mês ou ano em branco, siga 6.03) (Se mês e ano preenchidos, passe ao 6.04)		
6.03 - QUAL ERA A SUA IDADE EM 31 DE JULHO DE 2010? <input type="text"/> 6.031 - UM ANO OU MAIS <input type="text"/> 6.032 - MENOS DE UM ANO <input type="text"/> MESES Siga 6.04			
6.04 - TEM MÃE VIVA? (considere apenas mãe biológica) <input type="checkbox"/> 1 - SIM E MORA NESTE DOMICÍLIO (Siga 6.05) <input type="checkbox"/> 2 - SIM E MORA EM OUTRO DOMICÍLIO (Passe ao 6.06) <input type="checkbox"/> 3 - NÃO (Passe ao 6.06) <input type="checkbox"/> 4 - NÃO SABE (Passe ao 6.06)			
6.05 - NOME DA MÃE DO MORADOR		Siga 6.06	
6.06 - A SUA COR OU RAÇA É: <input type="checkbox"/> 1 - BRANCA <input type="checkbox"/> 2 - PRETA <input type="checkbox"/> 3 - AMARELA <input type="checkbox"/> 4 - PARDA <input type="checkbox"/> 5 - INDÍGENA (Passe ao 6.08) (Se terra indígena no tipo de setor e códigos 1 a 4 neste quesito, siga 6.07) (Se Tipo de setor diferente de terra indígena e códigos 1 a 4 neste quesito, passe ao 6.12)			
6.07 - VOCÊ SE CONSIDERA INDÍGENA? <input type="checkbox"/> 1 - SIM (Siga 6.08) <input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Passe ao 6.12)			
6.08 - QUAL É A SUA ETNIA OU O POVO A QUE PERTENCE?		Siga 6.09	
6.09 - FALA LÍNGUA INDÍGENA NO DOMICÍLIO? (Considere também o uso da língua de sinais) <input type="checkbox"/> 1 - SIM (Siga 6.10) <input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Passe ao 6.11)			
6.10 - QUAL(ES)? (ESPECIFIQUE A(S) LÍNGUA(S) INDÍGENA(S) - ATÉ DOIS REGISTROS)			
6101			
6103		Siga 6.11	
6.11 - FALA PORTUGUÊS NO DOMICÍLIO? (Considere também o uso da língua de sinais) <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO Siga 6.12			
6.12 - QUAL É A SUA RELIGIÃO OU CULTO?		Siga 6.13	
(Se tem até 10 anos de idade, siga 6.13. Caso contrário, passe ao 6.14)			
PARA PESSOAS COM ATÉ 10 ANOS DE IDADE			
6.13 - TEM REGISTRO DE NASCIMENTO: <input type="checkbox"/> 1 - DO CARTÓRIO <input type="checkbox"/> 2 - DECLARAÇÃO DE NASCIMENTO VIVO (DNV) DO HOSPITAL OU DA MATERNIDADE <input type="checkbox"/> 3 - REGISTRO ADMINISTRATIVO DE NASCIMENTO INDÍGENA (RANI) (Somente para aquele que se declarar ou se considerar indígena) <input type="checkbox"/> 4 - NÃO TEM <input type="checkbox"/> 5 - NÃO SABE Siga 6.14			
DEFICIÊNCIA - PARA TODAS AS PESSOAS			
6.14 - TEM DIFICULDADE PERMANENTE DE ENXERGAR? (SE UTILIZA ÓCULOS OU LENTES DE CONTATO, FAÇA SUA AVALIAÇÃO QUANDO OS ESTIVER UTILIZANDO) <input type="checkbox"/> 1 - SIM, NÃO CONSEGUE DE MODO ALGUM <input type="checkbox"/> 2 - SIM, GRANDE DIFICULDADE <input type="checkbox"/> 3 - SIM, ALGUMA DIFICULDADE <input type="checkbox"/> 4 - NÃO, NENHUMA DIFICULDADE Siga 6.15			
6.15 - TEM DIFICULDADE PERMANENTE DE OUVIR? (SE UTILIZA APARELHO AUDITIVO, FAÇA SUA AVALIAÇÃO QUANDO O ESTIVER UTILIZANDO) <input type="checkbox"/> 1 - SIM, NÃO CONSEGUE DE MODO ALGUM <input type="checkbox"/> 2 - SIM, GRANDE DIFICULDADE <input type="checkbox"/> 3 - SIM, ALGUMA DIFICULDADE <input type="checkbox"/> 4 - NÃO, NENHUMA DIFICULDADE Siga 6.16			
6.16 - TEM DIFICULDADE PERMANENTE DE CAMINHAR OU SUBIR DEGRAUS? (SE UTILIZA PRÓTESE, BENGALA OU APARELHO AUXILIAR, FAÇA SUA AVALIAÇÃO QUANDO O ESTIVER UTILIZANDO) <input type="checkbox"/> 1 - SIM, NÃO CONSEGUE DE MODO ALGUM <input type="checkbox"/> 2 - SIM, GRANDE DIFICULDADE <input type="checkbox"/> 3 - SIM, ALGUMA DIFICULDADE <input type="checkbox"/> 4 - NÃO, NENHUMA DIFICULDADE Siga 6.17			
6.17 - TEM ALGUMA DEFICIÊNCIA MENTAL/INTELCTUAL PERMANENTE QUE LIMITE AS SUAS ATIVIDADES HABITUAIS, COMO TRABALHAR, IR À ESCOLA, BRINCAR, ETC.? <input type="checkbox"/> 1 - SIM, <input type="checkbox"/> 2 - NÃO Siga 6.18			

(continua)

(continuação)

MIGRAÇÃO INTERNA E IMIGRAÇÃO INTERNACIONAL	
6.18 - NASCEU NESTE MUNICÍPIO? <input type="checkbox"/> 1 - SIM E SEMPRE MOROU (Se 5 anos ou mais de idade, passe 6.27. Caso contrário, passe ao 6.28) <input type="checkbox"/> 2 - SIM MAS MOROU EM OUTRO MUNICÍPIO OU PAÍS ESTRANGEIRO (Passe ao 6.23) <input type="checkbox"/> 3 - NÃO (Siga 6.19)	
6.19 - NASCEU NESTA UNIDADE DA FEDERAÇÃO (ESTADO)? <input type="checkbox"/> 1 - SIM, E SEMPRE MOROU (Passe ao 6.24) <input type="checkbox"/> 2 - SIM, MAS MOROU EM OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU PAÍS ESTRANGEIRO (Passe 6.23) <input type="checkbox"/> 3 - NÃO (Siga 6.20)	
6.20 - QUAL É A SUA NACIONALIDADE? <input type="checkbox"/> 1 - BRASILEIRO NATO (Passe ao 6.22) <input type="checkbox"/> 2 - NATURALIZADO BRASILEIRO (Siga 6.21) <input type="checkbox"/> 3 - ESTRANGEIRO (Siga 6.21)	
6.21 - EM QUE ANO FIXOU RESIDÊNCIA NO BRASIL? <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> ANO Siga 6.22	6.22 - QUAL É A UNIDADE DA FEDERAÇÃO (ESTADO) OU PAÍS ESTRANGEIRO DE NASCIMENTO? <input type="checkbox"/> 1 - UNIDADE DA FEDERAÇÃO <input type="checkbox"/> 2 - PAÍS ESTRANGEIRO <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> 6.221 - UNIDADE DA FEDERAÇÃO <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> 6.223 - PAÍS ESTRANGEIRO Siga 6.23
6.23 - HÁ QUANTO TEMPO MORA SEM INTERRUÇÃO NESTA UNIDADE DA FEDERAÇÃO (ESTADO)? (SE INFERIOR A 1 ANO, REGISTRE ZERO) <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> Siga 6.24	6.24 - HÁ QUANTO TEMPO MORA SEM INTERRUÇÃO NESTE MUNICÍPIO? (SE INFERIOR A 1 ANO, REGISTRE ZERO) <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> NÚMERO DE ANOS (Se mora há menos de 10 anos, siga 6.25.) (Se mora há 10 anos ou mais e tem 6 anos ou mais de idade, passe ao 6.27) (Caso contrário, passe ao 6.28)
6.25 - EM QUE UNIDADE DA FEDERAÇÃO (ESTADO) E MUNICÍPIO OU PAÍS ESTRANGEIRO MORAVA ANTES DE MUDAR-SE PARA ESTE MUNICÍPIO? <input type="checkbox"/> 1 - UNIDADE DA FEDERAÇÃO/MUNICÍPIO <input type="checkbox"/> 2 - PAÍS ESTRANGEIRO <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> 6.251 - UF <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> 6.253 - MUNICÍPIO <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> 6.255 - PAÍS ESTRANGEIRO (Se no quesito 6.24 mora há menos de 6 anos e tem 6 anos ou mais de idade, siga 6.26) (Se no quesito 6.24 mora há 6 anos ou mais e tem 5 anos ou mais de idade, passe ao 6.27) (Se tiver menos de 6 anos de idade, passe ao 6.28)	
6.26 - EM QUE UNIDADE DA FEDERAÇÃO (ESTADO) E MUNICÍPIO OU PAÍS ESTRANGEIRO MORAVA EM 31 DE JULHO DE 2005? <input type="checkbox"/> 1 - UNIDADE DA FEDERAÇÃO/MUNICÍPIO <input type="checkbox"/> 2 - PAÍS ESTRANGEIRO <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> 6.261 - UF <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> 6.263 - MUNICÍPIO <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> 6.265 - PAÍS ESTRANGEIRO (Se tem 6 anos ou mais de idade, siga 6.27. Caso contrário, passe ao 6.28)	

## EDUCAÇÃO

### PARA PESSOA DE 5 ANOS OU MAIS DE IDADE

6.27 - SABE LER E ESCRIVER?  
 1 - SIM  2 - NÃO Siga 6.28

### PARA TODAS AS PESSOAS

6.28 - FREQUENTA ESCOLA OU CRECHE?  
 1 - SIM, PÚBLICA  2 - SIM, PARTICULAR  3 - NÃO, JÁ FREQUENTOU (Passe ao 6.33)  4 - NÃO, NUNCA FREQUENTOU (Se tem 10 anos ou mais de idade, passe ao 6.57. Caso contrário, passe ao 6.70)  
(Siga 6.29)

### PARA PESSOA QUE FREQUENTA ESCOLA OU CRECHE

6.29 - QUAL É O CURSO QUE FREQUENTA?  
 01 - CRECHE  07 - REGULAR DO ENSINO MÉDIO (Passe ao 6.31)  
 02 - PRÉ-ESCOLAR (MATERNAL E JARDIM DE INFÂNCIA) (Passe ao 6.36)  08 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA - OU SUPLETIVO DO ENSINO MÉDIO (Passe ao 6.36)  
 03 - CLASSE DE ALFABETIZAÇÃO - CA  09 - SUPERIOR DE GRADUAÇÃO (Passe ao 6.32)  
 04 - ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS  10 - ESPECIALIZAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR (MÍNIMO DE 360 HORAS) (Passe ao 6.35)  
 05 - REGULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL (Siga 6.30)  11 - MESTRADO  12 - DOUTORADO  
 06 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA - OU SUPLETIVO DO ENSINO FUNDAMENTAL (Passe ao 6.36)

(continua)

(continuação)

<b>6.30 - QUAL É A SÉRIE/ANO QUE FREQUENTA?</b>		
<input type="checkbox"/> 01 - PRIMEIRO ANO	<input type="checkbox"/> 06 - QUINTA SÉRIE/SEXTO ANO	
<input type="checkbox"/> 02 - PRIMEIRA SÉRIE/SEGUNDO ANO	<input type="checkbox"/> 07 - SEXTA SÉRIE/SETIMO ANO	
<input type="checkbox"/> 03 - SEGUNDA SÉRIE/TERCEIRO ANO	<input type="checkbox"/> 08 - SÉTIMA SÉRIE/OITAVO ANO	
<input type="checkbox"/> 04 - TERCEIRA SÉRIE/QUARTO ANO	<input type="checkbox"/> 09 - OITAVA SÉRIE/NONO ANO	
<input type="checkbox"/> 05 - QUARTA SÉRIE/QUINTO ANO	<input type="checkbox"/> 10 - CURSO NÃO SERIADO	
Passe ao 6.36		
<b>6.31 - QUAL É A SÉRIE QUE FREQUENTA?</b>		
<input type="checkbox"/> 1 - PRIMEIRA SÉRIE	<input type="checkbox"/> 3 - TERCEIRA SÉRIE	<input type="checkbox"/> 6 - CURSO NÃO SERIADO
<input type="checkbox"/> 2 - SEGUNDA SÉRIE	<input type="checkbox"/> 4 - QUARTA SÉRIE	
Passe ao 6.36		
<b>6.32 - JÁ CONCLUIU OUTRO CURSO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO?</b>		
<input type="checkbox"/> 1 - SIM (Passe ao 6.36)	<input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Passe ao 6.36)	
<b>PARA PESSOA QUE NÃO FREQUENTA ESCOLA OU CRECHE, MAS JÁ FREQUENTOU</b>		
<b>6.33 - QUAL FOI O CURSO DE NÍVEL MAIS ELEVADO QUE FREQUENTOU?</b>		
<input type="checkbox"/> 01 - CRECHE, PRÉ-ESCOLAR (MATERNAL E JARDIM DE INFÂNCIA), CLASSE DE ALFABETIZAÇÃO - CA	(Siga 6.34)	
<input type="checkbox"/> 02 - ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS		
<input type="checkbox"/> 03 - ANTIGO PRIMÁRIO (ELEMENTAR)		
<input type="checkbox"/> 04 - ANTIGO GINÁSIO (MÉDIO 1º CICLO)		
<b>REGULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL OU 1º GRAU</b>	<input type="checkbox"/> 05 - (da 1ª a 3ª série/do 1º ao 4º ano)	(Se tem 10 anos ou mais de idade, passe ao 6.37)
	<input type="checkbox"/> 06 - (4ª série/5º ano)	(Se tem menos de 10 anos de idade, passe ao 6.70)
	<input type="checkbox"/> 07 - (da 5ª a 8ª série/do 5º ao 8º ano)	
<input type="checkbox"/> 08 - SUPLETIVO DO ENSINO FUNDAMENTAL OU DO 1º GRAU	(Siga 6.34)	
<input type="checkbox"/> 09 - ANTIGO CIENTÍFICO, CLÁSSICO, ETC....(MÉDIO 2º CICLO)		
<input type="checkbox"/> 10 - REGULAR OU SUPLETIVO DO ENSINO MÉDIO OU DO 2º GRAU		
<input type="checkbox"/> 11 - SUPERIOR DE GRADUAÇÃO		
<input type="checkbox"/> 12 - ESPECIALIZAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR (MÍNIMO DE 360 HORAS)		
<input type="checkbox"/> 13 - MESTRADO		
<input type="checkbox"/> 14 - DOUTORADO		
<b>6.34 - CONCLUIU ESTE CURSO?</b>		
<input type="checkbox"/> 1 - SIM	<input type="checkbox"/> 2 - NÃO	
<small>(Se códigos 12; 13 ou 14 no quesito 6.33, siga 6.36) (Se código 11 no quesito 6.33 e código 1 neste quesito, siga 6.36) (Se código 11 no quesito 6.33 e código 2 neste quesito, passe ao 6.37) (Se códigos de 01 a 10 no quesito 6.33 e tem 10 anos ou mais de idade, passe ao 6.37) (Se códigos de 01 a 10 no quesito 6.33 e tem menos de 10 anos de idade, passe ao 6.70)</small>		
<b>6.35 - QUAL É A ESPÉCIE DO CURSO MAIS ELEVADO QUE CONCLUIU?</b>		
<input type="checkbox"/> 1 - SUPERIOR DE GRADUAÇÃO	<input type="checkbox"/> 2 - MESTRADO	<input type="checkbox"/> 3 - DOUTORADO
6.351 - SUPERIOR DE GRADUAÇÃO	<input type="text"/>	
6.353 - MESTRADO	<input type="text"/>	
6.356 - DOUTORADO	<input type="text"/>	
<small>(Se código 1 ou 2 no quesito 6.28, siga 6.36. Caso contrário, passe ao 6.37)</small>		
<b>DESLOCAMENTO PARA ESTUDO (PARA A PESSOA QUE FREQUENTA ESCOLA OU CRECHE)</b>		
<b>6.36 - EM QUE MUNICÍPIO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU PAÍS ESTRANGEIRO FREQUENTA ESCOLA (OU CRECHE)?</b>		
<input type="checkbox"/> 1 - NESTE MUNICÍPIO - (Se tem 10 anos ou mais de idade, Passe ao 6.37. Caso contrário, passe ao 6.70)		
<input type="checkbox"/> 2 - EM OUTRO MUNICÍPIO		
<input type="checkbox"/> 3 - EM PAÍS ESTRANGEIRO		
6.361 - UF	6.363 - MUNICÍPIO	
<input type="text"/>	<input type="text"/>	
	6.366 - PAÍS ESTRANGEIRO	
	<input type="text"/>	
<small>(Se tem 10 anos ou mais de idade, siga 6.37. Caso contrário, passe ao 6.70)</small>		

(continua)

(continuação)

NUPCIALIDADE		
PARA A PESSOA DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE		
6.37 - VIVE EM COMPANHIA DE CÔNJUGE OU COMPANHEIRO(A)?		
<input type="checkbox"/> 1 - SIM - (Se mulher e tipo de setor igual a terra indígena, siga 6.38) (Se mulher, tipo de setor diferente de terra indígena e condição no domicílio de 04 a 19, siga 6.38. Caso contrário, passe ao 6.39)		
<input type="checkbox"/> 2 - NÃO, MAS JÁ VIVEU ANTES (Passe ao 6.40)		
6.38 - Nome do cônjuge ou companheiro(a)		
<input type="checkbox"/> 3 - NUNCA VIVEU (Passe ao 6.40)		
6.39 - QUAL É A NATUREZA DA UNIÃO?		
<input type="checkbox"/> 1 - CASAMENTO CIVIL E RELIGIOSO	<input type="checkbox"/> 3 - SÓ CASAMENTO RELIGIOSO	
<input type="checkbox"/> 2 - SÓ CASAMENTO CIVIL	<input type="checkbox"/> 4 - UNIÃO CONSENSUAL	
Siga 6.40		
6.40 - QUAL É O ESTADO CIVIL?		
<input type="checkbox"/> 1 - CASADO(A)	<input type="checkbox"/> 3 - DIVORCIADO(A)	<input type="checkbox"/> 5 - SOLTEIRO(A)
<input type="checkbox"/> 2 - DESQUITADO(A) OU SEPARADO(A) JUDICIALMENTE	<input type="checkbox"/> 4 - VIÚVO(A)	
Siga 6.41		
TRABALHO E RENDIMENTO		
PARA A PESSOA DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE		
NA SEMANA DE 25 A 31 DE JULHO DE 2010, DURANTE PELO MENOS 1 HORA:		
6.41 - TRABALHOU GANHANDO EM DINHEIRO, PRODUTOS, MERCADORIAS OU BENEFÍCIOS? BENEFÍCIOS: MORADIA, ALIMENTAÇÃO, TREINAMENTO, ETC.		
<input type="checkbox"/> 1 - SIM (Passe ao 6.45)	<input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Siga 6.42)	
NA SEMANA DE 25 A 31 DE JULHO DE 2010:		
6.42 - TINHA ALGUM TRABALHO REMUNERADO DO QUAL ESTAVA TEMPORARIAMENTE AFASTADO(A)? (Férias, doença, licença, greve, falta, más condições do tempo, etc.)		
<input type="checkbox"/> 1 - SIM (Passe ao 6.45)	<input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Siga 6.43)	
NA SEMANA DE 25 A 31 DE JULHO DE 2010, DURANTE PELO MENOS 1 HORA:		
6.43 - AJUDOU SEM QUALQUER PAGAMENTO NO TRABALHO REMUNERADO DE MORADOR DO DOMICÍLIO?		
<input type="checkbox"/> 1 - SIM (Passe ao 6.45)	<input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Siga 6.44)	
NA SEMANA DE 25 A 31 DE JULHO DE 2010, DURANTE PELO MENOS 1 HORA:		
6.44 - TRABALHOU NA PLANTACÃO, CRIAÇÃO DE ANIMAIS OU PESCA, SOMENTE PARA ALIMENTAÇÃO DOS MORADORES DO DOMICÍLIO? INCLUSIVE CAÇA, E EXTRAÇÃO VEGETAL		
<input type="checkbox"/> 1 - SIM (Passe ao 6.46)	<input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Passe ao 6.54)	
6.45 - QUANTOS TRABALHOS TINHA?		
<input type="checkbox"/> 1 - UM	<input type="checkbox"/> 2 - DOIS OU MAIS	
Siga 6.46		
Os quesitos de 6.46 a 6.49 devem referir-se ao trabalho único ou principal que a pessoa tinha na semana de referência		
ATENÇÃO - Critérios para definir o trabalho principal na semana de referência: 1 - Maior número de horas normalmente trabalhadas por semana; 2 - Maior rendimento mensal habitual; 3 - Trabalho que possui há mais tempo.		
6.46 - QUAL ERA A OCUPAÇÃO QUE EXERCIA NO TRABALHO QUE TINHA?		
<input type="text"/>		
Siga 6.47		
6.47 - QUAL ERA A ATIVIDADE PRINCIPAL DO EMPREENDIMENTO (NEGÓCIO, FIRMA, EMPRESA, INSTITUIÇÃO, ENTIDADE, ETC.) EM QUE TINHA ESSE TRABALHO?		
<input type="text"/>		
(Se código 1 no quesito 6.44, passe ao 6.53. Caso contrário, siga 6.48)		

(continua)

(continuação)

<b>6.48 - NESSE TRABALHO ERA:</b>		
<input type="checkbox"/> 01 - EMPREGADO COM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA	] (Passe ao 6.51)	
<input type="checkbox"/> 02 - MILITAR DO EXÉRCITO, MARINHA, AERONÁUTICA, POLÍCIA MILITAR OU CORPO DE BOMBEIROS		
<input type="checkbox"/> 03 - EMPREGADO PELO REGIME JURÍDICO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS	] (Passe ao 6.50)	
<input type="checkbox"/> 04 - EMPREGADO SEM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA		
<input type="checkbox"/> 05 - CONTA PRÓPRIA		
<input type="checkbox"/> 06 - EMPREGADOR (Siga 6.49)		
<input type="checkbox"/> 07 - NÃO-REMUNERADO - (Se código 1 no quesito 6.45, passe ao 6.55) (Se código 2 no quesito 6.45, passe ao 6.50)		
<b>6.49 - QUANTAS PESSOAS EMPREGAVA NESSE TRABALHO?</b>		
<input type="checkbox"/> 1 - (1 A 5 PESSOAS)	<input type="checkbox"/> 2 - (6 OU MAIS PESSOAS)	
Siga 6.50		
<b>6.50 - ERA CONTRIBUINTE DE INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA OFICIAL EM ALGUM TRABALHO QUE TINHA NA SEMANA DE 26 A 31 DE JULHO DE 2010?</b>		
<input type="checkbox"/> 1 - SIM, NO TRABALHO PRINCIPAL	<input type="checkbox"/> 2 - SIM, EM OUTRO TRABALHO	<input type="checkbox"/> 3 - NÃO
Siga 6.51		
<b>6.51 - NO TRABALHO PRINCIPAL, QUAL ERA O RENDIMENTO BRUTO (OU A RETIRADA) MENSAL QUE GANHAVA HABITUALMENTE EM JULHO DE 2010?</b>		
<input type="checkbox"/> 1 - EM DINHEIRO, PRODUTOS OU MERCADORIAS	6.511 - R\$	_____,00
<input type="checkbox"/> 2 - SOMENTE EM BENEFÍCIOS (Moradia, alimentação, treinamento, etc.)		
<input type="checkbox"/> 0 - NÃO TEM		
(Se código 1 no quesito 6.45, passe ao 6.53. Se código 2 no quesito 6.45, siga 6.52)		
<b>6.52 - NOS DEMAIS TRABALHOS, QUAL ERA O RENDIMENTO BRUTO (OU A RETIRADA) MENSAL QUE GANHAVA HABITUALMENTE EM JULHO DE 2010?</b>		
<input type="checkbox"/> 1 - EM DINHEIRO, PRODUTOS OU MERCADORIAS	6.521 - R\$	_____,00
<input type="checkbox"/> 2 - SOMENTE EM BENEFÍCIOS (Moradia, alimentação, treinamento, etc.)		
<input type="checkbox"/> 0 - NÃO TEM		
Siga 6.53		
<b>6.53 - NO TRABALHO PRINCIPAL, QUANTAS HORAS TRABALHAVA HABITUALMENTE POR SEMANA?</b>		
<input type="text" value=""/>	HORAS	
Passe ao 6.56		
<b>6.54 - NO PERÍODO DE 02 A 31 DE JULHO DE 2010 TOMOU ALGUMA PROVIDÊNCIA, DE FATO, PARA CONSEGUIR TRABALHO?</b>		
<input type="checkbox"/> 1 - SIM (Siga 6.55)	<input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Passe ao 6.58)	
<b>6.55 - SE TIVESSE CONSEGUIDO TRABALHO, ESTARIA DISPONÍVEL PARA ASSUMI-LO NA SEMANA DE 26 A 31 DE JULHO DE 2010?</b>		
<input type="checkbox"/> 1 - SIM	<input type="checkbox"/> 2 - NÃO	Siga 6.56
<b>EM JULHO DE 2010, TINHA RENDIMENTO MENSAL HABITUAL DE:</b>		
<b>6.56 - APOSENTADORIA OU PENSÃO DE INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA OFICIAL (FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL)?</b>		
<input type="checkbox"/> 1 - SIM	<input type="checkbox"/> 2 - NÃO	Siga 6.57
<b>6.57 - PROGRAMA SOCIAL BOLSA-FAMÍLIA OU PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI?</b>		
<input type="checkbox"/> 1 - SIM	<input type="checkbox"/> 2 - NÃO	Siga 6.58
<b>6.58 - RENDIMENTO DE OUTROS PROGRAMAS SOCIAIS OU DE TRANSFERÊNCIAS?</b>		
<input type="checkbox"/> 1 - SIM	<input type="checkbox"/> 2 - NÃO	Siga 6.59
<b>BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - BPC/LOAS, DOAÇÃO OU MESADA DE NÃO MORADOR DO DOMÍLIO, PENSÃO ALIMENTÍCIA, SEGURO DESEMPREGO, BOLSA DE ESTUDO, OUTROS PROGRAMAS, ETC.</b>		
<b>6.59 - OUTRAS FONTES (JUROS DE POUPANÇA, APLICAÇÕES FINANCEIRAS, ALUGUEL, PENSÃO OU APOSENTADORIA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA, ETC.)</b>		
<input type="checkbox"/> 1 - SIM	<input type="checkbox"/> 2 - NÃO	
(Se do quesito 6.56 ao 6.59 houve pelo menos uma resposta "Sim", siga 6.601. Caso contrário, veja comandos abaixo)		
<b>6.601 - EM JULHO DE 2010 QUAL FOI O VALOR TOTAL DESTES(S) RENDIMENTO(S)?</b>		
	R\$	_____,00
<small>(Se assinalou código 1 ou 2 no quesito 6.45, siga 6.60) (Se assinalou código 1 no quesito 6.44, siga 6.60) (Caso contrário, se for mulher, passe ao 6.63. Se for homem, passe ao 6.70)</small>		

(continua)

(continuação)

DESLOCAMENTO PARA O TRABALHO		
<b>6.60 - EM QUE MUNICÍPIO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU PAÍS ESTRANGEIRO TRABALHA?</b>		
<input type="checkbox"/> 1 - NO PRÓPRIO DOMICÍLIO (Se for mulher, passe ao 6.63. Se for homem, passe ao 6.70)		
<input type="checkbox"/> 2 - APENAS NESTE MUNICÍPIO, MAS NÃO NO PRÓPRIO DOMICÍLIO (Siga 6.61)		
<input type="checkbox"/> 3 - EM OUTRO MUNICÍPIO (Siga 6.601 e 6.603)		
6.601 - UF		6.603 - MUNICÍPIO
(Siga 6.61)		
<input type="checkbox"/> 4 - EM PAÍS ESTRANGEIRO (Siga 6.606)		
6.606 - PAÍS ESTRANGEIRO		
<input type="checkbox"/> 5 - EM MAIS DE UM MUNICÍPIO OU PAÍS (Se for mulher, passe ao 6.63. Se for homem, passe ao 6.70)		
<b>6.61 - RETORNA DO TRABALHO PARA CASA DIARIAMENTE?</b>		
<input type="checkbox"/> 1 - SIM (Siga 6.62)		
<input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Se for mulher, Passe ao 6.63. Se for homem, Passe ao 6.70)		
<b>6.62 - QUAL É O TEMPO HABITUAL GASTO DE DESLOCAMENTO DE SUA CASA ATÉ O TRABALHO?</b>		
<input type="checkbox"/> 1 - ATÉ 05 MINUTOS		
<input type="checkbox"/> 2 - DE 06 MINUTOS ATÉ MEIA HORA		
<input type="checkbox"/> 3 - MAIS DE MEIA HORA ATÉ UMA HORA		
<input type="checkbox"/> 4 - MAIS DE UMA HORA ATÉ DUAS HORAS		
<input type="checkbox"/> 5 - MAIS DE DUAS HORAS		
(Se for mulher, Siga 6.63. Se for homem, passe ao 6.70)		
FECUNDIDADE		
PARA A MULHER DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE		
<b>6.63 - QUANTOS FILHOS E FILHAS NASCIDOS VIVOS TEVE ATÉ 31 DE JULHO DE 2010?</b>		
<input type="checkbox"/> 1 - TEVE FILHOS NASCIDOS VIVOS		
<input type="checkbox"/> 2 - NÃO TEVE FILHO NASCIDO VIVO (Passe ao 6.69)		
6.631 - HOMENS	6.632 - MULHERES	(Siga 6.64)
<b>6.64 - DOS FILHOS E FILHAS QUE TEVE, QUANTOS ESTAVAM VIVOS EM 31 DE JULHO DE 2010?</b>		
<input type="checkbox"/> 1 - FILHOS VIVOS EM 31/07/2010		
<input type="checkbox"/> 2 - NÃO SABE O Nº DE FILHOS HOMENS E MULHERES VIVOS EM 31/07/2010		
6.641 - HOMENS	6.642 - MULHERES	Siga 6.66
<b>6.65 - QUAL É O SEXO DO ÚLTIMO FILHO TIDO NASCIDO VIVO ATÉ 31 DE JULHO DE 2010?</b>		
<input type="checkbox"/> 1 - MASCULINO		
<input type="checkbox"/> 2 - FEMININO		
Siga 6.66		
<b>6.66 - QUAL É O MÊS E O ANO DE NASCIMENTO DO(A) ÚLTIMO(A) FILHO(A) TIDO(A) NASCIDO(A) VIVO(A) ATÉ 31 DE JULHO DE 2010? CASO NÃO SAIBA, PREENCHA APENAS O CAMPO COM A IDADE DESTES FILHO.</b>		
6.661 - MÊS	6.662 - ANO	6.663 - IDADE DO FILHO EM 31/07/2010 O campo 6.663 somente será habilitado se os campos 6.661 ou 6.662 estiverem em branco
Siga 6.67		
<b>6.67 - ESTE (A) FILHO (A) ESTAVA VIVO(A) EM 31 DE JULHO DE 2010?</b>		
<input type="checkbox"/> 1 - SIM (Passe ao 6.69)		
<input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Siga 6.68)		
<input type="checkbox"/> 9 - NÃO SABE (Passe ao 6.69)		
<b>6.68 - QUAL FOI O MÊS E O ANO QUE ESTE (A) FILHO(A) FALECEU?</b>		
<input type="checkbox"/> 1 - SABE O MÊS E ANO OU SOMENTE O ANO		
6.681 - MÊS	6.682 - ANO	<input type="checkbox"/> 2 - NÃO SABE
Siga 6.68		
<b>6.69 - QUANTOS FILHOS E FILHAS NASCIDOS MORTOS TEVE ATÉ 31 DE JULHO DE 2010? (GESTAÇÃO DE 7 MESES OU MAIS SEM NENHUM SINAL DE VIDA AO NASCER, NÃO INCLUIR ABORTOS)</b>		
<input type="checkbox"/> 1 - TEVE FILHO NASCIDO MORTO (Siga 6.681 a 6.683)		
6.691 - HOMENS	6.692 - MULHERES	6.693 - TOTAL (Siga 6.70)
<input type="checkbox"/> 2 - NÃO TEVE FILHO NASCIDO MORTO (Passe ao 6.70)		
<input type="checkbox"/> 3 - NÃO SABE (Passe ao 6.70)		
(Comando especial: o sistema somente deverá habilitar o campo 6.693 se o quesito 0669 for igual a 1 e o(s) campo(s) 6.691 ou 6.692 estiver(em) em branco)		

(continua)



